

RONALDO WILKEN

**A Projeção Geopolítica do Brasil na
África Lusófona:
Ações e Omissões nas Relações com
Angola**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO - UERJ
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

RONALDO WILKEN

**A Projeção Geopolítica do Brasil na
África Lusófona:
Ações e Omissões nas Relações com
Angola**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do
título de Mestre em Geografia à comissão julgadora da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ,
sob a orientação do Prof. Dr. Eli Alves Penha.

**Rio de Janeiro
2009**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram comigo nesses três anos de estudo e pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer à UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), ao CEAA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Faculdade Cândido Mendes), ao Centro de Documentação da GLOBO UNIVERSIDADE (Globo Comunicação e Participação S.A), aos professores da pós-graduação, aos colegas, funcionários e especialmente ao professor Eli Alves Penha que com paciência e competência orientou-me.

Agradeço a solidariedade de Cláudia Valéria de Carvalho, de Karen Wilken Barros e de Klaus Wilken Barros que me ajudaram na digitação do trabalho, da professora Vera Lúcia Mourão que fez a correção, orientando-me na produção textual, além da grande ajuda de Maria Aparecida Oliveira da Silva, naqueles dias mais turbulentos.

Guardo carinho especial pelas pessoas que me incentivaram nos estudos e, muitas vezes, sofreram com a minha pouca disponibilidade. Enfim, agradeço aos que de alguma maneira apoiaram-me e incentivaram-me.

FOLHA DE APROVAÇÃO

RONALDO WILKEN

A Projeção Geopolítica do Brasil na África Lusófona: Ações e
Omissões nas Relações com Angola

Dissertação apresentada a
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro – UERJ, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Geografia

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eli Alves Penha – Orientador
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Aureanice M. Correa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Cristina Pessanha Mary
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

A principal preocupação desta pesquisa foi a de investigar as estratégias que levaram o Brasil a aproximar-se diplomaticamente de Angola, desde a Independência deste país, e a relevância destas relações para as políticas de poder no âmbito do Atlântico Sul. Os vínculos históricos, de um lado, e o lingüístico, mais contemporaneamente, foram destacados no sentido de melhor aprofundar a temática em questão. Assim sendo, analisamos o papel da Língua Portuguesa no fortalecimento da unidade nacional angolana, através de programações televisivas e radiofônicas, tendo como origem as Redes de produção cultural realizada no Brasil.

Palavras chave: Geopolítica, Angola, Relações Internacionais e Geografia Política.

ABSTRACT

The main concern of the research was to investigate the strategies that took Brazil to approach diplomatically in Angola, since the Independence of this country, and the relevance of these relations for the politics of power within the South Atlantic. The historical links, on one side, and linguistic, more contemporaneously, were detached in the sense to better develop the theme in question. Therefore, we analyzed the paper of the Portuguese Language in the strengthening of the Angolan national unity, through television and radio programming, taking home as the networks of cultural production held in Brazil.

Key words: Geopolitics, Angola, International Relations and Political Geography.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO

- 1 - 1 – PRÓLOGO OU BREVE ABORDAGEM
- 1 - 2 - APRESENTAÇÃO
- 1 - 3 - JUSTIFICATIVAS
- 1 - 4 – OBJETIVOS

2 – A “GUERRA FRIA” E A DESCOLONIZAÇÃO DO CONTINENTE AFRICANO

- 2 - 1 - O PÓS - II GUERRA E A NOVA ORDEM BIPOLAR
- 2 - 2 - O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO E O DESPERTAR DA ÁFRICA
- 2 - 3 - O IMPÉRIO ULTRAMARINO E A ÁFRICA PORTUGUESA

3 – A POLÍTICA AFRICANA BRASILEIRA: DO LUSO TROPICALISMO AO RECONHECIMENTO DE ANGOLA

- 3 - 1 – BREVE INTRODUÇÃO
- 3 - 2 - GILBERTO FREIRE E O LUSO TROPICALISMO
- 3 - 3 - A DOCTRINA QUADROS - ARINOS (PEI) E A QUESTÃO ANGOLANA
- 3 - 4 - GEISEL E A FRONTEIRA LUSÓFONA ATLÂNTICA

4 – A RESISTÊNCIA ANGOLANA E O SURGIMENTO DE UMA NAÇÃO LUSÓFONA SOB A DIVISÃO DA GUERRA CIVIL

- 4 - 1 - A FRAGMENTAÇÃO DA NAÇÃO ENTRE O MPLA, O FNLA E A UNITA
- 4 - 2 - A GUERRA FRAGMENTA, MAS LAÇOS CULTURAIS LUSÓFONOS CONSOLIDAM A NOVA NAÇÃO
- 4 - 3 - O PAPEL DO BRASIL NO CRESCIMENTO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA PRINCIPAL DE ANGOLA

CONCLUSÃO: ANGOLA É HOJE UM TERRITÓRIO COESO A PARTIR DA LUSOFONIA

1 - INTRODUÇÃO

1 - 1 – PRÓLOGO OU BREVE ABORDAGEM

Ao propor, depois de muita insistência de amigos, a apresentação da tese de dissertação, principalmente na fase de maturação, fiquei envolvido com reminiscências do passado, num período em que era fortemente tomado por forças religiosas e espirituais, mas, que naquele momento, não cabiam explicações científicas. Para buscar entender o que não tinha muita clareza, naquele tempo sempre me reportava à África.

A minha proposta de projeto de dissertação vai ao encontro destes laços espirituais que, ainda cedo, me ligaram ao continente africano, origem de grande parte de nossos ancestrais. No Brasil, mais precisamente, a união desses vínculos étnicos ocorreu com Angola. Assim, as relações históricas que foram sendo construídas entre estes territórios preponderaram na decisão de buscar explicações científicas, bem distintas das vinculadas à natureza, mas, com fortes cargas de sentimentos espirituais e de ancestralidades, vivenciados durante o tempo em que professei a religião originária da África.

Vamos explicar melhor estas idas e vindas de meu inicial devaneio-viagem entre Brasil e Angola. Acho importante ressaltar que sempre existe um sentido em cada época e que algumas preocupações essenciais acabam por influenciar nas escolhas dos objetos e temas, e assim, melhor se define a seleção do que pode ser fundamental.

Para iniciar, esclareço que meu forte vínculo com Angola vem desde o berço: oriundo de uma família de mulheres negras, minha bisavó nasceu em pleno período da escravidão, era descendente de negros bantos angolanos, foi escrava e minha avó, filha de ex-escravos, já perpetuava a tradição negra através dos rituais religiosos africanos, que naquele momento, século XX, adaptando-se a nova ordem dos ditames da sociedade brasileira e fluminense, praticavam a Umbanda.

Por mais que haja controvérsia, a origem da palavra “Umbanda”, permanecerá invariavelmente ligada à África, e precisamente aos povos bantos

de Angola, pois os sacerdotes africanos Quimbundos, em suas nações, eram identificados como “**M’banda**” que significava, em quimbundo: sacerdote, mestre, médico, curandeiro, filósofo. Sacerdote, naquele tempo, era tudo isso. O sociólogo e etnólogo português, José Redinha, em seus estudos sobre “Etnias e culturas de Angola”, já faz a seguinte menção:

“Umbanda é uma palavra da língua mbunda, usada entre os Mbundos e outras etnias do sul de Angola, e constando também dos dicionários de kimbundu com as sinonímias de magia e arte de curar”. (1975, p. 375)

Como podemos ver, a origem da palavra Umbanda, mesmo sendo um mistério, pode-se afirmar provavelmente, que o seu verdadeiro significado esteja vinculado às línguas nativas de Angola, assim, traduzida por: “**a magia ou arte de curar**”, como bem ressalta José Redinha. Então, ao analisar a origem da palavra, podemos dizer que **Umbanda** é o elo de ligação entre o plano divino e o terreno.

Explicado e conceituado o termo Umbanda, volto a tratar do laço que me une a esse território-Angola, e que acabou por preponderar quanto às necessidades de explicar e também compreender as relações ocorridas, as mantidas e as perdidas com aquela Angola. Por isso aparecem uma ou mais questões chaves na dúvida quanto ao volume, característica e qualidade dessas relações.

Interessante é que todo o processo de origem dos rituais de Umbanda está ligado ao processo de formação de Angola e do Congo, já que em terras dos bantos, povos majoritários nessa região da África, muito antes da chegada do branco, já existia o culto aos ancestrais (chamados depois no Brasil de “guias”). E que definida pela palavra “M’banda” (umbanda), já elucidada anteriormente, significava “a arte de curar” ou “o culto pelo qual o sacerdote curava”.

Para evitar lacunas na análise da origem do culto aos ancestrais, é imprescindível atestar os primórdios dos laços históricos entre Brasil e Angola, a partir da chegada dos portugueses à África e seu contato com os reinos

bantos, que, procurando comerciar com eles de um jeito pacífico, estreitaram as primeiras relações. Tudo começa em 1498, quando o navegador Diogo Cão aporta na foz do rio Zaire, Reino do Congo. Após a expansão e o crescimento das relações comerciais, ampliam-se os elos entre as terras do Atlântico Sul.

O que ocorreu com esses negros bantos que vieram de Angola foi de fato uma completa destituição de suas **referências socioespaciais** no novo continente; logo, para melhor adaptação à nova realidade, recriaram na sociedade brasileira, espaços com certas cargas de similitudes ou referências ao local de origem para que pudessem de fato reterritorializar-se. Neste ponto podemos citar a passagem de Rogério Haesbaert quando diz:

“Muitos são os processos desterritorializadores que aliam mobilidade e reclusão. Talvez o melhor exemplo histórico seja o dos escravos africanos na América, que, depois de uma maciça desterritorialização acompanhada de grande mobilidade espacial, sofreram um outro tipo de desterritorialização pelos espaços em condições de verdadeiras prisões em que foram colocados”. (2004, p. 256)

E mais adiante, faz citação interessante de frase da psicóloga Carla Bonadio Audi, em declaração à revista Veja, de 22/10/2003.

“Ao privar o indivíduo de suas referências, elas provocam uma sensação de ruptura com o mundo externo. O preso se sente isolado e despido do seu status anterior - num violento processo, portanto, de desterritorialização”. (2004, p. 258)

É interessante quando Rogério Haesbaert (2004) relata o processo de desterritorialização dos escravos negros africanos e, mais adiante, relaciona este tipo de privação ao espaço da prisão, exprimindo bem a idéia de um território que é criado com o objetivo de servir de proteção para quem está de fora, mas que os presidiários não o consideram um território, ou pelo menos não para os recém chegados, já que se encontram destituídos de referências socioespaciais capazes de rearticulá-los em torno de uma nova territorialidade.

Os bantos escravizados no Brasil, convivendo com a carga de preconceito e discriminação, criam o “espaço da prisão” sem que o percebam, com o intuito de ampliarem e manterem as redes de contato e a sociabilidade

do grupo para além do território da África e, ao mesmo tempo, tentam proteger-se e serem protegidos dos “estranhos” de fora.

Nesse contexto, a religiosidade foi, portanto, uma estimada contribuição territorializadora de valores socioespaciais da cultura banta criada na Bahia com o candomblé de caboclo e também com o candomblé de angola, onde as divindades são denominadas de “Inquices” - duas modalidades que se casariam num único complexo afro-índio-brasileiro e que povoariam, praticamente, todo o Brasil com o terreiro angola-congo-caboclo.

“O culto angola, no qual o orixá é chamado Inquice, segue o modelo das religiões tradicionais negro-africanas, diferindo do culto nagô no que se refere ao culto aos ancestrais, já que para o angoleiro só existem duas cerimônias realizadas para os mortos”. (LOPES, 1988, p. 93)

Por muito tempo, tanto os candomblés de divindades africanas quanto os cultos que giravam em torno de espíritos brasileiros e europeus permaneceram mais ou menos confinados a seus locais de origem. Mas logo no início de sua estruturação e formação, após o término da escravidão, uma grande parcela de negros havia migrado da Bahia para o Rio de Janeiro, levando consigo sua religião de orixás, voduns e inquices e também a de caboclos. Dessa forma, na então capital do país, reproduziu-se um vigoroso candomblé de origem baiana, que se misturou com formas de religiosidade negra locais, todas eivadas de sincretismos católicos, e com o espiritismo kardecista, originando-se a chamada macumba carioca e pouco mais tarde, nos anos 10 e 20 do século passado, a Umbanda, que teria nascido, de acordo com Tereza Saidenberg, exatamente na passagem descrita a seguir e que foi resgatada em texto de Nei Lopes (1988) em “Sobrevivências e recriações bantas no Rio de Janeiro”:

“O médium chamado Zélio de Moraes, recebeu o Espírito do Caboclo das Sete Encruzilhadas numa mesa Kardecista, no dia 15 de novembro de 1908, e teria se expressado veementemente contra a discriminação de que, ali, eram objeto os espíritos de negros escravos, índios e crianças, tachados de atrasados pelo grau de cultura que tiveram quando encarnados. Sendo expulso por não pertencer ao Núcleo, então, resolveu o mesmo, por Deferência Divina, fundar a “Umbanda” por ordem do mesmo Caboclo”. (1988, p. 72-73)

Na região do Congo, as reuniões chamadas de M'BANDA, onde se manifestavam espíritos de antepassados para fins de cura, ocorreram bem antes de 1908; logo, já existiam rituais de Umbanda que hoje conhecemos no Brasil, em território da atual Angola. Aqui, nas primeiras cerimônias religiosas, ainda chamadas de macumbas, surgiram os espíritos dos caboclos¹, representando os antepassados indígenas, verdadeiros donos da nova terra, que enriqueceram os rituais, como faziam os antigos pajés, com seus passes, encantos e remédios naturais.

Este elo quase perdido da chegada desse povo vindo de Angola, que trouxe seus ritos, cultos e traços, promove bem mais tarde no Brasil o seu retorno através dos terreiros de Umbanda, com o espírito dos caridosos pretos-velhos. Nos rituais de Umbanda é importante ressaltar a existência de uma falange denominada de “Falange dos Pretos-Velhos” ou “Linha das Almas”. Originários dos escravos no cativeiro, eles têm como característica principal a prática da caridade. Eram nestes rituais que sempre me lembrava da África, pois, como a maioria dos pretos-velhos havia sido escrava, a grande parte possui nomes que se vinculam à sua região de origem, como Angola ou Congo. Destacam-se abaixo alguns dos seus nomes, traçando assim sua identidade étnica:

- 1 - Pai Joaquim da Angola
- 2 - Pai Bernardo de Angola
- 3 – Vovó Catarina d’Angola
- 4 - Vovó Benedita de Angola
- 5 - Vovó Maria Conga
- 6 – Pai João de Angola
- 7 - Vovó Cabinda
- 8 – Vovô Rei do Congo

Quando um preto-velho incorpora num médium, já na fase de desencarnados, vem de forma envergada, sob o peso dos anos de existência

¹ Para Raul Lody (1997) o Caboclo assimilou valores dos “Inquices”: (...) “o Caboclo é encarnado e interpretado pelo povo como um semideus que veio ajudar e aliviar as pessoas dos seus problemas, fazendo o dia-a-dia mais ameno, humano e melhor. Intimamente relacionado com os “Inquices” cultuados nos terreiros Angola-Congo...”

em vida na Terra, senta-se com a dificuldade das juntas enrijecidas e os músculos fatigados num pequeno banco de madeira, que lembra o antigo tosco que existia nas senzalas. Os pretos-velhos (ex-escravos) ainda fumam cachimbo de barro ou de madeira rudimentar e, em alguns casos mascam fumo de rolo, falam com os visitantes e filhos-de-santo, usando um linguajar comum aos escravos, já que não falavam bem o Português.

É importante dizer, que os seguidores dos distintos ramos da Umbanda, adotam e adaptam as duas linhas (Umbanda - Kimbanda) segundo os preceitos e as influências majoritárias da sua Casa de Religião. Por exemplo, aqueles que fazem Umbanda Branca, sem os sacrifícios com sangue, acreditam que a Kimbanda pode ser um ritual inferior, já que continuam com as práticas de sacrifícios com sangue para os Exus. Aqueles que fazem culto aos Orixás iorubás e também praticam a Umbanda, dadas às influências iorubanas, olham tanto a Umbanda, como a Kimbanda como um culto voltado aos ancestrais (ou Linha de Almas) submetidos aos Orixás, fazendo para os ancestrais alguns rituais de sacrifícios que são um dos princípios dessa cultura, que no Brasil veio a ser denominada de Candomblé.

Minha tradição familiar sempre foi mais vinculada à Umbanda Branca, onde minha avó, minha mãe e, posteriormente, eu convivemos durante anos num mesmo terreiro de Umbanda (Cabana Pai Miguel), localizado no bairro do Encantado, próximo ao Méier, na cidade do Rio de Janeiro. Conforme relatado anteriormente, aprendi a ter carinho com os pretos-velhos (principalmente os de Angola, como Pai Bernardo e Vovó Catarina), e obtinha informes que aumentavam ainda mais minha curiosidade neste processo de vínculos com a Angola distante, de onde eles em vida foram arrancados para povoar e territorializar-se em regiões desconhecidas de além mar, porém, a força da tradição não deixou acabar estes rituais que solidificaram um povo, com sua brava luta de despojo; jamais a esquecendo, mas abrandados e caridosos, retornam sempre que necessário para praticar o bem nos terreiros de Umbanda, agora já no Brasil. Assim, uma forte aproximação entre Brasil e Angola se faz através do rito. E do rito faz-se a passagem para o entendimento da dimensão geográfica desse relacionamento entre os dois territórios.

1 - 2 - APRESENTAÇÃO

A política externa brasileira no contexto histórico atual tem procurado diversificar sua atuação diplomática em diferentes comunidades de nações. Do ponto de vista continental é notório o esforço brasileiro na tentativa de consolidar parcerias estratégicas no Atlântico Sul, no qual o Mercosul é o exemplo mais expressivo. Ainda dentro de uma dimensão de espaços contíguos temos, no âmbito do Atlântico Sul, o surgimento do continente africano que se apresenta como opção estratégica importante, em particular com os países da África austral, sendo que se destacam as afinidades culturais com Angola, onde este relacionamento já tem quase cinco séculos. Os portugueses chegam a Angola, um pouco antes de alcançarem o Brasil, na sua viagem por cabotagem pela costa ocidental da África por volta do ano de 1480 e só conseguem dar o território como definitivamente conquistado recentemente, na década de 1920, já que houve uma fortíssima resistência local ao seu domínio. Havia vários reinos na região, fortemente estabelecidos, talvez sendo os mais conhecidos os do Congo e os de Angola.

Interessante destacar que o Brasil, embora tenha tido uma relação muito íntima com Angola desde o século XVI, não se tem muitas referências em estudos recentes a este fato. Quase nada ou muito pouco se tem sobre a nossa herança africana. O professor Décio Freitas da Universidade Federal Rio Grande do Sul, em artigo do livro “A Comédia Brasileira” (1994), diz que se estuda superficialmente a questão da escravidão, porque aos descendentes de escravos incomoda a humilhação que seus antepassados sofreram e, aos descendentes dos senhores, a vergonha da miséria humana que foi imposta pelos maiores agressores que a Humanidade tem notícia.

Para clarificar a transposição das relações de Portugal – Angola – Brasil e depois Brasil – Angola, destacamos que tudo se inicia com o estabelecimento de relações comerciais dos portugueses com os reinos independentes ao sul do Reino do Congo, e como daí surgem os primeiros contatos com os povos do atual território de Angola. É importante frisar que estas relações foram mantidas com a total aquiescência do poder dominante na época nestas terras;

há uma idéia de relação social baseada sob alianças e confrontos, como bem destacam Hebe M. Martins e Keila Grinberg, em dois momentos no texto "As Relações Brasil-África no contexto do Atlântico Sul".

"Quando os portugueses chegaram ao Reino do Congo e ali começaram a estabelecer relações diplomáticas, políticas e comerciais, já encontraram grandes mercados regionais... Nesta época, a escravidão já era uma instituição importante na região: com a busca por metais preciosos – o grande interesse dos portugueses no século XVI, para além dos escravos - e com o aumento do comércio de exportação, o interesse por escravos também sofreu grande incremento". (2003, p. 35)

"Os negócios entre portugueses e africanos eram regulados por monopólios reais, exercidos por meio de concessões e privilégios obtidos por determinados comerciantes. No lado africano, especificamente, o sucesso da empreitada comercial dependia da capacidade dos líderes locais em produzir dependentes – portanto, produzir escravos". (2003, p. 36)

Como vemos, as relações comerciais entre os portugueses e os africanos transcorreram sem a pressão que se pensa ter havido. Entretanto, quanto à imposição de traços culturais europeus, não ocorreu da mesma forma, já que, quando o Rei do Congo (descendente do primeiro ancestral kongo divinizado, o "Tatá Akongo") converte-se ao catolicismo e obriga a que todos os seus vassalos façam o mesmo. Durante um período pode-se perceber que os negros bantos evangelizados ainda na África, por vontade própria, faziam, mesmo em sua terra, sincretismos entre os Santos católicos e o culto aos ancestrais, e que depois isso também ocorrerá no Brasil, com o sincretismo dos rituais afro-brasileiros, como explica José Maria Nunes Pereira.

"Sabemos que o sincretismo foi não exatamente uma conversão, mas o processo de preservação religiosa através da "substituição" dos orixás por santos católicos. Esse processo vem, sobretudo, no século XIX e propagou-se por todo o Brasil, embora fosse interdito ou severamente fiscalizado até a Era Vargas". (2003, p. 124)

Os povos escravizados no Brasil, então, haviam criado os indícios históricos para a formação de um candomblé banto de culto a divindades africanas, o qual teria surgido apenas quando os candomblés de orixá já estavam organizados ou se organizando; assim, embora todos os negros e

mestiços fossem considerados como iguais, na medida em que ocupavam na sociedade branca, uma posição oficialmente subalterna e marginalizada, as identidades étnicas permaneciam preservadas nas irmandades religiosas católicas, que reuniam em igrejas e associações específicas os diferentes grupos africanos étnico-lingüístico.

Este processo de organização do Candomblé no Nordeste, no século XIX, permitia ao iniciado a reconstrução simbólica, através do terreiro, da sua comunidade tribal africana perdida. Primeiro ele é o elo com o mundo original. Ele representava, assim, o mecanismo através do qual o negro africano e brasileiro podia distanciar-se culturalmente do mundo dominado pelo opressor branco.

O negro contava com um mundo negro, fonte de uma África simbólica, mantido vivo pela vida religiosa dos terreiros, como meio de resistência ao mundo branco, que era o mundo do trabalho, do sofrimento, da escravidão e da miséria. A habilidade do negro, durante o período colonial, de viver em dois diferentes mundos ao mesmo tempo foi de extrema importância para evitar tensões e resolver conflitos difíceis de suportar sob a condição escrava.

O que se vê é uma enorme proximidade cultural entre esses dois países. Em primeiro lugar, durante o período colonial brasileiro e mesmo até o século XIX, as relações entre Brasil e Angola são mais importantes do que as de Portugal com cada uma dessas regiões: tráfico de escravos para cá e venda de tabaco e outros produtos no sentido contrário.

Durante os séculos da colonização do Brasil por Portugal, os contatos atlânticos foram importantes para a perpetração portuguesa em terras brasileiras, já que a África possibilitou a renovação da mão-de-obra que alterou as relações de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, onde as populações autóctones, não afeitas às monoculturas, se rebelam à escravidão e então tem início o relacionamento entre os dois continentes, com a vinda de grandes levas de africanos, que, na condição de escravos, foram essencialmente trazidos para trabalhar na agricultura da cana-de-açúcar. E foi assim que os

bantos, os habitantes de Angola, ocuparam papel central na participação da formação do povo brasileiro.

Passado este período, os contatos entre Brasil e África reduziram-se a ponto de haver até uma estagnação, entretanto para Saraiva (1999) novas foram as relações entre Brasil e Angola que afirmaram o desejo de retomar as velhas rotas de convivência cultural do Atlântico Sul:

“Depois de séculos de contatos atlânticos, o Brasil renovou seu interesse estratégico na África Ocidental, nas últimas décadas, por meio da construção de um relacionamento especial entre os dois continentes. Angola ocupa papel central na reafirmação da dimensão atlântica da política exterior do Brasil”. (1999, p. 225)

Mas voltando às origens territoriais dos escravos, uma parte dos ancestrais dos negros bantos que não aceitaram a conversão ao catolicismo, nem adotaram a evangelização, tramaram uma revolução contra o Rei do Congo para se mostrarem opostos ao homem branco e aos Santos. Depois de um tempo, os bantos revoltados, conquistam a região de Angola e logo após, quase todo o Reino do Congo (que era formado por vários reinos vassallos). Esses revolucionários estavam apoiados pelos grandes feiticeiros e guardiões das tradições bantas. Sua bandeira era formada pelas cores da tribo dominante: vermelho e preto, que muito tempo depois seriam as cores de Angola.

Um dos reis desse povo de bantos revoltados foi o líder “**Ngola Mbandi**”, de onde provém o nome de Angola. “**N’Gola**”, era o **título** dado aos governantes da região no século XVI. Entretanto, para outros estudiosos a palavra **angola** era usada para definir um objeto, que começava a se impor no século XIII ou no XIV, como relata a seguir Alberto da Costa e Silva (1992), em trecho de seu livro “A Enxada e a lança”:

“Sofriam, por outro lado os guardiões de lungas constantes pressões e desafios de novos objetos carregados de força, de novos símbolos de poder, sobre os quais se assentavam novas estirpes dominantes, novas tipos de régulos”. Um desses objetos chamou-se **angola**. Era uma coisa de ferro; sino, faca, lâmina de enxada, ponta de lança, martelo. Ou apenas um pedaço informe

de metal. Mas transformado em traço-de-união entre os vivos e os mortos, e que nele, residia a força do mundo". (1992)

Devemos também dizer que, depois de muito tempo de paz entre portugueses e congos, um dos descendentes do Rei do Congo para não perder o reino, decidiu unir-se ao pensamento das outras tribos, pegando novamente seu nome africano, declarando a guerra contra os portugueses e promovendo a aliança com o restante dos povos bantos.

Neste momento histórico de conflito entre revoltosos e convertidos, milhares de escravos bantos são levados pelos portugueses para o Brasil, e então, entre eles, encontravam-se partidários dos dois grupos bantos: tanto os evangelizados quanto os defensores das tradições africanas. Este último grupo, já no Brasil, continuou em estado de revolta, contrário a tudo que vinha do branco, e também em parte, "inimigo" dos escravos feiticeiros que adaptavam aos rituais africanos os Santos católicos dos portugueses.

No período da escravidão, no Brasil, os bantos dos dois grupos (revolucionários e evangelizados) fazem contato com os grupos tupi-guaranis, sendo que também entre os índios, havia dois grupos com afinidade aos grupos bantos: índios bruxos que não aceitavam os Santos católicos e os índios evangelizados que gostavam da idéia do sincretismo com os Santos. Esses grupos se uniram para fazer suas magias em separado, quer dizer, os negros bantos contrários ao branco e aos santos com os índios bruxos; e os negros bantos evangelizados com os índios evangelizados.

Para destacar os elos entre Brasil e Angola, durante o período da invasão holandesa no Nordeste (1630 até 1654), eles também ocupam a região de Luanda, exatamente para restabelecer o tráfico negreiro, já que, conforme registros históricos, os escravos abandonavam em massa os engenhos de açúcar, aproveitando a guerra entre portugueses e holandeses, ampliando a população dos quilombos, dos quais o mais célebre foi o Quilombo dos Palmares. A invasão holandesa de Luanda foi em 1641, sendo expulsos em 1648 por uma frota brasileira comandada por Salvador Correia de Sá. Como registro, ele acabou sendo o nome do principal Liceu - ou Ginásio - em Luanda

durante a época colonial, que hoje tem o nome de um herói africano, Muto Ya Kevela. Este fato é citado por Paulo Pedro Perides (1998) no artigo: “Organização Política-Administrativa e o processo de regionalização do território Colonial Brasileiro”, onde afirma que: “... foi do Rio de Janeiro que em 1648 partiu uma armada com o objetivo de expulsar os holandeses de Angola”.

André Vidal de Negreiros, nascido em terras brasileiras na Capitania da Paraíba, súdito português, herói da nossa guerra contra os holandeses, foi Governador de Luanda, em Angola de 1661 até 1667. Eusébio de Queiroz, político influente no Império e autor de legislação contra a escravidão, foi um angolano que, a caminho das Cortes de Lisboa, fez escala no Brasil e aqui permaneceu. Em 1825, quando Portugal reconhece a independência do Brasil, um dos artigos do Tratado diz ser vedado a qualquer possessão ou colônia portuguesa anexar-se ao Império do Brasil, exatamente porque a nossa soberania inspirou os autonomistas angolanos.

Todas essas ligações, antigas e profundas, se reforçaram, quando, em 11 de novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, proclamada em Luanda pelo líder do Movimento Popular pela Libertação de Angola - MPLA, o médico e poeta Agostinho Neto. Registro que houve outra proclamação, na mesma data, feita em Huambo, no Planalto Central, pelos líderes da UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola), Jonas Savimbi, e da FNLA (Frente Nacional pela Libertação de Angola), Holden Roberto; mas essa outra "independência" não recebeu nenhum apoio internacional e se perdeu.

Parece curioso, nessas relações inter-atlânticas que, exatamente no período do General Geisel, profundamente anticomunista, o Brasil tenha reconhecido, como governo legítimo de Angola, não aquele dos movimentos alinhados ao Ocidente (UNITA e FNLA), mas precisamente o MPLA, que se encaminharia para o campo socialista. O Presidente Geisel formaliza a "política africana" proposta na época pelo Itamaraty, como forma de ampliar o espaço de atuação do Brasil junto aos países recém-independentes de África e, no caso de Angola, a análise política leva à conclusão de que, dentre as alternativas de poder existentes, o MPLA era a mais viável, a mais sólida.

Portanto, o apoio do Brasil a um partido com inclinação marxista, resultou numa inflexão da política externa brasileira para a África, representando numa desideologização da política africana, formalizada e proposta pelo General Geisel, mas que antes havia sido iniciada em 1961 com a Doutrina Quadros/Arinos, onde as relações com a África estavam sempre vinculadas às posições portuguesas relativas às suas colônias. Logo, podemos recorrer à análise geopolítica para interpretar essa mudança de posição.

O Brasil tentou preencher o vazio de poder deixado por Portugal, e então, apelando às afinidades históricas e culturais o Governo Geisel procura projetar-se geopoliticamente sobre Angola através de uma série de iniciativas.

Após esta breve apresentação cito Maquiavel para assim ingressar ao que me proponho.

“Digo, conseqüentemente, que estes Estados conquistados e anexados a um Estado antigo, **ou são da mesma província e da mesma língua**, ou não são. **Quando são é mais fácil sujeitá-los**, principalmente quando não estão habituados a viver em liberdade, e para dominá-los seguramente será bastante extinguir a linha do príncipe que reinava, (...) isto **a despeito da relativa diversidade de línguas, mas graças à semelhança de costumes lhes permite viver sem atritos**. E quem conquista, querendo conservá-los, deve adotar duas medidas: a primeira, fazer com que a linhagem do antigo príncipe seja extinta; a outra, aquela de não alterar nem as suas leis nem os impostos; por tal forma, dentro de mui curto lapso de tempo, o território conquistado forme com o principado antigo um único Estado”. (trecho do livro **“O Príncipe”** de Nicolau Maquiavel, 2006, p. 32)

Quando pensava em organizar o projeto, minha idéia inicial foi tentar relacionar passado e presente no que tange às relações de poder entre Brasil e Angola. Assim, a citação de Maquiavel, quando expõe sobre a facilidade da sujeição do Estado conquistado vinculando-se às semelhanças de costumes, no caso, a mesma língua entre eles, poderia ser facilmente aceita para explicar as premissas na dissertação, entretanto não é de forma simples que se respondem as indagações do projeto. Embora não seja historiador, sabe-se que a História é algo em construção permanente e assim as relações históricas construídas podem e preponderaram neste caso, mas não é apenas o passado que determina o presente, o presente também determina o passado e a

História assim vai sendo reescrita. Torna-se importante, então, ressaltar o quanto o sentido dado em cada época, suas preocupações essenciais vão sempre influenciando nas escolhas dos objetos e temas e seu tratamento, e acabam assim por influenciar na seleção do que pode ser fundamental.

Neste sentido, uma das preocupações desta pesquisa é investigar as estratégias que levaram o Brasil a aproximar-se diplomaticamente de Angola, desde a Independência deste país, e a relevância destas relações para as políticas de poder no âmbito do Atlântico Sul. Os vínculos históricos, de um lado, e o lingüístico, mais contemporaneamente, serão destacados no sentido de melhor aprofundar a temática em questão.

Mas então, a grande indagação para os meus estudos torna-se a seguinte:

Como o idioma português conseguiu ser um fator de unidade nacional, apesar da divisão territorial entre a UNITA e o MPLA em Angola? Melhor explicando, como foi possível, em plena Guerra Civil no país, a coesão da unidade territorial e, ainda, como hipótese da minha dissertação: qual foi o papel do Brasil no sentido de difusão da Língua Portuguesa, através de novelas, músicas, etc., para favorecer essa coesão e, conseqüentemente, contribuindo para a manutenção do Estado-nação angolana?

No caso das ligações políticas entre Brasil e Angola, pode-se levantar a possibilidade de analisar as transformações nas relações de poder regional do Atlântico Sul, interligadas ao mesmo momento em que, ora Angola era colônia de Portugal, ora o país aceitava a presença da ex-URSS em seu território, mas sem cortar os vínculos culturais, políticos, comerciais, científicos, tecnológicos e educacionais com o Brasil.

Entender a política externa brasileira no atual contexto histórico será também importante, como possibilidade de análise das relações internacionais, mas devendo avaliar certo grau de dificuldade de ordem investigativa neste ramo da Ciência, como muito bem exprime Eli Alves Penha (1998) em sua tese de Doutorado: “As Relações Brasil – África e Geopolítica do Atlântico Sul”.

“Uma outra primeira dificuldade de caráter analítico diz respeito às investigações sobre questões de política externa, devido ao baixo grau de sistematização alcançado até agora por este ramo da Ciência Política. Com efeito, trata-se de um campo muito vulnerável às injunções de natureza ideológica e cultural, tanto no que concerne à imagem que se tenha do sistema internacional, quanto à tendência em identificar as tomadas de decisão de cada estado a uma racionalidade intrínseca ao mesmo, como se este estivesse por sua vez imune às perturbações da política interna”. (1998, p. 6)

Como já ressaltai anteriormente, temos que melhor analisar os interesses estratégicos e de poder do Brasil em relação a Angola, principalmente no que tange ao seu posicionamento muito cordial e de nação amiga nos dois momentos de extrema importância para a sobrevivência e crescimento da sociedade angolana, quer no momento da proclamação da independência (1975), quer no período da guerra civil que abalou e destruiu o país.

1 – 3 - JUSTIFICATIVAS

Quanto à justificativa do projeto, não podemos defini-la como se apenas um aspecto viesse a ser importante, mas sim vários são importantes para o aprofundamento da pesquisa, além de todo o encadeamento no transcorrer da pesquisa. Apresentada a proposta de projeto de dissertação e introduzidos alguns aspectos gerais, iniciamos o diálogo com a **Geografia Política**, que ao aproximar-se do objeto de investigação, ajuda a entender e explicar os objetivos posteriormente propostos.

Os estudos de **Geografia Política** têm sua origem em Fredrich Ratzel (1844-1904) um típico representante do pensamento alemão, que baseando na interconexão das ciências e no poder de se espalhar universalmente esses saberes têm abrangido todas as civilizações num mesmo campo de influência e experiência. Assim, utilizando-se do idealismo filosófico de Kant, Ratzel segue o mesmo percurso de outros grandes pensadores alemães, como Hegel e Marx, para a sistematização da nova ciência social conhecida por **Geografia** e também da **Geopolítica**. Como apresenta Eli Alves Penha (2007), Ratzel fundamentou as bases da Geopolítica, que será útil na minha dissertação.

“Deve-se a **Friedrich Ratzel** (1844-1904), o mérito de fundamentar as **bases epistemológicas da Geopolítica**, a partir do postulado “espaço é poder!”, mencionado pela primeira vez em sua obra “*Politische Geographie*”, publicada em 1897. Na interpretação de Ratzel as relações espaço e poder são, por excelência, relações sociopolíticas, processo este que se expressa empiricamente sob várias formas e tipos, desde as sociedades comunais primitivas até a complexa forma do Estado territorial soberano”. (“Geopolítica das Relações Internacionais” 2007, p. 134)

Ratzel, da mesma forma que seus compatriotas, é do pensamento de que as ações do homem, bem como seu padrão cultural, sofrem desdobramento denominado de idéia universal cosmopolita, ponto este encontrado na obra de Kant. Esta idéia cosmopolita tem o princípio de tornar-se universal como "idéia força" que vem, então, abarcar todos os povos que detêm padrões culturais compatíveis, mas independe de valores morais das coletividades. Por isso, o pensador germânico seria palatável ao determinismo

geográfico, imobilizando a criatividade humana. Na concepção de Ratzel a sociedade cria e se manifesta no território de acordo com as condições materiais imanentes e, segundo Eli Alves Penha, “a extensão territorial é a principal condição de uma política de potência, pois o “espaço” alimentava e defendia o Estado e também o incitava ao alargamento”.

O professor Eli Alves Penha afirma que o conceito-chave que Ratzel desenvolveu e que ajuda explicar as razões do expansionismo territorial alemão é o **espaço vital** que se define como “uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos mediados pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade” (Moraes, 1990:23). Se, por ventura, se ocorre crítica ao teor determinista de Ratzel, é porque há possivelmente má-vontade em compreender a originalidade do criador da Geopolítica.

No campo da Geografia, Ratzel pensa esse conhecimento não como, simplesmente, descrição do meio ou catalogação de territórios e espécies pertinentes ao expansionismo das potências europeias, como é costume atribuir-lhes funções militares. Não é à toa que o célebre geógrafo francês, Yves Lacoste escreveu que: "Geografia, esta serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra". A geografia é, para o autor alemão, uma forte conexão entre homem, sociedade e meio. A partir desta conexão é que as sociedades se transformam em Estados e podem, como afirma Ratzel, ampliar a sua soberania com o aumento proporcional de suas dimensões territoriais ou ao contrário.

Neste momento podemos até levantar uma perspectiva imperialista do Brasil, quando este se projeta a partir da vontade de ampliar e aumentar as relações com Angola e mesmo com outros países africanos, principalmente nos aspectos de disseminação da língua, acordos comerciais, apoios educacionais e outros, marcadamente após a Independência destes de Portugal. Neste caso específico, das relações do Brasil com a África, o conceito de “**fronteira**”² torna-se importante para o estudo que desejamos desenvolver,

² “(...) o conceito de “fronteira” tem origens na palavra latina *fronteria* ou *frontaria*, que indicava a parte do território situada in front ou nas margens. No decorrer da evolução do conceito, passou a designar

pois ele acaba por remeter aos esforços governamentais de ocupar “espaços vazios” deixados pelo processo de descolonização da África, que tem seu início no período em que no Brasil há a ascensão e manutenção das forças militares no governo.

Para Eli Alves Penha (2007), “A África, nesta ótica, apareceria como a fronteira em expansão do Brasil, atendendo a apelos históricos e sociais que remontam ao período colonial, quando o Atlântico Sul era um espaço geoeconômico integrado pelas políticas colonial portuguesa e europeia de modo geral”. E continua “(...) o Atlântico Sul aparecia como a “via natural”, uma “ponte” que ligava as suas duas margens”.

Assim, no período dos governos militares brasileiros, o significado do conceito de “**fronteira oriental**”³ toma dimensões ideológica, estratégica e econômica, que influenciam, então, as diversas maneiras de inserção do Brasil no sistema internacional. Os anseios brasileiros são manifestados na confirmação do interesse de constituir-se e projetar-se sob áreas de influência no âmbito do Atlântico Sul e na África.

Nesta perspectiva, o Atlântico Sul interessava somente ao Brasil no quadro mais geral da defesa do Ocidente, contra o avanço comunista, a partir das reivindicações quase que impostas pelos interesses dos Estados Unidos. Entretanto, as reflexões de Golbery do Couto e Silva, publicadas em 1967, são as primeiras que dizem respeito acerca da importância do Atlântico Sul e da necessidade do Brasil em ocupar os “espaços vazios” nos territórios ultramar

“confim territorial” e também “limite” que separa duas zonas, duas regiões ou mesmo duas entidades mais ou menos abstratas (fronteira lingüística, ideológica, etc.). Na concepção clássica de Turner (1996), a “fronteira” passou a ser concebida como zona de incorporação a um centro mais desenvolvido, em que ambos se beneficiam dos resultados do movimento de expansão. “Portanto, podemos interpretar o conceito de “fronteira” como referente a uma ponte ou barreira física e política, a uma zona de transição, e a um centro e a uma periferia, dependendo da forma como queremos representar determinado fenômeno”. (Penha, 2007:1)

³ Na concepção de Golbery, o “Continente Negro” seria a continuação da própria fronteira brasileira (a “**fronteira oriental**”) e, como ponto mais vulnerável da “área interior”, decisivo na segurança do “hemisfério interior”, e assim, deveria merecer maior atenção política por parte do governo brasileiro, em termos de segurança mútua. Caberia ao Brasil “cooperar na imunização também dos jovens países africanos à ‘infecção fatal’ do comunismo, estar vigilante e atento a qualquer propensão soviética na direção dessa África Atlântica onde se situa a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional”. (Silva, 1967:137)

com o objetivo de prosperar um Ocidente mais “livre e democrático” neste ponto do oceano.

Em termos geopolíticos, o general baseava-se nos conceitos de “**espaço**” e “**posição**” para desenvolver seu raciocínio sobre a estratégia correta a seguir pelo Estado, tanto nos campos de ações internas, quanto externas. A riqueza de análise, mesmo que, inicialmente, contrária aos interesses nacionais e um pouco mais convicta em defender os EUA, como “aliado preferencial”, acabou por influenciar no papel do Brasil na região e, assim, propôs, uma aliança entre os dois países para a defesa do Atlântico Sul contra os soviéticos.

Para Eli Alves Penha (2007, p. 134), os estudos de Ratzel sobre a relação “espaço e poder” é o principal objeto da Geopolítica e a base para se compreender as relações de poder em sua dimensão espacial. Portanto, quando Ratzel trata de diferentes assuntos como: problemas de traçado de fronteiras, formação de novos estados, conflitos étnicos e/ou territoriais, expansionismo e equilíbrio de forças no cenário mundial, ele acaba por se referir à sua idéia-chave de “espaço vital” e busca, então, justificar a importância dos fatores geográficos na formulação da política de um Estado e sua projeção espacial como potência regional ou mundial.

A base conceitual da Geografia Política será mais aprofundada para as explicações que se fizerem necessárias com o objetivo de balizar o projeto de pesquisa, pois assim, não teremos como nos afastar de conceitos ricos para entender a dinâmica espacial do território conquistado e, então, explicar as relações de poder no mundo atual.

Em particular, a reflexão de Ratzel, autor do livro Antropogeografia, é interessante quanto a sua formulação do **conceito de Estado**, que considera ser um organismo autônomo, como corpo vivo, no aspecto espacial em relação a outros Estados e que se manifesta como se fosse entidade proprietária de sentimentos, vontades e desejos. Entretanto, no âmbito interno, o **Estado** é constituído por partes interdependentes que se complementam e agem em conjunto dando origem a essa instituição estatal. Por esta razão os Estados

crecem, chegam ao ápice e podem decair. Assim, Ratzel se expressa muito bem, sobre este tema de estudo, ressaltando a idéia de que o **Estado é um organismo vivo**.

Explicitada sinteticamente a posição relevante de Ratzel quanto à sua percepção de Estado, passamos a esclarecer sobre a grande dificuldade quanto a determinados usos conceituais nas Ciências Sociais, principalmente na Geografia; então, o abrangente tema da “Geopolítica” servirá de análise quanto às questões estratégicas e aos aspectos de poder relacionados entre Brasil e Angola. Mesmo que, inicialmente, possamos achar que este tema não poderá contemplar a dissertação apresentada, podemos já comentar que novos conceitos e dilemas da Geografia Crítica fazem parte da visão atual e que alguns teóricos vêm salientando a Geografia Política, por conseguinte a Geopolítica.

Anteriormente, a Geopolítica de Ratzel adquiriu um sentido dinâmico nas Ciências Políticas, por ser indicadora de soluções governamentais e inspirada a partir da Geografia clássica. Agora, podemos dizer que a Geopolítica é, sobretudo, uma arte. Arte que se une à política e, em particular, à estratégia ou à política de segurança nacional, buscando orientá-las à luz da **geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem**. Seus fundamentos se radicam, pois, na Geografia Política, mas seus propósitos se projetam para o futuro.

Importante ressaltar a afirmação de Paulo César Gomes (1996) quando fala: “(...) a **reparição da geopolítica**, que, sobretudo, desde a Segunda Guerra Mundial havia sido banida pelos geógrafos, significaria uma reabilitação do campo original da geografia e, através dela, os geógrafos alcançariam de novo a dimensão esquecida da análise política”. Para Paulo César Gomes, os geógrafos da Geografia Radical trouxeram uma verdadeira contribuição para a análise espacial e depois foram voltando-se gradualmente ao tratamento de questões relativas à economia espacial e à geopolítica.

Esta visão geral quanto ao processo conceitual da Geopolítica torna-se importante e elucidativa, acabando por ser muito interessante quando se

esclarece sua modernização conceitual, desde o momento em que os geógrafos começam a perceber a necessidade de estabelecer novas categorias para os estudos geopolíticos.

1 - 4 - OBJETIVOS

Inicialmente privilegiamos uma Breve Abordagem e a Apresentação, para que estrategicamente se pudesse dar mais vazão ao processo de objetivação do projeto, que então, é apresentado depois de algumas análises metodológicas. Posteriormente, faremos indagações referentes à situação atual nas relações Brasil - Angola.

Quanto aos objetivos da pesquisa, listamos os seguintes:

1º – Investigar os interesses estratégicos do Brasil em relação a Angola, assim como o tratamento dado à questão da Geopolítica Angolana, considerando que foi o primeiro país a reconhecer a independência deste país proclamada em Luanda pelo líder do Movimento Popular pela Libertação de Angola – MPLA.

2º – Procurar compreender os motivos da descontinuidade do esforço governamental para a consolidação das relações com Angola a partir de 1975, mesmo com os destacados estudos recentes, que comprovam um profícuo relacionamento desde o século XVI até o período da “política africana”.

3º - Analisar o papel da Língua Portuguesa para o fortalecimento da unidade nacional angolana, língua esta vitalizada e ampliada no país após a Proclamação da Independência, através de programações televisivas e radiofônicas, tendo como origem as Redes de produção cultural que foram realizadas no Brasil.

2 – A “GUERRA FRIA” E A DESCOLONIZAÇÃO DO CONTINENTE AFRICANO

2 – 1 - O PÓS - II GUERRA E A NOVA ORDEM BIPOLAR

O presente capítulo visa relacionar de forma objetiva o contexto político internacional após a Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências sobre o continente africano e mais precisamente sobre o território da nação angolana, que, decerto, ficou no epicentro da divisão mundial entre o Ocidente e o Oriente. A análise de como foi a denominada “Guerra Fria” e como suas características iriam incidir fortemente nas relações colonialistas, especialmente a partir do momento em que as potências (européias) saíam enfraquecidas com este conflito e, de certa forma, colocadas em escanteio no concerto do poder internacional.

As potências vitoriosas no pós 1945, EUA e URSS, ao mesmo tempo em que criticavam o colonialismo, tentavam impor seus interesses no tabuleiro político dos conflitos coloniais. Estes elementos merecem forte destaque na análise histórica. Mais adiante, serão abordadas a decadência colonialista em si e as conseqüências observadas nos novos Estados africanos nascidos a partir de rupturas coloniais e imersos numa verdadeira encruzilhada desde então. Encruzilhada esta da qual participaram ativamente.

O maior conflito internacional ocorrido no século XX foi a 2ª Guerra Mundial. Dos escombros e dos cerca de 50 milhões de vidas perdidas iriam surgir duas potências, que polarizariam toda a conjuntura internacional levando ao ocaso potências antigas, incontestáveis, especialmente no continente europeu. Os vitoriosos neste conflito, especialmente EUA e a URSS iriam dividir o mundo em áreas de influência, e travando contínuos embates com objetivo de ampliá-las. Este momento histórico, conhecido como Guerra Fria, marcaria as disputas políticas no mundo entre os anos 1945 até 1991, ano em que a URSS desintegra-se, iniciando o rendimento de grande parte do Mundo Socialista ao domínio do Capitalismo monopolista Internacional. Sobreviveram, contudo, os governos comunistas da Coréia do Norte, Vietnã, Cuba e China. Com exceção do primeiro, que ainda é um regime bastante fechado, os demais

países já adotam algumas medidas econômicas de mercado aberto e integraram-se gradativamente ao processo de globalização.

Alguns conceitos relativos à guerra foram alterados significativamente, quando da chamada "Guerra Fria", carimbada após a 2ª Guerra Mundial, onde URSS e EUA ficaram frente a frente. Se a guerra no campo de batalha habitualmente era com canhões, com fogo, nesta altura aparece uma forma nova de agressão e de conflitos: as confrontações ideológicas, a difamação, a propaganda mal intencionada. Deste modo, lutavam o Capitalismo e o Socialismo, friamente, nem só porque não era "quente", mas também pela carga de cinismo, desinformação e ocultação da verdade que os caracterizavam.

O período aberto após 1945, do ponto de vista do equilíbrio diplomático, mostrou-se razoavelmente estável. Houve uma divisão de esferas de influências entre os países vencedores e a consolidação de blocos que apresentavam entre si, entre outras coisas, importantes diferenças na organização de sua economia e de suas sociedades a partir da dicotomia Socialismo versus Capitalismo.

Em geral, nas avaliações mais tradicionais se prioriza uma análise das contradições entre estes dois blocos, dos conflitos e disputas. Hobsbawm (2003), por seu turno, tenta abordar os elementos de acordo, de colaboração e paciência entre socialistas e capitalistas. Para ele,

“(...) as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas forças armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível em longo prazo”.

Isso não significa minimizar as possibilidades de um choque real entre os países, algo difícil de imaginar sua concretização, mas a Guerra Fria, em suas características centrais, manteve um equilíbrio conciliatório entre URSS e EUA, evitando assim confrontos diretos.

Por outro lado, os confrontos indiretos ocorreram em várias partes do globo, destacando-se os processos de descolonização africana, que será abordada mais adiante. A solução nuclear nunca foi levada a sério por ambos os lados, em que pese a corrida e os imensos investimentos nesta área, mas as soluções militares ocorriam mediante guerras convencionais como o fizeram os americanos no Vietnã ou os russos no Afeganistão. Curiosamente, as potências conheceram derrotas nestes dois episódios citados.

Ao mesmo tempo em que soviéticos e norte-americanos constituíam e ampliavam seus respectivos blocos (China seria importante reforço do bloco socialista, em que pesem suas contradições com os soviéticos) a outrora poderosa Europa conheceria sua bancarrota, pelo menos momentânea, já que se iniciava um processo de passagem do poder internacional da esfera europeia para as esferas das novas lideranças, quer a norte-americana, quer a soviética. Neste contexto, os povos africanos, que foram durante um longo período, altamente explorados pelas potências, até então, detentoras de força política, reiniciam um novo sofrimento, pois se tornaram cenários privilegiados para os conflitos indiretos da Guerra Fria. Interessante destacar que, tanto a URSS como os EUA, por motivos diferentes, apoiavam o afastamento dos países africanos de seus colonizadores europeus.

Do ponto de vista do método, em geral, as independências coordenadas pelos EUA tiveram um perfil mais “pacífico”, sem o uso direto de armas, entretanto, no caso da ex-URSS, as rupturas foram mais traumáticas, mais violentas. Muitas vezes, os conflitos se davam em fronteiras que detinham ideologias opostas, como Senegal e Guiné, por exemplo. Outros ocorriam a partir de disputas violentíssimas entre guerrilhas, como se destaca o exemplo de Angola, com grupos armados pelos dois blocos da Guerra Fria. Neste período, o sentimento internacionalista do socialismo esteve presente com tropas cubanas agindo em Angola⁴, além da presença de Che Guevara na região do antigo Congo.

⁴ Para o jornalista angolano Orlando de Souza Castro, mais de 50 mil cubanos estiveram presentes em Angola, em 1988, durante o período da Guerra civil. Esta informação está na entrevista concedida ao site (www.midiaseemascara.com.br/artigo.php), conforme trecho: “Creio que em 1988 estariam estacionados

A formação do grupo denominado de “Terceiro Mundo” em Bandung somado a episódios importantes para a África como a nacionalização do Canal de Suez e a posição de Nasser estiveram também marcadas pelo signo da Guerra Fria, pois setores, mesmo chamados de “não alinhados”, simpatizavam com o Socialismo, mesmo que nem sempre com o de perfil soviético.

Neste sentido, a formação da OUA (Organização das Nações Africanas) e as lutas internas desta entidade também foram influenciadas pelas posições e disputas entre socialistas e capitalistas, algo natural num mundo politicamente bipolarizado com pouco espaço para uma espécie de “terceira vertente”. Com isso, soviéticos e norte-americanos acabavam tirando vantagens e algum proveito das contradições internas entre os africanos.

As potências também se tornaram espécie de modelo para os Estados recém libertados pós 1960. Segundo Iliffe:

“O nacionalismo visava imitar estados-nações mais modernos: não os governos minimalistas das sociedades agrícolas, mas os planos de desenvolvimento e os mecanismos de controle burocrático do mundo industrializado (em especial do socialista)”.

Esta compreensível ambição dos novos países libertados não se concretizou por vários limites históricos, políticos e econômicos do continente africano esgotado e arrasado por séculos de exploração capitalista. O chamado neocolonialismo foi um fenômeno observado a partir das independências e no contexto da Guerra Fria, sendo um processo, até certo ponto disfarçado, escamoteado e oculto atrás das aparências de liberdade e autonomia política.

Politicamente independentes, mas com economias limitadas, os Estados africanos eram obrigados a aceitar as chamadas “ajudas para o desenvolvimento” dos países centrais. Estas ajudas não resolveram problemas estruturais, apenas paliativos para manterem-se elos de dependência em especial nas regiões mais frágeis do continente. Neste mesmo período, nações

em Angola bem mais do que 50 mil cubanos, 1.500 soviéticos, além dos alemães-orientais e norte-coreanos. É claro, pelo menos para mim, que os objetivos eram muito mais amplos. Angola foi o motivo ideal e legal para os comunistas entrarem na África”.

ergueram-se dos escombros da guerra com ajudas externas, tais como: Japão, Alemanha, Inglaterra, entre outras, mas se compararmos com o continente africano, este, ficou ainda bastante distanciado desta recuperação nos países centrais, sendo, que apenas recentemente, isso é percebido pontualmente em algumas nações, em que, pela presença de reservas de petróleo e hidrocarbonetos, alçam elevados índices de crescimento econômico.

Importante destacar os contextos em que os líderes mundiais da Guerra Fria (soviéticos e norte-americanos) se inseriram em disputas territoriais em algumas nações africanas, em particular em Angola. Assim, despontam as tendências que acabam por entender a realidade contemporânea do continente africano a partir dos fardos históricos que sofreram, não só a partir da Guerra Fria, mas também em todo contexto econômico e político da Era Moderna.

A disputa de poder e domínio territorial em Angola, no período da Guerra Fria, iniciou-se a princípio, em 1961, com a Guerra civil angolana⁵, após mais de cinco séculos de opressão colonial e brutal dos portugueses, com o povo angolano tentando impor um regime de liberdade. O regime fascista de Lisboa havia primeiramente desperdiçado e explorado os recursos naturais de seu próprio país, Portugal, e logo se remeteu às “províncias de ultramar” para pilhá-las, em particular e em maior grau, os recursos de Angola. Existiam, neste momento, três violentos movimentos de libertação⁶ que haviam aprendido a lógica militar dos anos de espoliação. Não obstante, alguns setores da população angolana resistiram às ordens do governo português, alheio, seja pela objeção de consciência, seja pela desobediência civil e iniciaram uma sangrenta Guerra contra o colonizador.

A independência de Angola não foi o início da paz, mas o início de uma nova guerra aberta. Muito antes do Dia da Independência, a 11 de Novembro de 1975, já os três grupos nacionalistas que haviam combatido o colonialismo

⁵ Esta guerra iniciou mais precisamente em 15 de março de 1961, quando a FNLA (na época, União dos Povos de Angola – UPA), atacou uma dezena de fazendas no norte do país, assassinando a tiro ou a porretada, não apenas fazendeiros portugueses e suas famílias, mas também os trabalhadores de etnia ovimbundo e os negros mestiços naturais de Luanda.

⁶ O MPLA (Movimento pela Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional pela Libertação de Angola). Mais adiante, em capítulo específico, elucidaremos o papel e as características de cada um desses movimentos.

português lutavam entre si pelo controle do país, e em particular da capital, Luanda. Cada um deles era, naquele momento, apoiado por potências estrangeiras, dando ao conflito o caráter de dimensão internacional, bem no auge da Guerra Fria.

Muito bem destaca o escritor angolano José Eduardo Agualusa em seu romance “Estação das chuvas” (2000) o Dia da Independência de Angola, como também o início do sofrimento do povo angolano com a Guerra civil:

“No Largo Primeiro de Maio o Presidente falava à multidão. Pouco antes de subir à tribuna um jovem oficial saltara de um jipe para lhe entregar uma mensagem do Comandante Jacob Caetano, mais conhecido por Monstro Imortal. A situação era crítica: as colunas sul-africanas tinham subido oitocentos e tantos quilômetros, pulverizando as frentes sul e centro. (...) militares cubanos combatiam ao lado das FAPLA contra antigos comandos portugueses, tropas regulares do exército zairense e guerrilheiros de Daniel Chipenda e Holden Roberto. Balas coloridas riscavam a noite e ninguém sabia dizer se eram parte dos festejos ou do aparato da guerra. Os céus da cidade tinham-se transformado numa imensa armadilha. Era tão incerto o destino de Luanda que muitas das delegações convidadas a assistir às cerimônias, incluindo a da União Soviética, tinham preferido não comparecer”. (2000)

A divisão das alianças internacionais era confusa, às vezes, mutável e em determinados períodos, potências estrangeiras declararam apoio a dois dos três movimentos de libertação que lutavam pelo poder político em Angola. A União Soviética e principalmente Cuba apoiavam o MPLA, que controlava a cidade de Luanda e algumas outras regiões da costa, nomeadamente Lobito e Benguela. Os cubanos não tardaram a desembarcar em Angola (5 de outubro de 1975). A África do Sul apoiava a UNITA e invadiu Angola em 9 de agosto de 1975. O Zaire, que apoiava a FNLA, invadiu também este país, em julho de 1975. A FNLA contava também com o apoio da China, mercenários portugueses e ingleses, mas também com o apoio da África do Sul. Os EUA, que apoiaram inicialmente apenas a FNLA, não tardaram a ajudar também a UNITA. Neste caso, o apoio manteve-se até 1993. A estratégia dos EUA foi durante muito tempo dividir Angola. Em resumo, no quadro a seguir temos os movimentos políticos e as nações que os apoiavam:

Movimentos de libertação	Líder político	Apoios internacionais
MPLA	Agostinho Neto	URSS, Cuba e ex-Alemanha Oriental
UNITA	Jonas Savimbi	África do Sul e EUA
FNLA	Holden Roberto	EUA, Zaire, África do Sul e China

Em Outubro de 1975, o transporte aéreo de quantidades enormes de armas e soldados cubanos, organizados e chefiados pelos soviéticos, mudou a situação, favorecendo o MPLA. As tropas sul-africanas e zaienses retiraram-se e o MPLA conseguiu formar um governo socialista de único partido.

Para destacar este período em Angola, optamos por análises literárias ficcionais, que ressaltam bem o momento vivido pela população angolana. Assim como José Eduardo Agualusa, citado anteriormente, outra escritora angolana, Ana Paula Tavares, em seu livro de crônicas “A cabeça de Salomé” (2004) descreve a relação dos angolanos e a necessidade de fuga devido à situação da guerra:

“Entre agosto de 1975 e março de 1976, fugir deixou de ser uma mera palavra de ocasião, um verbo ilustrativo das mil e uma formas de conjugar, para se transformar num modo de vida, uma atitude, um estado de alma. Os corpos dormiam esticados como arcos preparados para o impulso, ao menor sinal de que era hora. Aprendemos muito rápido, a linguagem da fuga (...). Assim fugíamos de quê, para onde, são histórias para contar amanhã ou depois”. (2004, p. 41)

Mesmo com este conturbado momento político de Angola, o Brasil rapidamente estabelece relações diplomáticas com a nova República que se instalara. Fez isso antes mesmo de qualquer país do bloco comunista. Nenhum país ocidental ou mesmo africano seguiu o seu exemplo. A decisão de reconhecer como legítimo o governo de Agostinho Neto foi tomada pelo então presidente Ernesto Geisel ainda em 6 de novembro, antes da data oficial de Independência de Angola. Já em 1976, as Nações Unidas reconheciam o

governo do MPLA como o legítimo representante de Angola, o que não foi seguido nem pelos EUA, nem pela África do Sul.

No meio do caos que Angola havia se tornado, milhares de portugueses abandonaram este país entre 1974 e 1976, o que agravou de forma dramática a situação econômica. Em Maio de 1977, um grupo do MPLA encabeçado por Nito Alves, desencadeou um golpe de Estado, que foi afogado num banho de sangue. No final deste ano, o MPLA realizou o seu 1º Congresso, onde se proclamou como sendo um partido marxista-leninista, adotando o nome de MPLA - Partido do Trabalho.

A guerra, a mais cruel e longa no período da Guerra Fria⁷, continuava a alastrar por todo o território angolano. A UNITA e a FNLA juntaram-se então contra o MPLA. A UNITA começou por ser expulsa do seu quartel-general no Huambo, sendo as suas forças dispersas e impelidas para zonas rurais do interior. Mais tarde, porém, o partido reagrupou-se, iniciando uma guerra longa e devastadora contra o governo do MPLA. A UNITA apresentava-se como sendo anti-marxista e pró-ocidental, mas tinha também raízes regionais, principalmente na população ovimbundu do sul e centro de Angola.

Agostinho Neto morreu em Moscovo em 10 de setembro de 1979, sendo sucedido no cargo pelo ministro da Planificação, o engenheiro José Eduardo dos Santos. A partir de 1989, em Angola, com a queda do bloco da ex-União Soviética, houve os acordos de paz entre a UNITA e o MPLA, seguidos de um recomeço das hostilidades. Em Junho de 1989, em Gbadolite (Zaire), a UNITA e o MPLA estabeleceram uma nova trégua. A paz durou apenas dois meses.

Em fins de abril de 1990, o governo de Angola anunciou o reinício das conversações diretas com a UNITA, com vista ao estabelecimento do cessar-fogo. No mês seguinte, a UNITA reconhecia oficialmente José Eduardo dos Santos como o Chefe de Estado angolano. O desmoronar da União Soviética

⁷ De acordo com informações do site: www.connection-ev.de, a guerra de Angola está reconhecida a nível internacional como a guerra mais sangrenta e sofisticada de todas as guerras africanas, as estatísticas oficiais somente recolhem 500.000 mortos. Entretanto, depois do início da fase posterior ao conflito em Outubro de 1992, as Nações Unidas calculavam que em 1993 morriam 1000 pessoas por dia. Logo, mais de 360.000 pessoas podem ter morrido somente nesse ano. Nenhum dos dois movimentos combatentes teria mostrado ter compaixão alguma pelo seu próprio país ou seu povo.

acelerou o processo de democratização. No final do ano, o MPLA anunciava a introdução de reformas democráticas no país. Em 11 de Maio de 1991, o governo publicou uma lei que autorizava a criação de novos partidos, pondo fim ao unipartidarismo e em 22 de Maio os últimos cubanos saíram de Angola.

Em 31 de maio de 1991, com a mediação de Portugal, EUA, União Soviética e da ONU, celebraram-se os acordos de Bicesse (Estoril em Portugal), terminando com a Guerra civil desde 1975, e marcando as eleições para o ano seguinte.

As eleições de setembro de 1992 deram a vitória ao MPLA (cerca de 50% dos votos). A UNITA (cerca de 40% dos votos) não reconheceu os resultados eleitorais. Quase de imediato sucedeu um banho de sangue, reiniciando-se o conflito armado, primeiramente em Luanda, e alastrando-se rapidamente para o restante do território. Assim, a UNITA restabeleceu sua capital no Planalto Central com sede em Huambo (antiga Nova Lisboa), no leste e norte diamantífero.

Em 1993, o Conselho de Segurança das Nações Unidas embargou as transferências de armas e petróleo para a UNITA. Tanto o governo como a UNITA acordaram em parar as novas aquisições de armas, mas tudo não passou de palavras. Em novembro de 1994, celebrou-se o Protocolo de Lusaka, na Zâmbia entre a UNITA e o Governo de Angola (MPLA). A paz parecia mais do que nunca estar perto de ser alcançada. A UNITA usou o acordo de paz de Lusaka para impedir mais perdas territoriais e para fortalecer as suas forças militares. Em 1996 e 1997 adquiriu grandes quantidades de armamentos e combustível, enquanto ia cumprindo, sem pressa, vários dos compromissos que assumira através do Protocolo de Lusaka.

Entretanto, o Ocidente passaria a apoiar o governo do MPLA, o que marcou o declínio militar e político da UNITA, movimento este que passou a ter cada vez mais dificuldades em financiar as suas compras militares, perante o avanço no terreno das FAA (Forças Armadas de Angola), e dado o embargo internacional e diplomático a que se viu submetida.

Em dezembro de 1998, Angola retornou ao estado de guerra aberta, que só parou em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, líder político da UNITA. Com a morte do líder histórico da UNITA, este movimento iniciou negociações com o Governo de Angola com vista à deposição das armas, deixando de ser um movimento armado, e assumindo-se como **mera força política**. Assim, acontece a Guerra civil angolana, podendo ser incluída como uma das batalhas mais sangrentas do período da Guerra Fria, em que, por disputas ideológicas, uma nação vê-se envolvida num enorme derrame de sangue, além de ter sofrido enormemente com a emigração de quantidade expressiva de sua população civil⁸.

Somente uma forte reparação histórica pode reverter um quadro de devastação e infortúnios criados pela guerra, o que não termina com o pedido de perdão por parte dos países que se envolveram e tão pouco com a renegociação e talvez mesmo o perdão das dívidas externas provocadas pela guerra. Angola, mesmo sendo um país rico, encontra-se algemada, devido às espoliações sofridas desde o século XV pelos europeus, carregando, ainda hoje, consideráveis conseqüências por encontrar-se no epicentro de um grande conflito da história da humanidade.

Segundo relato abaixo da situação após a Guerra civil em Angola, pode-se ter uma verdadeira noção de como ficou o país.

“Após quase 20 anos de Guerra civil, a maior parte da infra-estrutura angolana encontra-se destruída ou seriamente danificada. Com campos minados, pontes destruídas e aumento de banditismo, muitas estradas tornaram-se inacessíveis. As centrais elétricas, os sistemas de distribuição de eletricidade e os sistemas hidráulicos sofreram grandes danos. As escolas e postos médicos existentes encontram-se totalmente abandonados ou em ruínas em muitas zonas. A produção alimentar constatou um declínio substancial devido à deslocação da população e à presença de minas”. (texto extraído do site: www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/colect2/2d3.html#dois).

⁸ O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), órgão criado em 1949 e vinculado a ONU, estima que a Guerra civil angolana tenha produzido mais de 350.000 refugiados, que se estabeleceram em diferentes países da África (Zâmbia, Zaire, Namíbia, Congo e etc) além de uma outra quantidade que migraram, fugindo da guerra, para Portugal, outros países da Europa e Brasil.

Para ressaltar o pós-guerra em Angola, ainda optamos por análises literárias ficcionais, cujo relato é assustador quanto à situação em que o povo angolano, ainda hoje, convive com as minas terrestres. José Eduardo Agualusa, já citado anteriormente, em seu livro “O Vendedor de Passados” (2004) descreve liricamente a relação das crianças angolanas com o difícil processo de desarme de minas terrestres do país:

“(...) vez por outra, meninos saltam muros e roubam abacates, nêspas e papais (...) Parece-me uma tarefa demasiado arriscada (...) Creio que o fazem para provar o risco (...) Neste país não falta trabalho aos sapadores (meninos que desativam minas terrestres). Ainda ontem vi, na televisão, uma reportagem sobre o processo de desminagem. Um dirigente de uma organização não governamental lamentou a incerteza dos números. **Ninguém sabe, ao certo, quantas minas foram enterradas no chão de Angola. Entre dez a vinte milhões. Provavelmente haverá mais minas do que angolanos.** Suponhamos, pois, que um desses meninos venha a tornar-se sapador. Sempre que rastejar através de um campo de minas há de vir-lhe à boca o remoto sabor de uma nêspas ...” (2004, p. 10-11)

2 - 2 - O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO E O DESPERTAR DA ÁFRICA

Até o início do século XX parecia impossível imaginar uma decadência dos países europeus. Autodenominados de potências, ampliavam sua influência cultural e política no mundo especialmente com o colonialismo. Na Conferência de Berlim⁹, em 1885, bastante unidos, desenvolveram uma aventura imperialista e dividiram o mapa africano entre as potências que ali detinham algum tipo de “ocupação ou mérito”. Interessante ressaltar que, em Berlim, estiveram presentes representantes de 14 países, de acordo com Ata Geral da sessão de encerramento, publicada por Henri Brunschwig (1971):

“Ata Geral redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885 entre a França, a Alemanha, a Áustria-Hungria, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Itália, os Países-Baixos, Portugal, a Rússia, a Suécia-Noruega e a Turquia (Império Otomano), para regulamentar a liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África”. (1971, p. 78)

Entretanto, na partilha de Berlim, dentre as 14 potências participantes da Conferência, apenas França, Alemanha, Bélgica, Espanha, Grã-Bretanha, Itália e Portugal dividiram o mapa africano, como sendo a última centelha imperialista (em que pese muito importante) dos europeus. Estes se envolveriam a partir do século XX em conflitos mundiais que dividiriam suas forças e arrasariam suas economias e infra-estruturas. Mesmo as nações vencedoras, especialmente na 2ª Guerra Mundial, seriam fortemente abaladas politicamente. Por conseqüência, o colonialismo por elas levado a cabo iria se esfumaçar.

Centro da civilização mundial, a Europa, até então, passou a conviver pós-1945 com uma divisão ideológica bastante definida - parte ocidental capitalista e parte oriental comunista - e ainda necessitou dos aportes bastante

⁹ A Conferência de Berlim foi aberta em 15 de novembro de 1884 pelo Chanceler alemão Bismarck sentado à cabeceira de uma mesa de ferro, com um grande mapa da África ao fundo. Composta de oito reuniões, a Conferência de Berlim se estendeu até 26 de fevereiro de 1885, dia da sessão de encerramento. (Brunschwig, p. 41-42)

bondosos dos EUA e seus planos de reconstrução, como Plano Marshall, que injetou bilhões de dólares na Europa para conter o socialismo e ter na mão, literalmente, o futuro do velho continente.

Os europeus imersos nas tarefas de reconstrução iriam reduzir sua presença real nas áreas coloniais. Os ingleses reduziram em 50% sua participação econômica em seu próprio Império, a partir de 1950, preferindo interagir com outros parceiros numa nova lógica de conexão econômica que substituía o colonialismo.

A debilidade européia somada a outros fatores importantes como a reação organizada africana, a pressão externa dos EUA e URSS e o crescimento demográfico nos países africanos, levaria a um período intenso de rupturas coloniais a partir de 1945, em várias regiões do planeta, especialmente na África, que reagiria, 60 anos depois à colcha de retalhos fabricada na Conferência de Berlim.

As Grandes Guerras do século XX tiveram as mais variadas motivações. Especialmente as chamadas Grandes Guerras (1914-1918 e 1939-1945), que mexeram fortemente no tabuleiro do poder mundial, bem como nas relações internacionais.

De qualquer forma, a Segunda Guerra Mundial provocaria muito mais a debilidade das antigas potências européias como “mantenedoras” das regiões africanas que, assim, viriam a conquistar suas independências neste período chamado pós-guerra, a partir de 1945. Segundo Hobsbawm,

“O que prejudicou fatalmente os velhos colonialistas foi a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente, e que as velhas potências se encontravam fracas demais, mesmo após uma guerra vitoriosa, para restaurar suas antigas posições”. (2003)

Contraditoriamente à sua vitória contra a Alemanha, potências como França e Inglaterra serão obrigadas a reconhecer a nova correlação de forças internacional após 1945, com a emergência de duas novas potências que

dividiriam o mundo no período da Guerra Fria e determinariam com força os rumos do colonialismo.

A partir do ocaso da 2ª Guerra, os europeus vão perdendo sua supremacia nos ditames políticos da geopolítica internacional. Os sacrifícios da guerra, a divisão entre eles e o dilaceramento das suas economias dariam energia aos movimentos de libertação na África para radicalizar e questionar a viabilidade econômica do colonialismo no século XX. Entre os fatores da eclosão da independência das colônias africanas ainda encontramos a resistência local de alguns povos colonizados, as pressões externas das potências do pós-guerra e a própria dúvida quanto à continuidade do papel do colonialista.

As potências emergentes do pós-guerra tinham suas posições claras quanto à descolonização, os EUA, ausentes nas possessões africanas, tinham uma posição clara a respeito da autodeterminação dos povos a partir das idéias da Carta do Atlântico (14 de agosto de 1941), assinada também pelos ingleses. Por sua vez, a URSS se destacaria como apoiadora dos movimentos de libertação nacionais, na oposição ao “imperialismo capitalista”.

O clima democrático-liberal instalado no mundo após a queda do nazismo (1945) abriu uma era de declínio na velha concepção colonialista de intervenção direta e de novos métodos das potências para as relações econômicas e políticas internacionais. Com a queda do colonialismo foi passado o “bastão histórico” para as mãos dos próprios africanos, após décadas de domínio direto europeu. Em geral, a opção mais observada foi manter e almejar estruturas políticas e sociais semelhantes aos dos países “mais adiantados”. Segundo Zakeu A. Zengo no texto “Democracia e Desenvolvimento em África – Desafios e Alternativas”, apresentado na Semana da África, na UFMG, esta transferência de poder aos novos Estados africanos é deveras conflituosa:

“Como todos sabem, os Estados coloniais eram autocráticos. Os movimentos nacionalistas não tinham considerado a democratização das sociedades pós-coloniais como uma prioridade. Deste modo, todos os Estados pós-coloniais, populistas radicais ou compradores antinacionalistas, reprimiam qualquer

tentativa de surgimento ou de consolidação de sociedades civis, essenciais à democracia burguesa liberal. O argumento principal do movimento foi o que Samir Amim chama de “desenvolvimentismo” no seu livro *L'échange inégal*, de 1988”. (2004)

Neste sentido, especialmente EUA e URSS eram referências para os dirigentes africanos, a maioria destes formados nas academias européias. A Guerra Fria, inaugurada após os acordos de Yalta e Potsdam, acabaria temperando todo o percurso africano a partir daí, incidindo nos novos Estados e em entidades unitárias como a OUA, por exemplo.

Parece inegável que a inserção africana neste contexto, se, por um lado ajudou a libertar o continente do jogo colonialista, por outro, não deu uma resposta ao subdesenvolvimento e ao atraso tecnológico, fruto da exploração histórica e problema crucial em várias regiões do continente.

É importante considerar que a bipolarização presente neste período (1945-1991) era praticamente irresistível, mesmo para aqueles chamados “não alinhados”, para quem respingava o jogo de contradições globais. A opção pelo neocolonialismo foi irresistível, iniciativa especialmente capitalista, mas que assolou os novos países com relações internacionais desfavoráveis. Ainda segundo Zakeu A. Zengo, no texto “Democracia e Desenvolvimento em África – Desafios e Alternativas”, apresentado na Semana da África, na UFMG, esta situação quanto às opções a serem seguidas pelos novos Estados africanos, é analisada de forma alvissareira:

“Em seqüência da desordem política e estrutural herdada das guerras nacionais, a própria sobrevivência dos estados nacionais só foi garantida pela emergência de regimes autocráticos que, sob subvenção dos interesses representados pela Guerra Fria, contribuíram para”:

”(a) solapação/apropriação das riquezas territoriais pela classe dominante, privando qualquer ideologia do progresso (...) surge então a cultura da dependência e do clientelismo”;

“(b) desmantelamento e sucateamento das estruturas produtivas nacionais, mesmo as básicas (...), incapacitando o continente para a retomada do caminho do progresso e emancipação econômica”;

“(c) ausência de perspectivas reais capazes de autorizar a defesa ou adoção de medidas de progresso, político ou econômico, sem reformas profundas”. (2004)

Os aspectos que devem ser destacados no auge e no próprio processo da descolonização são: a opção africana de manter as fronteiras construídas pelos europeus na Conferência de Berlim; o papel muitas vezes interesseiro de EUA e URSS no pós-guerra, além das práticas das elites africanas somadas às amplas e históricas espoliações das reservas do continente. Estes são elementos que ajudam a entender a realidade contemporânea do continente.

Com a descolonização, a África e africanos pensavam na possível reversão do quadro em que se encontravam; acreditava-se na construção de uma outra lógica das sociedades, na superação dos limites econômicos do mercado e em territorialização das diferentes nacionalidades com novas fronteiras. Não há fórmula, mas a colaboração solidária entre os africanos, e mesmo entre aqueles que sofreram uma carga histórica semelhante, pode ser um caminho de recuperação autônoma das possibilidades econômicas e sociais de um continente berço da civilização e da humanidade, que teve suas riquezas vilipendiadas pelo sistema político europeu até 1945, e depois pelo neocolonialismo presente em suas variadas formas mesmo até nossos dias. Seguindo o pensamento de Zakeu A. Zengo, exposto no texto “Democracia e Desenvolvimento em África - Desafios e Alternativas” apresentado na Semana da África, na UFMG, para que Estados fortes surjam na África seria necessário:

“(...) permitir a formação de um espaço duradouro de solidariedade interclassista, a nação, graças a uma partilha social das riquezas e da capacidade de acesso aos serviços, bem como uma distribuição geográfica das atividades econômicas e culturais por uma classe média em expansão contínua, que seja considerada eqüitativa e com perspectivas de melhoria. Além disso, que este potencial econômico forneça ao Estado, recursos suficientes para uma gestão cada vez mais cara da ordem e da segurança das pessoas e dos bens”. (2004)

A ONU, que estava nascendo na medida da derrota alemã, se dispunha a pôr em prática um sistema internacional garantidor dos direitos humanos e da paz a partir de “meios pacíficos”. Os valores da chamada

“democracia liberal” seriam hegemônicos na fundação desta entidade que teria tradição no reconhecimento de novos Estados oriundos de rupturas coloniais. Os novos Estados africanos seriam membros deste “Parlamento Mundial”, à medida que conquistavam suas independências nacionais nas décadas de 50, 60 e até meados dos anos 70.

As rupturas coloniais que não tardaram, aconteceram de duas formas básicas: a partir de lutas populares anticolonialistas ou acordos que evitavam os traumas da violência e garantiam algum tipo de vínculo com a ex-metrópole, exemplo muito visto nas colônias britânicas. Para Gérard Chaliand (1982), a “(...) África ao sul do Saara, no essencial, exceção feita às colônias portuguesas (...), acede à independência por volta de 1960 sem disparar um tiro sequer. (...) a este processo, pode-se legitimamente empregar o termo descolonização”.

Dada a vinculação do colonialismo com o modelo capitalista de economia, os partidos e grupos com referência no socialismo tomaram o poder em várias ex-colônias africanas:

“Em várias ex-colônias, os comunistas tomaram o poder, dada a sua identificação com o anticapitalismo e, portanto, com o antiimperialismo, particularmente em países que se formaram a partir da vitória de uma insurreição popular organizada e mantida tenazmente à base da guerrilha, como na Indochina, em Moçambique e em Angola”. (1987)

Além dos exemplos de Angola e Moçambique, citados acima, por Luiz Roberto Lopez (1987), no livro História do Século XX, merece destaque o exemplo argelino de enfrentamento com os franceses, numa luta duradoura por anos que incluiu guerrilha urbana, conflitos e atentados armados. Ao mesmo tempo, Nasser no Egito comprou expressiva briga com a nacionalização do Canal de Suez.

Neste episódio, corajosamente Nasser coloca o estratégico canal sob controle do Estado egípcio em 1956. A ameaça francesa e inglesa logo chegaria e a ONU, os EUA e a URSS, cada um a seu tempo, reverteriam o

pedido de intervenção anglo-francesa que estava por ocorrer. Para todos, a partir de então, ficou claro a nova relação geopolítica internacional pós-guerra.

Ainda sobre o papel da URSS, cabe ressaltar que embora com uma posição anticolonialista e anti-imperialista, nem sempre apoiou incondicionalmente as independências africanas. No caso português, por exemplo, os soviéticos temiam a imaturidade das condições políticas e sociais das possessões lusas e que estas poderiam aliar-se à potência capitalista, ou mesmo à própria China, que manteve suas relações com movimentos nacionalistas africanos a partir do regime de Mao.

Em síntese, a conjuntura pós-guerra (podemos localizar entre 1945-1975) foi um período de decadência do colonialismo, de emergência do chamado Terceiro Mundo (Conferência de Bandung - 1955), com uma postura independente e anticolonial, de decadência europeia e de supremacia de um mundo bipolar com pouco espaço para o velho estilo colonialista, substituído por relações internacionais econômicas, políticas e culturais.

2 – 3 – O IMPÉRIO ULTRAMARINO E A ÁFRICA PORTUGUESA

A África foi durante muito tempo parte essencial na identidade portuguesa, tornando-se símbolo da sua história e das suas realizações. A memória e a crença nesses feitos tornaram-se um dos principais pilares da construção da confiança e do orgulho nacional português. Nesse sentido, uma análise sobre a atuação lusitana na África e a manutenção do Império Ultramarino Português não deve ser feita considerando-se apenas aspectos econômicos e políticos. Torna-se também importante refletir acerca dos elementos de forte identidade e simbolismo que rodeiam o projeto colonizador português. Uma análise dessa natureza é de vital importância para entendermos a complexidade do Império Ultramarino Português.

Sabemos que os empreendimentos portugueses em territórios do além-mar se iniciam no século XV. Nesse sentido, a identidade e o pensamento colonialista português foram construídos ao longo de vários séculos. Contudo, acreditamos que não seria necessária e tão pouco frutífera uma discussão tão extensa. Com vista ao objetivo deste capítulo, vamos nos restringir apenas à identificação do pensamento colonialista a partir do início do governo de Antonio Salazar, e ainda assim, ressaltando os aspectos pertinentes ao processo ocorrido na África.

Após o estabelecimento do Estado Novo, uma das principais preocupações de Salazar foi com a restauração da confiança e do orgulho nacional português. Visando este objetivo, esse governante passou a defender a idéia de que o poder e o prestígio de um povo deveriam ser medidos, não através de critérios materiais, mas sim através de seu espírito, temperamento e sua história. Dessa forma, afirmava-se a glória e a grandiosidade portuguesa, desprezando o constrangedor baixo desenvolvimento tecnológico e econômico existente em Portugal neste momento. Com o intuito de demarcar a glória e o prestígio do país, Salazar e uma parcela da intelectualidade portuguesa passaram a evocar o passado imperial, a importância do pioneirismo do povo português na exploração do mundo e os feitos de sua “missão” na África.

Importante destacar que mais adiante abordaremos os aspectos do luso-tropicalismo e o resgate dessa auto-estima portuguesa no Mundo.

A preocupação em disseminar, exaltando e glorificando a história e os feitos lusos no além-mar, estará bem destacada em capítulo mais avançado. Desse modo, é importante destacar que, a grandeza e o orgulho nacional português relacionam-se diretamente com o ultramar português, o que torna possível entender a importância da manutenção dos territórios ultramarinos durante um longo período. Em outras palavras, o continente africano torna-se a razão de Portugal ser uma potência.



Cartaz de propaganda nacional com o intuito de difundir a idéia de que os territórios africanos faziam de Portugal uma grande nação.

A questão ultramarina constituía-se como uma das principais preocupações no Estado Novo sob o controle de Salazar, e posteriormente, Marcello Caetano. O nacionalismo, baseado na glória de Portugal, era um dos principais pilares de sustentação deste regime, e neste sentido, as províncias ultramarinas eram parte essencial na construção de uma imagem grandiosa da nação. Os territórios africanos não representavam apenas interesses econômicos e políticos, mas também estavam relacionados a uma identidade

portuguesa defendida pelo regime. Sendo assim, a perda das províncias ultramarinas significaria um grande abalo a uma das principais bases ideológicas do Estado Novo.

Havia um intenso debate sobre a questão ultramarina nesse período, todavia, essa discussão possuía grandes limitações e entraves. A censura foi uma das principais marcas do governo salazarista. O rádio, o teatro, o cinema, e, a partir de sua instalação em Portugal, a televisão, foram objeto de censura crescente e sistemática, palavras não podiam ser pronunciadas ou difundidas sem prévia aprovação dos censores. Para bem representar este momento, cabe destacar citação de Kenneth Maxwell (1995):

“O regime salazarista lançou mão de temíveis instrumentos de repressão. A polícia política disseminou sua insidiosa influência por todo o país, recorrendo a uma rede de colaboradores e espões. Nada se podia fazer contra sua perseguição. Como o perigo espreitava em cada conversa de teor político, as pessoas tornaram-se furtivas, desconfiadas e caladas”. (1995, p. 35)

Sendo assim, em Portugal não ocorreu, neste período, um verdadeiro e completo debate sobre o projeto colonialista. A atuação intensa e constante da censura no governo de Salazar limitava e excluía a participação de possíveis anticolonialistas no debate público. Nesse contexto, qualquer idéia contrária ao projeto colonialista era considerada uma oposição à própria nação.

Além de toda uma engrenagem política em Portugal, para manter a total inexistência de liberdade, havia também uma enorme demonstração de Salazar para que a sociedade portuguesa se mantivesse num estágio de confinamento e isolamento do Mundo Desenvolvido da época, que, de certa maneira, provocava temores, quanto à futura postura do país diante do avanço que se notava no restante do continente europeu. Para Kenneth Maxwell: “Portugal salazarista estava firmemente escorado contra o século XX”. (1995, p. 35). E mais adiante, completava: “(...) Salazar cravava seus olhos míopes nas despesas miúdas. Mas o custo do atraso social era alto. As taxas de doenças infecciosas, mortalidade infantil e analfabetismo em Portugal equiparavam-se às da Turquia”.

Salazar assumiu o controle absoluto a partir de 1930, como Ministro das Finanças; mais tarde, com a Constituição do “Estado Novo”, que ele próprio redigiu em 1932, foi criado um regime ditatorial, nos moldes de Mussolini, na Itália e Hitler, na Alemanha, com os quais simpatizava, mas não se lançou a apoiá-los incondicionalmente, já que manteve Portugal neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Isso, de certa forma, foi recompensado após o término da guerra, com a garantia de que o Ocidente respeitaria a integridade dos territórios coloniais portugueses na África e Ásia.

Antes de prosseguirmos com uma análise das relações do governo de Salazar e o Império ultramarino de Portugal, seria interessante discutirmos alguns aspectos do pensamento colonialista português. Primeiramente, deve-se inferir que o conjunto de idéias acerca das colônias é bastante complexo e, em diversos momentos, ele se mostrava conflitante e pouco condizente com as práticas realizadas na África. Todavia, essas idéias faziam-se muito presentes nas mentes portuguesas até meados da década de 1970. Vale também assinalar que o pensamento colonialista transforma-se ao longo dos anos, durante o século XX, de acordo com conjunturas e condições específicas.

Desde o fim do século XIX, Portugal passa a defender que as regiões sob seu controle são partes indissociáveis do Império Português. Os territórios são “terras portuguesas”, “pedaços da nação” espalhados pelo mundo, inegociáveis e dos quais a Pátria-mãe não pode e não deve abrir mão sem ver a si mesma amputada de alguns de seus membros. Com o advento do Estado Novo, este pensamento é reforçado, tornando-se vital na identidade nacional: o solo da África Portuguesa seria, de fato, território português e seus habitantes, parte integrante da nação lusitana. A possessão de terras no além-mar é mais do que um simples resquício da História, ou de uma fonte de glória para Portugal, torna-se completamente indissociável da imagem e da nacionalidade portuguesa.

Portugal não podia sequer pensar em perder os “pedaços da nação” ou as “terras portuguesas de além-mar”, e Kenneth Maxwell (1995) analisa o processo de iminência e derrocada do “Império Derrotado”, e apresenta uma

possível saída, mas que Portugal, pela intransigência política desde o Estado Novo, não coloca em prática.

“Portugal teria prejuízos reais sem seus territórios africanos, e seria difícil mantê-los sem grandes mudanças sociais e econômicas na metrópole, nas quais a ditadura salazarista não queria nem pensar. Em consequência, inexistia para Lisboa a chance de uma saída sem percalços. Havia pouca margem, por exemplo, para forjar o tipo de saída na forma de uma comunidade política, uma Commonwealth como a que permitira a algumas potências européias amortecer o fim do império levando sua população a pensar que nada se alterara enquanto vendia às ex-colônias a idéia de que tudo era novo”. (1995, p. 39-40)

Com a mesma forma intransigente e vacilante, a missão portuguesa também ocupa um papel central na identidade dos povos colonizados. Segundo o pensamento colonialista, Portugal foi responsável por levar a civilização e a fé para os povos primitivos. A idéia de evolução é importante dentro desta concepção colonialista e Portugal foi responsável por conduzir e educar os povos africanos. Todavia, acreditava-se que este processo ainda não estava finalizado. A necessidade de civilizar, ajudar e organizar os habitantes dos territórios da chamada África portuguesa foi até o fim do Império na década de 1970, uma das justificativas para a permanência lusitana na África.

Os portugueses sempre acreditaram na diferença entre os portugueses europeus e os africanos. Porém, é a partir da década de 30, que essa diferença ganha um caráter legal e jurídico, convencendo-se uma diferença de estado civilizatório. Nas colônias, o sistema opressor criou uma contraposição entre o nativo ou indígena (população autóctone das colônias, afastado do processo educacional do colonizador, ou seja, mantendo-se com suas origens nativas) e o assimilado (população autóctone das colônias, mas que alcançou algum estágio de civilização, por exemplo, alfabetizando-se na língua do colonizador). O objetivo final deste processo seria a inserção das populações africanas na civilização européia e portuguesa. A incorporação gradual das populações coloniais ao corpo político e espiritual da nação imprime um caráter messiânico e temporal ao projeto colonial português.

Podemos ver, então, que a concepção de missão civilizadora formalizada legal e juridicamente por Portugal era gradual e longa. Uma vez que ainda existissem nativos nas colônias, a missão portuguesa ainda não estaria completa e, dessa forma, justifica-se a presença portuguesa na África. Esta é a maior explicação de Portugal para a dilatação e permanência do Império Ultramarino, já que grande parte das populações africanas nas colônias, ainda, do ponto de vista do colonizador, não haviam alcançado um estágio para a imediata sobrevivência em civilização, necessitando, então, da presença salvadora do bem-feitor português em terras africanas.

Um outro aspecto de grande importância para entendermos de forma mais complexa o pensamento colonialista refere-se à antiga colônia portuguesa na América. Durante todo o século XIX e início do século XX, a mestiçagem existente no Brasil fora percebida através de olhares negativos. Para muitos, as deficiências e os problemas brasileiros provinham da grande mestiçagem gerada ao longo da Colônia e do Império. Contudo, a partir da década de 1930, essa concepção passou a ser repensada. O sociólogo Gilberto Freyre foi um dos principais intelectuais responsável pelo surgimento de uma nova perspectiva a cerca da mestiçagem brasileira. Para ele, o surgimento de mestiços durante a colonização portuguesa era algo a ser valorizado. A mestiçagem deveria ser entendida como uma evidência de que a colonização portuguesa ocorreu de forma pacífica com outros povos e outras culturas.

Segundo este pensamento, denominado luso-tropicalismo (que será analisado em capítulo pertinente), os portugueses, diferentemente dos outros colonizadores europeus, não tiveram dificuldades em se misturar com os povos colonizados. O surgimento de um grande número de mestiços nas colônias de Portugal demonstraria essa aptidão portuguesa em se relacionar com indivíduos de diferentes etnias e culturas das regiões tropicais. A colonização portuguesa seria marcada, principalmente, por uma grande tolerância e pela convivência pacífica com povos de diferentes cores, religiões e culturas.

Ao contrário dos demais colonizadores europeus, a assimilação, a dominação e a relação com os demais povos, não teriam sido realizadas através da espada, mas sim através do amor e sexo.

O povo português esteve por toda parte, mas, sobretudo no Brasil, foi esplendidamente criador em seus esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi aquela de guerreiro imperial que conquistava e subjugava bárbaros para os dominá-los e explorá-los do alto. Foi principalmente a de procriador europeu nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor. Podemos perceber que, para Freyre, a miscigenação é vital para compreender e estudar a colonização portuguesa, pois, através dela, é possível entender o seu caráter.

A afirmação feita por Freyre de que os portugueses seriam colonizadores desprovidos de racismo e preconceito se comprovaria, principalmente, pela constatação de um grande número de miscigenado no território brasileiro. Entretanto, miscigenação não é necessariamente sinônimo de relações não-racistas e amistosas. De fato, a história do Brasil é marcada por um alto nível de miscigenação entre o colono branco, os escravos negros, e os índios. Todavia, não devemos achar que o surgimento de mestiços na sociedade brasileira é consequência de falta de preconceito e racismo. Ao analisarmos o passado, não é difícil perceber que a sociedade brasileira estava imersa em segregações raciais. O grande número de miscigenação está muito mais relacionado ao fato de existirem poucas mulheres brancas na América Portuguesa do que a um suposto espírito tolerante e não-racista.

José Maria Nunes Pereira, em seu artigo sobre “Mario de Andrade e o luso-tropicalismo”, cita texto deste, que muito bem elucida os motivos da inexistência de preconceito e racismo na colônia portuguesa na América: “(...) a mestiçagem foi largamente praticada no Brasil não em virtude de considerações morais ou visão política, mas por uma simples circunstância – o número extremamente reduzido de mulheres”. (texto mimeografado, p. 3)

Na concepção de Freyre, uma vez que o processo de colonização portuguesa - seja a colonização brasileira, ou a africana no século XX - é caracterizada pela interação pacífica do português com outros povos, acabando por construir uma unidade. É bastante simbólico o fato de Freyre iniciar seu livro, “O Mundo que o Português Criou” (1940), - um dos seus principais livros sobre a colonização portuguesa - com a seguinte declaração:

“Portugal, Brasil, a África e a Índia Portuguesa, Madeira, os Açores e Cabo Verde constituem hoje uma unidade de sentimento e cultura”.

Freyre sistematiza, dessa forma, um grupo de idéias que valorizam a colonização lusitana no Brasil. Contudo, essa bem sucedida empreitada deve-se a características naturais e inatas do povo português. Nesse sentido, a colonização portuguesa não teria sido fruto apenas de conjunturas históricas específicas, mas sim obra de um suposto espírito miscigenador português. Esse espírito colonialista seria a-histórico, e nesse sentido, se faria presente também na colonização das terras da África no século XX. Para Freyre, era possível ver nos territórios africanos de Língua Portuguesa o mesmo processo ocorrido na formação do Brasil.

A partir da década de 50, o pensamento luso-tropicalista passa a ser utilizado freqüentemente por Marcello Caetano e Salazar em seus discursos. Analisando a conjuntura específica deste momento, é possível entender a razão para a absorção das idéias lusos-tropicalistas.

A partir de 1951, a Organização das Nações Unidas intensificou as críticas anticolonialistas. Logicamente, Portugal era um dos principais alvos dessas admoestações. Visando escapar e para defender-se delas, Portugal passou a dar ênfase à necessidade de preservação e desenvolvimento das sociedades multirraciais existentes na África de Língua Portuguesa.

Os crescentes ataques internacionais à manutenção do Império português forçaram Portugal a reavaliar sua postura em relação aos seus domínios africanos. Ainda na década de 50, o termo “colônia” fora substituído pelo termo “província”, com o intuito de evitar que Portugal fosse visto como uma potência colonial. Através dessa medida, Portugal tenta demonstrar que seus territórios ultramarinos não seriam colônias sob o controle de Lisboa, mas sim, terras portuguesas fora da Europa. Busca-se, assim, investir na concepção de que as províncias ultramarinas, assim como a sua população, fazem parte de uma grande nação portuguesa.

Kenneth Maxwell (1995) possui uma teoria de que Salazar, ao ser grande conhecedor de Leis, utiliza um artifício jurídico para continuar impondo o domínio de Portugal sobre as colônias africanas.

“Salazar previra os problemas que o artigo 73, capítulo XI da Carta da ONU, poderiam causar para Portugal: o item que trata de territórios não-autônomos. Para prevenir contra a aplicabilidade das obrigações que o artigo impunha (promover o desenvolvimento econômico e político desses territórios), em 1951 uma mudança na Constituição de Portugal rebatizou as colônias portuguesas de “províncias”, ou seja, parte de um Estado unitário”. (Kenneth Maxwell, 1995, p. 74)

Como dito anteriormente, até o fim do Império português, a idéia de que Portugal encontrou na África territórios desolados e habitados por povos primitivos e que sua colonização foi responsável por levar para esses territórios a civilização e organização política sempre se fez presente na mentalidade colonialista portuguesa. Contudo, como já foi salientado, a partir da década de 50, o discurso colonialista modifica ligeiramente sua essência. A partir de então, o argumento central na defesa da presença portuguesa na África baseava-se principalmente na sociedade multirracial.

Fica claro, dessa forma, a razão da adoção do pensamento lusotropicalista pelo governo português. Os estudos de Freyre se tornam uma justificativa e um excelente discurso de defesa para a presença lusitana na África. Utilizando o exemplo da sociedade brasileira, os portugueses passam a serem mostrados como capazes de criar sociedades onde os homens brancos e negros convivem pacificamente sem discriminação de cor. Em um de seus discursos¹⁰ como líder do governo, Marcello Caetano (1971) declara a respeito da colonização portuguesa na África:

“Repetidamente se faz a demonstração de que em África não dominamos nações nem oprimimos culturas. Repetidamente se evidencia que criamos sociedades abertas e tolerantes, sem discriminação racial, onde está em curso a mais generosa e fraterna experiência de convivência dos homens no meio tropical, na seqüência do que foi feito e está à vista no Brasil”.

¹⁰ Discurso proferido em junho de 1971. Caetano, Marcelo, 1973 p. 55-56.

A defesa da sociedade multirracial também se fez presente nos discursos¹¹ de Antonio Salazar (1966):

“Que a sociedade multirracial é possível prova-o em primeiro lugar o Brasil, a maior potência latino-americana e precisamente de raiz portuguesa, e seria portanto preciso começar por negar esta realidade, além de muitas outras, para recusar a possibilidade de constituição social desse tipo em território africano”.

Na segunda metade do século XX, o Império Ultramarino entra em crise. Inicialmente, por motivo das crescentes críticas internacionais por parte da ONU, dos países africanos independentes, das potências europeias e dos Estados Unidos. Porém, na década de 60, a crise do Ultramar intensificou-se ainda mais com o início da luta pela independência das “províncias” portuguesas.

A partir dos anos 60, o luso-tropicalismo passou a ser denunciado por guerrilheiros e líderes intelectuais, como o Amílcar Cabral e Mario de Andrade,¹² como sendo uma ideologia pragmática que visava esconder a verdadeira relação portuguesa com suas colônias. Todavia, em um regime, como o de Salazar, marcado pela repressão, discursos e idéias contrárias ao projeto colonizador não eram aceitos e eram violentamente combatidos.

O ano de 1961 foi marcado pelo início do conflito entre os nacionalistas angolanos e os colonialistas portugueses. No dia 4 de fevereiro daquele ano, Luanda - capital de Angola – tornou-se palco de uma série de ataques contra postos militares e policiais. Logo, os nacionalistas das demais colônias portuguesas seguiriam o exemplo dos guerrilheiros angolanos e passariam a lutar pela independência de seus territórios. Nasciam, então, as lutas de independências das colônias portuguesas. A chamada Guerra Colonial, ou Guerra do Ultramar, teve seu desfecho apenas em 1974, com a Revolução dos

¹¹ Discurso proferido em 1966. Bender, Gerald J., 1976. p. 43.

¹² Amílcar Cabral e Mario de Andrade foram dois importantes líderes na luta de libertação das colônias africanas de língua oficial portuguesa. Amílcar Cabral nasceu em Cabo Verde e Mario de Andrade em Angola.

Cravos em Lisboa, que depôs Marcello Caetano, o então Presidente do Conselho de Ministro.

Após a eclosão da Guerra Colonial, o governo português necessitou modificar parte de suas políticas coloniais, com o objetivo de captar o apoio da população africana de suas “províncias”. Em setembro de 1961, foram implementadas reformas nas colônias. A abolição da apropriação ilegal de terras, assim como a supressão formal da categoria do nativo ou indígena¹³ e do trabalho forçado, são alguns exemplos de medidas tomadas para atingir tal objetivo. Essas mudanças podem ser entendidas como mais uma forma de rebater as crescentes reprovações internas e externas em relação à política colonial portuguesa.

Após treze anos de conflitos com os movimentos de libertação, Portugal encontrava-se bastante enfraquecido, seja no que se refere às questões políticas, econômicas, militares, ou mesmo morais. A luta constante e prolongada pela manutenção das províncias passou a representar um grande peso para essa pequena nação europeia. O custeio da manutenção da guerra na África havia debilitado de maneira intensa a economia de Portugal. Além disso, grande parte das Forças Armadas - uma importante base de sustentação do regime - presumia que a Guerra Colonial estava longe de ter seu desfecho, e que a derrota de Portugal era uma possibilidade que se fazia presente. Nesse sentido, membros de alta patente, como o General Antônio de Spínola, vice-chefe do Estado-Maior, passaram a defender uma solução política e não militar para o conflito na África. O discurso desses membros do Exército, contra a política ultramarina do governo português teve um papel central na queda do regime salazarista.

No dia 25 de abril de 1974, um levante militar pôs fim ao regime político que vigorava há mais de quatro décadas em Portugal. Este episódio ficou conhecido como o 25 de Abril ou a Revolução dos Cravos. Após a queda do regime, o novo governo, logo, estabeleceu as negociações com os grupos guerrilheiros, dando, assim, início ao processo de descolonização das antigas

¹³ Denominação à população dos autóctones das colônias, que não foram inseridos no processo educacional e religioso do colonizador.

províncias. A esta passagem temos o seguinte relato de Kenneth Maxwell (1995):

“Quando ocorreu o golpe, o grosso das forças armadas portuguesas encontrava-se na África; os guerreiros coloniais estavam esgotados, e os oficiais de médio escalão sentiam-se muito pressionados. Por isso, não demorou para que o cessar-fogo fosse combinado em vários lugares. O general Spínola queria criar uma federação de países lusófonos, mas o MFA (Movimento das Forças Armadas) prevaleceu e deu início à descolonização”. (1995, p. 116)

A imagem da África é demasiadamente forte na mentalidade dos portugueses do século XX. A “missão” empreendida no continente africano e sua história naquele continente marcaram profundamente a construção da identidade portuguesa. É através dessa perspectiva que se baseia a presença portuguesa no Ultramar. A África passa a ser uma razão de ser para Portugal. Além disso, os territórios africanos sob domínio português são concebidos não como colônias ou territórios dominados por Portugal, mas sim como parte integrante da Nação portuguesa. A manutenção dos territórios africanos era considerada como uma defesa da própria pátria-mãe, e assim sendo, a perda das províncias, além de uma perda política, representava, também, uma perda afetiva.

Para entendermos a afirmação e a defesa da unidade do Império Ultramarino, devemos considerar os fatores econômicos e políticos por detrás dos atos e discursos de Salazar e Caetano. De fato, o luso-tropicalismo e a defesa da unidade do Império eram idéias que tinham por objetivo a manutenção da dominação portuguesa. Para uma análise mais completa e profunda, é importante que se reflita sobre os meios que levaram à construção de uma identidade nacional como a de Portugal. Esta não passou apenas pelo seu caráter político, porém, também, pelo seu caráter emotivo e simbólico, os quais ofereceram um sentido para a empresa portuguesa, que sem este, possivelmente não teria conseguido a ressonância necessária junto ao povo português.

Interessante também é destacar o processo do abandono de identidades portuguesas deixadas na África, mas precisamente em Angola, pois em pouquíssimo tempo, milhares de famílias portuguesas, muitas com descendentes, abandonaram as colônias, e deixando suas histórias, bens e identidades. Este momento é bem característico do término do Império Ultramarino Português, onde as províncias deixam de fazer parte da grande nação portuguesa para iniciar um processo de surgimento de novas identidades nacionais, mas com laços que teimam em não separá-las. José Eduardo Agualusa, citado escritor angolano, desenvolve um romance “O Vendedor de Passados” onde tenta apresentar, de forma ficcional, o processo de abandono de identidades e suas apropriações por novos emergentes cidadãos de Angola. Nesta passagem, percebe-se como este procedimento ficcional pode ocorrer:

“Haviam-lhe falado num homem que traficava memórias, que vendia o passado (...) este, era procurado por toda a espécie de gente. Procurava-o, toda uma classe, a nova burguesia. Eram empresários, ministros, fazendeiros, camanguistas, generais, enfim, com o futuro assegurado. Falta a essas pessoas um bom passado, ancestrais ilustres, pergaminhos. Resumindo: um nome que ressoe a nobreza e a cultura (...) Pretendendo fixar-se no país, precisava de um novo nome. E de documentos nacionais, autênticos, que dessem testemunho dessa identidade“. (2004, p. 16, 17 e 18)

As influências lusitanas tiveram um papel fundamental na formação das sociedades africanas sob seu domínio. No entanto, a África também desempenhou um importante papel na constituição da sociedade portuguesa. Sem a África, a identidade portuguesa conforme foi concebida durante o século XX não existiria. Isso não significa dizer que os portugueses passaram a adotar elementos da cultura africana no seu cotidiano. Porém, ao pensarmos na imagem que Portugal criou de si próprio, devemos sempre considerar a posição da África e desse “Outro” africano dentro dessa identidade.

3 - A POLÍTICA AFRICANA BRASILEIRA: DO LUSO-TROPICALISMO AO RECONHECIMENTO DE ANGOLA

3 - 1 - BREVE INTRODUÇÃO

As relações do Brasil com a África tiveram início quando os primeiros africanos foram trazidos na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. E foi Angola que participou ativamente da formação do povo brasileiro, sendo considerada a mãe negra do Brasil, o qual acabou por se constituir no segundo maior país de população negra do mundo. O Estado da Bahia, por exemplo, possui um contingente negro superior a muitos países africanos.

Como o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão e foi o penúltimo a interromper o tráfico de seres humanos, foi também o que mais recebeu escravos da África entre todos nas Américas do Norte, do Sul e Central. Das 10,7 milhões de pessoas forçadas a vir para as Américas, 4,9 milhões foram trazidas para o nosso país. Mais de 70% dos que chegaram aqui vieram da África Central Atlântica, do atual Congo, e de Angola¹⁴. Hoje, quando falamos da população negra não estamos falando de uma minoria racial, mas de 45,3% da população brasileira. Segundo o último Censo do IBGE, a população negra no País é de 76,4 milhões de pessoas; como citado anteriormente, o Brasil só é ultrapassado pela Nigéria, que tem a maior população negra do mundo.

Além da mão-de-obra escrava, outros “produtos” compunham a pauta das exportações angolanas para o Brasil, tais como: ouro em pó, marfim, óleo de amendoim, cera branca e amarela, azeite de dendê. Em contrapartida, o Brasil exportava produtos nativos, como: aguardente, açúcar, tabaco e outros, além de reexportar produtos europeus e asiáticos (tecidos, lenços, vinho e manteiga). As relações entre o Brasil e Angola não estavam restritas às trocas

¹⁴ Dados atualizados a partir de reportagem sobre “Viagem forçada pelo Atlântico” baseada em Banco de Dados do historiador Manolo Florentino, da UFRJ. **O Globo**, Caderno Boa Viagem, Rio de Janeiro, 15 nov 2007.

comerciais, mas se estendiam também às áreas militares, da saúde e da educação, entre outras.

Após a independência brasileira, em 1822, abriu-se uma perspectiva de fortalecimento das relações, através da proposta de anexação de Angola pelo Brasil (União Brasil - Angola), que se daria mediante o apoio brasileiro aos movimentos rebeldes de Luanda e Benguela contra a Coroa Portuguesa. Na verdade, esses movimentos representavam interesses dos negociantes de escravos que viam na possibilidade da União Brasil - Angola uma forma de assegurar a continuidade do tráfico. Note-se que, em 1836, Portugal assinou acordo com os ingleses pondo fim ao tráfico de escravos, enquanto o Brasil, por não ter firmado semelhante acordo com a Inglaterra, podia continuar a realizar esse tipo de comércio.

No entanto, a proposta de anexação não foi aceita pelo Brasil que, pressionado pelos ingleses, assinou um acordo com Portugal, no qual se comprometia a não incorporar as colônias portuguesas ao seu império. Deve-se ressaltar que o Brasil teria condições de dar sustentação aos movimentos rebeldes, mas não o fez em função da sua dependência em relação ao mercado europeu. Por outro lado, é importante ressaltar que essa união em nada beneficiaria o povo angolano, visto que a escravidão não seria abolida e nem acabaria a dominação colonial.

Em 1850, com o fim do tráfico, no Brasil, as relações entraram em declínio e outros fatores também contribuiriam para isso, entre eles a inserção definitiva de Angola, assim como das demais colônias Africanas, no circuito capitalista, após a Conferência de Berlim em 1885. Angola passou de exportadora de braços escravos para exportadora de matérias-primas agrícola e mineral. Isso provocou uma mudança qualitativa nas relações Brasil – Angola, que perderam o caráter de complementaridade para se tornarem concorrentes. Esta nova fase estendeu-se até a independência angolana em 1975, quando nova tônica foi dada às relações entre esses países.

A explicação para o declínio das relações do Brasil com Angola e o conseqüente vazio de mais de 70 anos não deve ser buscada apenas no

caráter de concorrência entre as duas economias. Mais uma vez, entra em jogo o peso dos fatores não econômicos, “os preconceitos colônias brasileiros”, como um dos responsáveis pela estagnação dessas relações.

O forte controle exercido por Portugal sobre Angola, bem como seu caráter de país dependente, dificultavam, em muito, o acesso do Brasil ao mercado angolano, amplamente dominado pelos países centrais. Embora tenha firmado com Portugal o Tratado de Amizade e Consulta, em 1953 o Brasil não foi beneficiado em termos comerciais, uma vez que esse tratado se constituiu, apenas, em mais um instrumento de sustentação política para o colonialismo português.

Durante a década de 60 o caráter marcadamente político das relações Brasil – Angola reflete, de um lado, a crise geral do colonialismo e, de outro, a crise específica do sistema colonial português. Para Portugal, país extremamente dependente das colônias, em particular de Angola, a libertação delas significaria a destruição de sua própria base de acumulação. Kenneth Maxwell ressalta este aspecto da seguinte forma:

“Mas o que estava em jogo em Moçambique e especialmente em Angola era importantíssimo. Com os déficits comerciais crônicos em Portugal e a recessão econômica na Europa afetando as remessas de dinheiro dos portugueses no exterior e as receitas do turismo, seria doloroso perder o grande excedente proveniente dos territórios africanos”. (1995, p. 139)

Como forma de conter o avanço do movimento revolucionário, o governo português empreendeu uma série de reformas políticas e econômicas. O apoio do Brasil ficou restrito à esfera diplomática, como pode ser visto na postura de Nossa Diplomacia, quando encampava a tese portuguesa de que os territórios ultramarinos eram províncias de um Estado unitário e não dependências, portanto não sujeitos à autodeterminação. Neste contexto, o Brasil se colocava como preso a Portugal, uma vez que o país não dispunha do capital necessário para investir e nem lhe foram dadas condições especiais para comercializar com Angola. A posição brasileira mostrava-se contraditória, face ao discurso anticolonialista do governo.

Em termos econômicos, não houve, por parte do governo português, propostas que se traduzissem em ganhos ou vantagens comerciais reais para o Brasil em Angola. Houve, sim, acenos de possíveis vantagens comerciais em Angola e Moçambique, bem como uma proposta de formação de uma grande comunidade “lusó-africano-brasileira”, formada pelo Brasil, Portugal e suas colônias ultramarinas, com o apoio dos Estados Unidos. Mas estes acenos não se concretizaram. Até então, as trocas comerciais eram bastante reduzidas, sendo que as exportações chegavam, em média, a 1% do total exportado para a África e, até 1966, nada havia sido importado. Além do mais, é preciso lembrar que, enquanto economia primária exportadora, Angola concorria com alguns produtos brasileiros, principalmente com o café, do qual era um dos principais produtores mundiais.

Sem dúvida, o centro das relações estava fora da esfera econômica e só poderia ser explicado por fatores não-econômicos expressivos, no discurso oficial, em termos dos “profundos laços culturais” que unem Brasil e Portugal, da defesa dos valores ocidentais e da “luta contra o avanço comunista”. Convém enfatizar que a dificuldade em condenar a política portuguesa foi uma característica comum aos governos, independente do regime civil ou militar. O governo Jânio foi o precursor da política africana do Brasil, embora isso não tenha significado o desaparecimento dos resquícios coloniais. A posição brasileira de abstenção face à questão angolana evidencia os limites da célebre “Política Externa Independente”: o governo condenava o colonialismo em geral, mas era vacilante com o colonialismo português. Este momento da Política Africana brasileira será mais adiante aprofundado.

No governo Goulart, foram registrados alguns pequenos avanços, como a votação a favor do cumprimento da Resolução 1742, da ONU, e uma mensagem presidencial do Congresso Nacional, cuja versão original foi depois modificada, afirmando: “reconhecer o direito à independência de todos os povos coloniais e a necessidade dos países colonialistas de acelerarem os preparativos para estas modificações contra formas pífidas do neocolonialismo econômico e ideológico”. Entretanto, o Brasil absteve-se de votar a favor de outras Resoluções que avançavam a questão da luta contra

todas as formas de colonialismo ainda vigentes no Mundo. A seguir, um pequeno detalhe do texto referente à Resolução 1742.

“... denunciava a falta de cooperação de Portugal com os trabalhos do Sub-Comitê e de duas medidas repressivas contra o povo de Angola. Reafirmava, apelavam pela liberdade dos presos políticos e acentuava a necessidade imediata de reformas políticas, econômicas e sociais. Solicitava aos estados membros da ONU que rejeitassem qualquer apoio a Portugal contra Angola”.

A posição dos governos “democráticos” e “anticolonialistas” em favor de Portugal, sem a devida contrapartida econômica, só faz reforçar a tese de que o apoio brasileiro extrapola o econômico. As afinidades culturais, a enorme pressão portuguesa (Embaixada de Portugal, O Globo, Jornal do Brasil, clubes e sociedades beneficentes) e os preconceitos coloniais pesaram significativamente na tomada de posição brasileira.

Como salientado anteriormente, os governos que se seguiram até Geisel, em cujo governo ocorreu um reconhecimento da independência angolana tiveram um comportamento mais ou menos uniforme com relação à questão angolana, muito embora suas políticas externas guardem diferenças entre si, principalmente entre Castelo Branco e Costa e Silva/Médici, no que tange à interpretação da conjuntura mundial. Contudo, a postura assumida pelos militares, Castelo Branco em particular, mostrou-se mais coerente, face ao alinhamento direto com os EUA e à defesa dos valores ocidentais. Essa política para a solução da questão angolana representou um retrocesso, propiciando uma maior aproximação com a África do Sul, rumo à formação externa de um eixo político estratégico entre: Brasília, Lisboa e Pretória, enquanto que, internamente,

“(...) a inquisição policial a estudantes e aos refugiados angolanos no Brasil culminou com a prisão de José Lima de Azevedo acusado de intensificar a campanha em favor da independência de Angola e de buscar apoio da sociedade civil brasileira para o fortalecimento internacional do MPLA”. (Saraiva, 1997, p. 99)

Durante o regime militar, a “neutralidade aparente” característica do governo Jânio/Jango, deu lugar a posições declaradamente contrárias aos

interesses do povo angolano. Apesar disso, a abstenção dominou a maioria das posições brasileiras na ONU.

O governo Médici guarda algumas particularidades em relação aos seus antecessores, aproximando-se mais das teses terceiro-mundistas, embora algumas delas tenham sido lançadas durante o governo Costa e Silva. O seu governo retomou o caminho de volta à África Negra, com a visita do Chanceler Gibson Barbosa a nove países africanos moderados. Tal iniciativa resultou de um embate político entre o Itamaraty (ala terceiro-mundista) e a equipe econômica chefiada por Delfim Neto e os ministros militares. Estes últimos consideravam a viagem contraproducente, pois, para eles, a entrada brasileira na África deveria ocorrer via Portugal. Além disso, numa prova incontestada da força dos vínculos com Portugal, o Brasil, em 1972, votou na ONU contra a resolução que declarava os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau como autênticos representantes dos seus povos. No ano seguinte, votou contra a independência da Guiné-Bissau.

A atitude brasileira gerou alguns atritos com os países africanos e árabes, que chegaram a pleitear a inclusão do Brasil numa possível lista de países que sofreriam sanções econômicas e diplomáticas, caso continuasse a apoiar os últimos baluartes do colonialismo na África.

Durante o período Médici (1969-1974), as relações comerciais com Angola intensificaram-se, principalmente no final do governo, quando as exportações atingiram 2,43% do total exportado para África, e as importações chegaram a 1,55% do total importado da África. Os percentuais eram reduzidos, mas alcançaram seu nível mais alto desde 1955, ano em que as relações foram restabelecidas. Essa melhora reflete, de um lado, a crise do Império colonial português e, de outro, o crescimento industrial brasileiro.

O governo Médici manteve o apoio ao agonizante sistema colonial português, até mesmo, quando em Portugal já eram evidentes os sinais de crise política (Revolução dos Cravos). Em termos estratégicos parece não ter sido uma opção acertada, porém um dos seus principais objetivos era ocupar novos espaços para satisfazer as necessidades do processo de acumulação de

capital da economia brasileira. Ao que parece, o Brasil esperava pelo último suspiro do sistema colonial português, recusando-se a ser um dos responsáveis pela decretação de sua morte. Esperava que brotassem do interior da sociedade portuguesa as condições objetivas para o fim do sistema colonial. Esta espera, até quase o último momento, valeriam algumas restrições ao Brasil e, até mesmo, muitas desconfianças dos países africanos, principalmente dos recém-independentes da África de expressão portuguesa. Por exemplo, o governo moçambicano não convidou o governo brasileiro para a cerimônia de proclamação de sua independência, convidando em seu lugar Luis Carlos Prestes, dirigente do Partido Comunista Brasileiro.

Em novembro de 1975, num ato inusitado, contrariando todo o passado do Estado brasileiro de apoio ao colonialismo português, o governo Geisel reconheceu a independência angolana proclamada pelo MPLA (Movimento pela Libertação de Angola), um grupo hegemônico nesse momento, por uma facção marxista-leninista. O fato poderia não ter maiores repercussões, caso o Brasil não fosse o primeiro a reconhecer a República Popular de Angola (RPA), antes mesmo de muitos países africanos, que aguardavam uma melhor definição da situação no país. Mas, ao mesmo tempo em que a independência angolana era reconhecida, também foram criadas as condições para acolher portugueses foragidos. Isso, por um lado, demonstra que os laços com as forças colonialistas não tinham sido totalmente cortados e, por outro, afirma o Brasil como senhor de suas próprias ações na África. Mesmo que riscos demasiado sérios pudessem abalar as relações brasileiras no âmbito internacional, Gonçalves (1989) muito bem explicita, que, por tudo, valia dar apoio ao novo governo de Angola:

“Os riscos militares, nucleares inclusive, que a explosiva situação criava nas águas do Atlântico Sul, exigiam da diplomacia brasileira maior nitidez em suas decisões. Ou, por outras palavras, não importava que não tivéssemos relações diplomáticas com Cuba, como também não importava que o novo regime angolano estivesse sendo sustentado pela URSS, o que decisivamente importava, era o fato de Angola ser demais valiosa geoestrategicamente e economicamente para nos recusarmos a apoiá-la”. (1989, p. 187)

Neste contexto histórico, vale assinalar a peculiaridade no papel do Presidente Geisel, como destaca Júlio G. Bitelli (1989, p.187) quando:

“aparentava entusiasmo bem menor que o de seus antecessores no que se referia às relações especiais com Portugal, e determinara, ao assumir a presidência, que deveria ser concedida prioridade à política brasileira com relação à África”.

O reconhecimento do governo marxista de Angola ocorreu no momento em que a conjuntura brasileira era de repressão aos movimentos populares, supressão das liberdades democráticas e caça aos comunistas. Sem falar na pressão exercida pelo Conselho de Segurança Nacional, amplamente contrário à aproximação, e pelos setores conservadores da sociedade. Jornais como o Globo, Estado de São Paulo e Jornal do Brasil não pouparam críticas à política desenvolvida pelo Itamaraty, qualificando-a como “terceiro-mundismo utópico”, dentre outras expressões.

A Revolução dos Cravos em Portugal e as crises políticas que se sucederam a abril de 1974 levaram a nação para a esquerda e acelerou o processo de luta pela independência das colônias africanas, como ressalta Kenneth Maxwell (1995, p.117): “As crises que levaram Portugal decisivamente para a esquerda também deram impulso inexorável à independência da África portuguesa.” Interessante também destacar que o aprofundamento do processo de não alinhamento do Brasil com a política americana já apontava para um possível reconhecimento da independência de Angola. Isso veio a somar-se ao precedente político aberto com o reconhecimento, embora tardio, da independência da Guiné-Bissau, em julho de 1974, antes de Portugal.

Segundo os analistas da política externa brasileira, o princípio que norteou o reconhecimento angolano foi baseado no pragmatismo responsável e no ecumenismo que caracterizavam a política externa do governo Geisel, em que os interesses econômicos/estratégicos eram colocados acima da questão ideológica.

“Geisel via nos países de expressão portuguesa do continente africano um excelente mercado para uma parcela dos produtos nacionais, mesmo que tais países fossem dotados de regimes ideologicamente contrários ao do Brasil. Afinal, estava em vigor uma política externa pragmática e responsável”. (Borges Filho, 1985, p.170)

Segundo Bitelli (1989), a política africana do Brasil objetivava recuperar o tempo perdido. A política externa oscilava entre os laços com Portugal e os atrativos do continente africano em termos econômicos, estratégicos e políticos.

“O que variou foi o grau de importância dessas condicionantes, e seu inter-relacionamento. Apenas o “pragmatismo ecumênico e responsável” determinaria de modo definitivo a preponderância da segunda sobre a primeira, numa atitude que já se havia manifestado na Política Externa Independente, mas que o movimento de 1964 se incumbira de sepultar”. (1989, p.189)

Comumente, os analistas centram suas análises no “ato do reconhecimento”, e não há dúvida quanto a sua importância, mas com isso subestimam ou deixam de perceber o papel da “velocidade do ato”, ou seja, o porquê da “precipitação”, da pressa do Brasil em ser o primeiro país a reconhecer a República Popular de Angola. Para alguns se tratava de sepultar qualquer tipo de desconfiança do governo de Agostinho Neto para com o Brasil (Borges Filho, 1985), mas que, na verdade, acaba-se confundindo, já que o importante é resgatar a “velocidade do ato” para a estratégia brasileira de ocupação de espaços na economia mundial.

A rapidez e a habilidade com que o Brasil reconheceu a República Popular de Angola foram parte da estratégia para colocar o Brasil como país-ponte entre os interesses do Primeiro e do Terceiro Mundo e, assim, assegurar, através das brechas surgidas na economia mundial, um espaço próprio para a reprodução de capital brasileiro. Ao mesmo tempo, visavam garantir algum poder de barganha junto às nações desenvolvidas, à medida que, apagando seu passado de apoio ao colonialismo português, o país dava uma prova de relativa autonomia frente ao Norte.

Por um lado, isso garantiu ao Brasil uma inserção privilegiada em Angola e a abertura de novas frentes na África, em particular nos países lusófonos. Por outro, assegurou-lhe o papel de “interlocutor ocidental” junto ao MPLA¹⁵ naquele momento de crise, no qual as grandes potências estavam

¹⁵ Movimento Popular de Libertação de Angola, liderado por Agostinho Neto. O MPLA teve o apoio inicial da URSS e mais tarde foram apoiados também por cubanos e alemães orientais.

impedidas de agir em virtude da participação ativa na guerra civil, apoiando as facções contra revolucionárias. É importante salientar que o apoio do Brasil ao MPLA aparece paradoxalmente como um mal menor aos olhos do governo brasileiro, cujo objetivo maior era ligar-se ao máximo ao novo Estado, mais rico que as outras colônias portuguesas, como: Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Se, durante o processo revolucionário, ou a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) ou a FNLA (Frente Nacional pela Libertação de Angola) tivessem se transformado num grupo político hegemônico, provavelmente a participação brasileira em Angola seria menor, devido aos interesses do capital monopolista que fatalmente se concentrariam, através da ação direta dos países imperialistas.

De certa forma, a presença brasileira foi favorecida em razão das poucas alternativas de que dispunha Angola para enfrentar o momento da crise. De um lado, a URSS e demais países socialistas não supriram todas as necessidades da economia angolana. De outro, a rejeição clara às nações imperialistas, bem como às suas tentativas de boicote internacional, impediam a entrada de novos investimentos no país. Em termos econômicos, Angola pouco poderia contar com vizinhos e aliados africanos, alguns destroçados pelas guerras de independência, outros limitados pelos problemas inerentes ao subdesenvolvimento de suas economias.

Sendo assim, do ponto de vista angolano, o reconhecimento brasileiro significou o encontro de um parceiro capaz de oferecer boas perspectivas de cooperação econômica na difícil conjuntura que o país atravessava. E o Brasil, além de ser uma nação lusófona, sempre esteve ligado à história angolana, quer positiva ou negativamente, como o caso da enorme exploração do povo banto angolano para servir como mão-de-obra escrava em terras brasileiras.

Nesse sentido, o encontro de “vontades” do Brasil (necessidade de espaço para reprodução de capital) e de Angola (cooperação econômica para atravessar a crise) resultou no desenvolvimento das relações entre os dois países, que saem da posição de concorrentes para uma relação de complementaridade: O Brasil, exportando uma gama de serviços e produtos manufaturados e, em contrapartida, recebendo petróleo.

3 - 2 - GILBERTO FREIRE E O LUSO TROPICALISMO

Em geral, para os portugueses, existe uma marcante característica que não lhes permite compreender as suas dificuldades em perceber a expressão diferencial das sociedades que mais se necessita estudar, tanto a portuguesa como as que dela derivaram ou com que se ligam, em contatos humanos prolongados ou significativos. Na maioria dos casos, os estudiosos vão buscar os seus indispensáveis elementos de trabalho nas sistematizações e nas hierarquias temáticas, criadas para outras sociedades, sendo que, em alguns estudos, de sociedades afins, acabam muitas vezes não apresentando a sua realidade social e cultural. Assim foi, com a utilização da teorização sociológica do brasileiro Gilberto Freire, quanto ao “lusotropicalismo”¹⁶, para, de certa maneira, explicar as idas e vindas do “Modo Português de Estar no Mundo”.

Esta atitude, ou mesmo processo de trabalho, relaciona-se, sem dúvida, com o fato de que as teorizações mais praticadas no mundo dos estudos sociológicos, quase sempre, têm origem em funcionalidades epistemológicas que a cultura a ser estudada não costuma discutir. Esclareço que, não ocorre tão pouco no Brasil como em Portugal¹⁷, mas neste caso, a utilização e disseminação de conceitos e definições de análise social concebida em sociedade distinta, foram tentativas de caracterização do modo português de ser, mas, bem afastadas das bases de interpretação histórica do mundo português real. Faltou sim, no momento da popularização do lusotropicalismo, a consciência da diferencialidade, ou mesmo dos esforços para delimitar o objeto da análise. O mais grave desta situação cultural, é que, quando um historiador ou um sociólogo aparece dirigindo suas postulas para o geral, e que, partindo de situações bem diferenciadas, tem suas teses abertas a convites de debates de aplicação para aquela sociedade que inicialmente não pensava em estudar, acaba por ter constatado raciocínios de confirmação com

¹⁶ A idéia do “lusotropicalismo”, foi um termo criado e popularizado no início dos anos 50 pelo sociólogo Gilberto Freire que iniciou suas propostas interpretativas para todo o “mundo português” em seu influente livro “O Mundo que o português criou” de 1940.

¹⁷ Cito Portugal, inicialmente, já que o tema a ser levantado, ou seja, a teoria do lusotropicalismo, foi de fato apropriada por portugueses, no ímpeto de responder às questões para a manutenção e perpetuação do Colonialismo de Portugal na África.

uma total particularização, até mesmo na forma bastante indutiva dos conceitos. Nesses debates, pode se afirmar uma expressiva receptividade à obra científica de Gilberto Freire. Não lhe faltaram elogios ou mesmo referências, sendo em compensação raras as posições críticas à sua finalidade. Entretanto Saraiva (1996) destaca que:

“(...) não havia consenso sobre a validade do discurso luso-tropicalista em Portugal. Setores do Partido Comunista português faziam consistentes análises dos limites da concepção freyriana. Outros, mais conservadores que o governo salazarista, chamavam a atenção para o fato de que uma possível comunidade envolvendo Portugal, Brasil e as “províncias do ultramar” era um passo decisivo para o controle direto do Brasil sobre as colônias portuguesas na África”. (1996, p.53)

Em Portugal, a chamada de atenção para a importância crítica e científica da obra de Gilberto Freire tem sido reduzida, com exceção do trabalho da historiadora Cláudia Castelo que melhor se aprofundou num estudo de sua obra¹⁸. Para Cláudia Castelo (1998), a doutrina do luso-tropicalismo teve como méritos: introduzir na academia "o estudo sistemático de todo um complexo de adaptações do português ao trópico"; contrariar, com base em conhecimentos científicos, a idéia largamente aceita nos anos 30, da decadência irreversível dos trópicos; exaltar a contribuição do africano, ameríndio e do oriental para a civilização luso-tropical; valorizar a mestiçagem e a interpenetração de culturas; afirmar que os laços afetivos e culturais que unem os portugueses e os lusos-descendentes uns aos outros não anulam as diferenças regionais.

Além dos debates e da utilização dos conceitos, se pensarmos naquilo a que podemos chamar de sua “metodologia de proposta”, ainda mais rara são as críticas. No entanto, podemos dizer que um dos grandes méritos da obra de Gilberto Freire é essa vivacidade proponente, certo de que não se pode fazer investigação sem um guia de pesquisa e de que a ciência só progride se a uma hipótese for seguida de outra, pensada para compensar, ou suprimir, a anterior.

¹⁸ No livro “O Modo Português de Estar no Mundo” - O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933 – 1961), 1998, Porto, Edições Afrontamento. A autora revisa de forma crítica e erudita a teoria do luso-tropicalismo.

Assim, podemos dizer que depois do questionário de Gilberto Freire, a História do Brasil deixou de poder ser escrita nos mesmos moldes e na mesma problemática em que antes dele o era. Do mesmo modo, quando se refere à história da sociedade portuguesa, ao ler Gilberto Freire, perde-se muito quanto ao alcance das exacerbações ou do cotidiano, já que foram feitos, segundo padrões que nada têm a ver com os componentes reais daquela sociedade.

Enveredemos, então, pelo mundo não tão literal do qual o luso-tropicalismo surgiu no espírito de Gilberto Freire. A sua proposta assenta numa segura genealogia científica: dirige-se e provém de um amplo debate, integrado numa exigente crítica que deliberadamente ultrapassa os sistemas. Não o faz porque os ignora, mas porque entende que a realidade social vai além do que qualquer sistema pode açambarcar. O fundamento das posições que Gilberto Freire veio a propor a respeito da sociedade tropical, mesmo que pouco conhecido, em Portugal e no Brasil, acabou por ser construída pelos portugueses, na área brasileira, assim como nas sociedades moldadas por estes em suas colônias africanas. E nessas áreas, críticas contundentes foram feitas a respeito da doutrina do luso-tropicalismo.

Não deixando de apresentar os pontos de vista bem críticos ao trabalho de Freire, principalmente por intelectuais africanos, citemos o pensamento do angolano Mario Pinto de Andrade, resgatado por José Maria Nunes Pereira, em seu trabalho mimeografado “Mario de Andrade e o luso-tropicalismo”:

“Freire se recusa em ver o funcionamento do aparelho colonial como sendo antes de tudo uma empreitada econômica dirigida por um poder político. Essa recusa é a maior fraqueza da sua sociologia (...). No fundo, a mestiçagem foi largamente praticada no Brasil não em virtude de considerações morais ou visão política, mas por uma simples circunstância – o número extremamente reduzido de mulheres”. (texto mimeografado, p. 3)

Pelo que se percebe, Gilberto Freire não enxergou a violação e os excessos do colonizador português, tanto na fase colonial brasileira, como na africana, pois sua visão romântica fazia crer que o português criou uma relação amistosa com as terras de além-mar, ao afirmar: “(...) a marca das terras

descobertas e colonizadas por Portugal não teria sido a de terras violadas ou conquistadas à força bruta, mas docemente assimiladas". (1953, p. 230).

Interessará ainda relacionar os fundamentos da obra gilbertiana com problemas contemporâneos. Entre os de maior significado, vemos despontar em sua obra, com crescente urgência, o debate ecológico de que Gilberto Freire e o seu luso-tropicalismo foram significativos precursores. De um modo mais particular, serve ainda para salientar as potencialidades criadoras do regionalismo, dando-nos como que uma visão quase experimental da atitude humana. Igualmente, deve ser trazido para o debate em redor das idéias de progresso e decadência e não poderá deixar de ser pensada para verificar a precariedade tutelar, a deformação simplista que os modelos meramente tecnológicos trazem, e sempre têm trazido, para a complexa problemática do contato das civilizações. Através da discussão da obra de Gilberto Freire, pode-se enveredar para a polêmica questão do patrimônio social (idéia que vem do sutil espólio darwiniano), assim como outras tantas questões que podem beneficiar as Ciências em Geral, tendo em vista sua gênese e suas funções.

Pela sua própria natureza, o processo mental em que se assenta, condiciona criticamente os excessos da abstração, o grande perigo das ciências humanas. Em verdade, que Gilberto Freire não só generaliza, audaciosamente, como parece não se importar de correr esse risco. Tal atitude, apoiada na extraordinária diversidade das suas fontes de informação e pontos de apoio, dá às suas obras o interesse de uma leitura, em permanente debate com o autor. A concordância com as suas opiniões se alterna com a restrição, ou pode haver até mesmo a recusa, mas sempre acompanha o fascínio de procurar outras generalizações ou outras interpretações críticas que possam sobrepor-se, apoiar ou desenvolver as de Gilberto Freire, como ele próprio, no decurso da sua obra, tantas vezes o fez. É bem esta a sua maior característica.

A generalização em Gilberto Freire não é um dogma, mas sim, é um processo de trabalho, com crítica constante que não cai na erudição ou no descaso das leis indiscutíveis. Portanto, é numa perspectiva, tanto de genealogia antropológica, como interdisciplinar e metodológica que nos parece

conveniente abordar as posições do luso-tropicalismo, como proposta crítica. O tema tanto pode ser abordado na perspectiva criativa do enriquecimento do conteúdo da análise social, como na sua comparação com quaisquer áreas onde se verificaram trocas eficazes de influência entre civilizações, de mentalidade e princípios diferentes entre si.

A questão é tanto mais interessante de considerar, sob estes prismas, quanto é certo que o luso-tropicalismo foi e tem sido tomado e referido, quase que ideologicamente por Portugal¹⁹, mais como o resultado de uma visão romântica, de teor afetivo, desligada das exigências básicas da metodologia científica. Freire procurou chegar a uma interpretação patriótica, quanto à genealogia da Pátria brasileira, de modo a salvar as formas sociais e culturais, que a antecederam (do estágio de atraso, em relação à vida europeia na época), frente à afirmação soberba da superioridade das civilizações industriais, todas, então, no hemisfério Norte. Sucede, porém, que a posição de Gilberto Freire, além de ir ao encontro desse objetivo, envolve também uma problemática crítica bastante mais complexa e da mais exigente racionalidade. Mas estas conclusões não são tiradas de forma fechada, e tão pouco de costas voltada para o debate científico geral e nem os problemas mais importantes que levanta são de índole ideológica, ou quase ideológica, como se acreditava.

Importante elucidar que, só é possível chegar à compreensão das sociedades, em termos de uma investigação científica, partindo de uma perspectiva não hierárquica dos povos e civilizações. Freire não atentou para este aspecto crucial no momento histórico em que vivia e assim sendo, obrigamos a que o entendamos, como foram feitas algumas das formas de adaptação ao meio onde se encontravam, na mentalidade com que o fez e na visão do homem que forjou exprimir. Para podermos compreender a qualidade científica destas posições, seria conveniente que lembremos o conjunto de idéias dominantes, quando as propostas de Gilberto Freire surgiram no mundo cultural da América luso-espanhola.

¹⁹ “O núcleo da ideologia do luso-tropicalismo era a concepção da singular ausência de racismo no colonizador português”. (Maxwell, 1995, p. 276)

Na obra de Gilberto Freire e na sua metodologia, estamos perante uma posição antropológica e humanística, onde suas hipóteses, naturalmente prévias, supõem uma intrínseca igualdade - darwiniana e cristã - do homem, que em seu esforço de sobrevivência pode recorrer a quaisquer que sejam os recursos tecnológicos surgidos a cada momento. Considera-os, em quaisquer dos casos, sempre insuficientes, enquanto recursos que ainda necessitem do devido ajustamento, se não lhes forem acrescentados uma coerência cultural formativa e se não recorrerem à riqueza íntima do homem, no seu dinamismo criador. A esta base teórica, pressupõe o uso do **determinismo geográfico**²⁰.

O **preconceito** que, de uma forma, mais ou menos velada, ainda hoje se manifesta, era, ao lado do **determinismo geográfico**, visto através do meio, como afirmação da superioridade, como forma de adaptação e de expressão, daquilo a que chamamos de civilização industrial. Esta representaria a última e definitiva forma de ser (sustentada e sempre afirmada de forma arrogante pelos dominadores), fazendo-se esperar para o futuro um comportamento isento de riscos e provido de todos os fatores para o triunfo definitivo do homem sobre a natureza com um mínimo de inconvenientes. Esta concepção não encontrava, então, grandes obstáculos em se apresentar como quase dominante. O princípio prévio e cauteloso do ajustamento inteligente ao meio e a necessidade de uma personalidade que o exprimisse, eram substituídos pela crença orgulhosa e não raramente impune, da superioridade dos meios técnicos sobre o mundo natural.

Esta concepção do homem e dos seus recursos veio a revelar-se, porém, mais uma ideologia do que um método de pesquisa; a sua verdadeira conseqüência era estabelecer que só ela dispunha dos meios - e do conseqüente direito - para tutelar as comunidades que permaneciam fora desse modelo, subalternizando tanto o que não era possível inserir nesse contexto, como as atitudes que chamavam a atenção para o interesse dinâmico dos recursos espirituais. O pitoresco e o exótico eram sinônimos de

²⁰ O determinismo geográfico foi um conceito identificado com a obra do geógrafo alemão Friedrich Ratzel. "Apesar de vários autores apontarem para este equívoco". (Morais, 1990: 10) O conceito então seria sobre as influências que as condições naturais exerceriam sobre a humanidade, sustentando a tese de que o meio natural seria uma entidade definidora da fisiologia e psicologia humana, ou seja, o homem seria muito marcado pela natureza que o cerca.

inferioridade cultural e intelectual, cabendo então o domínio e a tutela. A perspectiva da superioridade tecnológica dos povos industrializados, como expressão da sua inevitável e correspondente superioridade cultural, conduzia, portanto, ainda que ilegítimamente, a descaracterização da cultura humanística e da espiritualidade. Nesta linha de conduta, cabe destacar a citação da submissão dos africanos e a forma de vida de europeus na colônia do Cabo, no início do século XIX, relatada por Henri Brunschwig (1971):

“Os ingleses (...) Eles se apoderaram igualmente da colônia do Cabo, que os hotentotes cederam em 1815. Esta era uma preciosa escala no caminho das Índias. Cerca de trinta mil colonos bôeres aí viviam com igual número de escravos negros importados e uns vinte mil hotentotes mais ou menos reduzidos à condição de servos. Os ingleses contribuíram para reforçar o grupo branco enviando, em 1817, quatro mil colonos para formar uma marcha contra os nativos (...)”. (1971, p. 14).

Foi a evolução da própria sociedade industrial que veio a revelar a condição primária destas posições, onde os “socialmente avançados” subjugavam os “socialmente atrasados”. Contudo, até os primeiros vinte anos do século XIX, tinham sido estas as posições mais vulgarizadas. Aqueles de que delas discordavam eram, porém, através de teses de alta qualidade científica e concebidas a partir de uma metodologia, tanto de pesquisa, como de interpretação, que não partiam da ideologia dominante. Ocorriam, às vezes, mesmo sem a subalternização, mas ao estudar a realidade humana nos seus múltiplos recursos culturais, sociais e espirituais, cabiam premissas precipitadas, que em determinados casos norteavam as diferentes formas de tentarem explicar a inferiorização.

Certo era que o conceito de “meio” tinha vindo, desde os primeiros tempos da sociologia (assim como depois da geografia humana), a sofrer uma forte erosão, em virtude das abusivas simplificações, sobretudo ideológicas, a que dava lugar. Para manter o seu peso científico, os geógrafos e os antropólogos transformavam-no, cada vez mais, numa noção complexa e interdisciplinar. Nele não cabiam, portanto, somatórios de fatores, relações diretas de causalidade imediata e de outros elementos. Os principais estudos de antropologia no princípio do século XX, e um pouco antes também,

propunham-se a focar suas análises da adaptação ao meio, na importância dos equipamentos mentais, na diversidade dos aproveitamentos da experiência cumulativa das vias tecnológicas e nas conseqüências não generalizáveis, dependentes das formas de cultura e das razões de vida.

Dentre todos os antropólogos, significativos nesta tendência geral que os seus estudos revelavam, importa citar com maior ênfase **Franz Boas**²¹, já que é o mais citado por Gilberto Freire e é dele, aliás, que recebe incentivos diretos para sua presença e permanência como mestre brasileiro na Universidade de Colúmbia. Os interesses de Boas dirigiam-se, de preferência, ao estudo de populações que se mantinham em meios extremos e desfavoráveis, dependentes para poderem sobreviver, de uma observação cuidadosa do “meio”. Partindo então, de rígidas exigências prévias, Boas acreditava que as interpretações deterministas tiravam da situação hostil e desfavorável, conseqüências positivas que a observação concreta do meio pudessem levar esses povos às mudanças necessárias. Então, observar é afinal “pensar”, para além do lugar onde se está.

Embora de formação universitária alemã, Franz Boas permaneceu na América do Norte, desde 1887. Foi considerado por muitos o arquiteto da estrutura da moderna antropologia, chamando a atenção, nos seus trabalhos, para o papel decisivo que a cultura e a história desempenham na vida dos homens. Tendo começado a carreira científica como geógrafo, o seu ensino acentuava a necessidade de preparar a observação e o espírito de rigor para poder perceber a complexidade variável dos fenômenos humanos, pelo estabelecimento de correlações e ponderações constantemente vigiadas. Chamava também a atenção para a vantagem de se repensar o que parecia adquirido e que, por generalizações meramente oportunas, tinham-se tornado lugares comuns, sem capacidade para apreender o real. Em vez disso, propunha outras confluências, para cuja confirmação precisava de outros

²¹ **Franz Boas** (1838-1942) é antropólogo norte-americano de origem alemã (nasceu em Minden, na Westfália); doutorou-se em Geografia, na Universidade de Kiel, no ano de 1881; depois de uma importante experiência prática no domínio da Museologia das coleções científicas, trabalhou, primeiro na Universidade de Clark, depois na Universidade de Colúmbia, como professor de Antropologia, desde 1899, até à sua jubilação, em 1936. Fundou em 1902 a Associação Americana de Antropologia.

recursos de prova que ia buscar na lingüística, etnografia, arqueologia, folclore, etc.

Para Boas, era imperial que, no sistema de análise, o princípio de que todo o tipo físico (a raça), a língua e a cultura se distinguissem em histórias metodologicamente próprias, ou sejam: a história biológica do homem teria de ser explicada por dados biológicos; a lingüística, por dados lingüísticos; a cultural por dados culturais. Estas e outras opiniões não o levavam a afirmar que houvesse dados específicos para cada um dos ramos do saber. Levava-o, sim, à procura de conjuntos interdisciplinares, à desconfiança pelo fato isolado, do encontro das coerências efetivas. Ponto conseqüente da sua docência era, nessas condições, a recusa de qualquer determinismo, com especial incidência crítica no que ainda era corrente encontrar-se na área geográfica. Posição de recusa que foi se consolidando, desde o seu estudo dos povoados esquimós, cujos atos se realizavam “não em resultado do determinismo geográfico, mas apesar dele”.

Boas, estabeleceu, como alternativa fundamental, o princípio de que “nenhum acontecimento ocorre na vida de um povo, sem deixar de ter efeitos nas gerações seguintes”. Complementarmente, entendia que os processos tecnológicos, religiosos, artísticos, sociais, morais, lingüísticos, etc., não seguiam uma via exclusiva, nem se desenvolviam no sentido permanente do simples para o complexo. Para ele, estes dois conceitos - o simples e o complexo -, de aparente clareza, apresentam fortes marcas ideológicas e como tais tinham muito de arbitrário, de valorativo e como tais, de anticientífico.

A intervenção de Boas foi fundamental. Entre outras razões, por ter levado à consideração da história como uma dimensão indispensável às ciências humanas, nos dados que estas utilizam, uma vez que permitem chegar ao concreto dos comportamentos humanos, ao seu conteúdo, ao papel criador do tempo, no seu processo de chegar aos conceitos susceptíveis de apreender o maior número de variações efetivamente manifestadas pelo humano. O espírito histórico, assim programado suscita ainda, como conseqüência, tanto o acento na cautela com a generalização, como a necessidade do seu uso. Sendo assim, generalizar só pode ser praticado na

metodologia das ciências humanas e o tem de ser em formas sempre vigiadas pelo particular. Cautela não significa recusa.

Referindo e contextualizando esse valoroso mestre de Gilberto Freire, além do teor da problemática científica em que decorreu a sua formação universitária, compreende-se melhor a gênese do luso-tropicalismo de Gilberto Freire. Como se viu, a formulação desta posição crítica e interdisciplinar não originava dos acessos românticos, mas sim de posições acumuladas com sua formação, a partir do meio científico vivido por Freire. Mesmo que, freqüentemente, críticas sejam feitas ao seu caráter intuitivo e, ainda além, ao seu ponto de vista doutrinário²², Freire por certo, foi cientista de seu tempo.

Os dados sobre o meio científico em que decorreu a formação de Gilberto Freire servem, portanto, para referir, como primeiro ponto, à sua formação de base e que, além da sensibilidade literária e artística, Freire tinha uma profissão científica, uma disciplina de observação e sabia, no momento vivido, escolher os dados para corroborar os seus pontos de vista.

No que se refere ao mundo cultural francês - que tanta influência mantinha no Brasil - também nele se discutiam, com grande vigor, problemas afins, desses que Gilberto Freire havia visto serem debatidos na Universidade de Colúmbia. O pensamento francês, no seu espírito de clarificação que lhe dá uma função insuperável, constituía, em independência, um novo ramo da investigação científica - a Geografia Humana. Esta partia, havia muito, de conclusões e trabalhos de campo dirigidos no sentido da interdisciplinaridade e do **possibilismo das adaptações**. E o fato ocorreu tanto na França como na Alemanha. A sua metodologia considerava o intercâmbio permanente comunidade-meio como uma junção complexa destes, pelo menos, dois termos, nunca simplificáveis. A racionalidade que daí derivava e lhe era implícita, não podia identificar-se com a que se exprime nas ciências quantitativas. E nele veio inserir-se o interesse pelo meio tropical, até aí

²² Marcelo Bittencourt, em “Dos jornais às armas – Trajetórias da Contestação Angolana” (1999), por exemplo, é taxativo quanto à utilização política do luso-tropicalismo, logo, crê também no posicionamento de Freire, e diz: “O luso-tropicalismo é uma teoria explicativa com a ambição de dar conta do modo de inserção do “português” nos trópicos e, posteriormente, foi utilizada politicamente como tal”.

considerado como apresentando somente comportamentos humanos inferiores, de escassa superioridade à adaptação de sobrevivência e com limitada projeção nas “grandes aquisições” da história da humanidade.

Naquele momento, tomando posição em todo esse debate e recusando tais pontos de vista, Lucien Febvre²³, um geógrafo, chamava a atenção para a necessidade indispensável da dimensão histórica para se poderem avaliar, com maior segurança, as formas de adaptação e superação do homem. Assim, foi levado a considerar como extraordinariamente complexas as respostas positivas ao meio tropical e, para o fazer, teve de salientar a precariedade conceitual do determinismo geográfico e a correspondente urgência da sua substituição, com vista a conceber uma racionalidade intrinsecamente **possibilista** e global, para a interpretação do comportamento humano. A sua obra chamava a atenção para a brutalidade seletiva dos trópicos, assim como para a necessidade de um aproveitamento minucioso dos recursos disponíveis pelas comunidades que aí subsistiam, de modo a poderem resistir, sobreviverem e serem criativas.

O livro onde abordou toda esta problemática, foi objeto de diversos comentários dos mais representativos geógrafos e historiadores, assim como traduzido em diversas línguas²⁴. Representava o culminar de um processo de revisão das diferentes disciplinas em que estavam divididas as ciências humanas, procurava novas correlações de pesquisa, no sentido de obter imagens da adaptação, simultaneamente, unitária e diversificada das comunidades humanas, para além do seu sucesso evolutivo.

Afinal, em todos esses centros de cultura se debatiam os mesmos problemas de fundo: a insuficiência das categorias mais praticadas, a

²³ Lucien Febvre (1878-1956) - Historiador-geógrafo, considera como única regra possível de pesquisa para a compreensão dos homens a confluência desses dois domínios da vida humana. A ligação de Lucien Febvre com Vidal De La Blache e Lucien Gallois, também geógrafos e depois com o historiador Marc Bloch transformaram numa das características da sua concepção crítica nas Ciências Humanas, esta ligação entre os fatores da vida mental, do meio e da vida histórica. Foi essa uma das posições importantes da Escola Francesa dos Annales, fundada em 1929.

²⁴ Lucien Febvre, *La terre et l'évolution humaine — introduction géographique à l'histoire, avec le concours de Lionel Bataillon, avantpropos de Henri Berr*, Paris, 1922. A tradução em espanhol foi publicada pela Cervantes, Barcelona, em 1925 e a tradução portuguesa in *Panorama da Geografia*, vol. I, Lisboa em 1957.

precariedade cada vez maior da investigação setorial ou regional que chamavam a atenção para a necessidade da correlação e interdisciplinaridade da pesquisa, assim como para a insuficiência radical do determinismo geográfico.

É neste contexto científico que se inicia a carreira de Gilberto Freire. Quer no ponto de vista do conhecimento dos instrumentos de análise, quer na percepção da problemática crítica, quanto às perspectivas da ciência, a par dos debates que se travavam no campo da ciência, Gilberto Freire estava perfeitamente em condições de perceber os problemas da cultura brasileira, dentro de uma nova dimensão que ia se definindo e, assim, estudar com os instrumentos que a moderna antropologia e sociologia lhe podiam fornecer²⁵. O seu objetivo era chegar à dinâmica brasileira cuja perspectiva era preciso apreender de modo a que se tornasse inteligível esse espantoso fenômeno cultural, político e de modelo de sociedade que tornava o Brasil ímpar em todo o Novo Mundo. Chegando a uma situação de confronto, pressão e, portanto, desafio, o universo brasileiro, como nação realizada e esperança de afirmação, precisava pensar de uma forma viva as suas origens e os fundamentos da sua individualidade.

Não estamos, na verdade, perante um sociólogo literato, ou um pesquisador sem plano ou motivação, desligado dos debates contemporâneos e da problemática a que tinha de atender. Também não estamos perante uma interpretação apresentada, em modo de ideologia, acerca do desenvolvimento brasileiro. Na verdade, as teses de Freire podem divergir, profundamente, da ideologia porque tendo a sua marca, ligam-se à exigência de constante revisão crítica, da abertura ao debate, do convite à controvérsia e deste modo, às renovadas análises. Para José Maria Nunes Pereira (1990), “o sociólogo pernambucano teria se fixado na aparência das coisas, não sendo possível apreender o essencial de uma questão que se insere nos múltiplos e complexos domínios das ciências humanas”. O seu trabalho, então, não

²⁵ Saliente-se, na informação e mesmo formação de Gilberto Freire, a presença científica e humana do historiador luso-brasileiro João Lúcio de Azevedo que ele, no decurso da sua primeira estadia conheceu, com muita proximidade, em Lisboa.

convence, por ser “inteiro de impressões”. E, ainda, destaca uma passagem da obra de Freire.

“Ao sabor dessas “impressões”, Gilberto Freire se pronunciou também sobre a língua crioula, um dos pilares da plurissecular expressão nacional de Cabo Verde da seguinte forma: - Do mesmo modo que me repugna o dialeto cabo-verdiano, agrada-me ouvir a gente cabo-verdiana falar o português à sua maneira tropical, brasileira, não sei se diga sempre ‘com açúcar’. (1953, p. 301)

Gilberto Freire, conhecedor da problemática antropológica mais avançada, entretanto, mesmo que com desconfiança das generalizações, não ignorava a necessidade de praticá-las, estando apto para procurar o sentido integral para a observação do quotidiano, qualquer que ele fosse, e para a sua integração em contextos cuja motivação profunda lhe interessava conhecer. Quase sempre era atribuída ao estudioso a sua veemente recusava à hierarquização dos fatos, que, através da importância convencional procurava encontrar os significados dos dinamismos internos das propostas de defesa. É com esse equipamento de integração num todo com sentido, que vai dar conteúdo científico ao seu excelente poder evocativo e narrativo. Por seu intermédio, torna clara a percepção de um processo dinâmico, verdadeiramente funcional, do fenômeno brasileiro. Mas torná-lo claro não é só dar-lhe raiz literária. Procurava tornar perceptível a radical motricidade do processo brasileiro de ultrapassar as exigências do meio e a encontra na continuidade que havia sido ignorada, subalternizada ou substituída por interpretações cuja escala de valores não era a sua; Gilberto Freire entendia que era preciso encontrar os indícios verdadeiramente significativos do mundo brasileiro.

Para atingir esta finalidade não começou, em termos expositivos, pelo estudo do fenômeno propriamente brasileiro. Procurou encontrar um ponto de partida, com vista a apreender os primórdios da maturação do ajustamento português ao mundo tropical que foi prosseguindo, até chegar a uma forma original e eficaz de vida que resistiu às culturas hegemônicas de que se encontrava rodeado. O português no Brasil teria assim recorrido, com assaz poucas hesitações, a uma experiência histórica, no verdadeiro sentido do

termo, que vinha do seu ajustamento a outros “meios” e a outras exigências. O povo português, então, para Freire, é um seletor de experiências.

A análise aprofundada do que sucedeu no Brasil - e das razões por que sucedeu - foi o objetivo fundamental da sua pesquisa. Para isso, Gilberto Freire vai olhar o mundo brasileiro, com olhos diferentes das generalidades civilizadas, dos convencionalismos tropicais ou do ritualismo imitativo, face às grandes civilizações. Era moda, até os anos vinte do século passado, no Brasil, saudar a essência da superioridade, como pertencendo, não propriamente à civilização francesa, mas antes ao modo parisiense. Ao mesmo tempo, prosseguia a importação acéfala das regras de vida das áreas temperadas frias, transferidas para o Brasil tropical, exuberante, cromático, acompanhando tudo isto, o cântico citadino da superioridade da indústria, o louvor do holandês, das civilizações laicas, das religiões atenuadas, das intenções dos outros mundos e etc.

O sociólogo (ou o “sociólogo genético”, como ele preferia que o chamassem) acabou tornando-se o analista das formas quotidianas como indicadores de cultura (cozinha, medicina caseira, regras de etiqueta, vestuário, etc.), o estudioso dos comportamentos lúdicos, o investigador das coerências do gosto, da arquitetura das preferências. O seu extraordinário valor interpretativo foi inicialmente estudado a partir da sociedade brasileira.

Para conseguir o resultado, partiu da análise da realidade regional. Muito mais, por uma razão metodológica de extremo interesse, já que, é no regional que melhor podemos ver nascer algumas propostas de divergência bem sucedidas, primeiro, adequadas ao pequeno meio. Aí sim, podemos estudá-las em comparação com as outras diferenciações regionais, para verificarmos se decorre de uma expressão mais ampla pela suspensão atenta das particularidades ocasionais. Por outro lado, o regional traz consigo a possibilidade de aprofundamento dos campos a serem observados.

Assim, não se admira muito, que, em 1933, fosse publicado no Rio de Janeiro, um primeiro resultado dirigido a uma teorização sobre a sociedade brasileira, no seu dinamismo histórico, onde se integram, como exemplo, os

processos de adaptação que são próprios a essa sociedade. A obra pressupunha uma antropologia que não levava em conta as premissas “obrigatórias” quanto à superioridade das civilizações avançadas e industriais. Neste trabalho, Freire, desenvolvia as expressões qualitativas dos modos bem sucedidos da adaptação ao meio, em qualquer dimensão dos grupos humanos brasileiros, dentro de uma estrutura mental e cultural que os exprimia, sem deixar de seleccioná-los. Sabe-se que, Freire havia feito pesquisas diversas nos arquivos de Lisboa e de outros lugares, numa procura de dados de toda a espécie e até então, quase completamente, desprezados. Além disso, revelava um conhecimento bastante completo dos dados brasileiros disponíveis e de informações verificadas pelas observações de viajantes e conhecedores da realidade brasileira. Pela primeira vez, dava a tais elementos, aparentemente dispersos, uma nova hipótese de unidade cultural e de civilização. Afinal, uma síntese coerente que exprimia e exemplificava a específica dimensão brasileira. No livro “Casa Grande e Senzala”²⁶, a montagem da sua interpretação do mundo tropical, quanto ao modo como este foi integrado numa civilização ocidental, salienta que esta última entrou nos trópicos brasileiros, não pela via tecnológica, militar ou qualquer outra expressão de ordem externa, mas por intermédio de formas de comportamento, e através de uma coerência de cultura em cujo todo se integram as formas de ajustamento orientadas por uma visão do homem e do mundo.

Para Gilberto Freire, a civilização ocidental entrou no mundo tropical, modificando-se profundamente e salvando-se, sobretudo, pela perspectiva assimétrica do modelo de que partia, com forte apelo ao fator cultural, decisivo nesse objetivo que desejava alcançar. A antropologia a que recorreu foi a do português que, por ser concreto e bem delimitado, exprimia uma vivência específica, transferida e renovada dentro da nova situação. Nela incluíam-se, dados de natureza tecnológica, relações de trabalho, assim como exigências espirituais e religiosas, como formas percebidas de comportamento e, até mesmo, propensões biológicas, formas não transitórias de escolha e de observação do real. O português foi, então, o povo da civilização ocidental, que

²⁶ Casa Grande e Senzala - função da família brasileira sobre o regime de economia patriarcal, 1ª Edição ilustrada, Maia & Schmidt, Ltda, Rio de Janeiro, 1933.

melhor se adaptou ao mundo tropical brasileiro e que dispôs de mais recursos para enfrentar a mescla de dificuldades, gerando uma síntese original e bem sucedida.

Cabe destacar a variedade de opiniões quanto ao luso-tropicalismo, que para Saraiva (1996, p. 52), a teoria de Freire interessava politicamente ao governo colonial português: “Freire visitou a África sob os auspícios do governo português. Sua teoria aplicava-se plenamente aos objetivos políticos do colonialismo português (...)”, quanto também ressaltava a importância da redescoberta da África pelo Brasil, já que Freire: “(...) mostra a riqueza da dimensão da formação brasileira e dos povos colonizados por Portugal” (1996, p. 53). E mais adiante relata:

“Não há, entretanto, mais dúvidas de que ele redescobriu a África sob o ângulo da glorificação dos senhores de escravos e da ‘casa-grande’. Em resumo, Freire teve o mérito de trazer de volta a dimensão africana para o Brasil, mas a congelou na dimensão cultural. Suas obras, como Casa-grande e senzala (1933) e O mundo que o português criou (1940) foram clássicos lidos e estudados pelas elites, pelos formadores de opinião pública e pelos diplomatas brasileiros”. (1996, p. 53)

Deste modo, Freire, tanto serviu para perpetuar o modo português de engendrar formas criativas de colonialismo, como também, a Freire deve-se propostas de recusa ao preconceito da superioridade tanto cultural, como de estilo de vida a que as sociedades industriais tinham se habituado a propor como evidentes. Os portugueses reconheceram, nesta análise, o caminho que procuravam para demonstrar que a sociedade nascida no meio brasileiro resultou da congregação de povos díspares, mesmo que com riscos, mas tornando possível a permanência e convivência em meios divergentes de sociedade com alto grau de civilização e respeito às diversidades.

Em Portugal, a idéia de uma comunidade luso-brasileira era vista de forma bastante sedutora, mas, mesmo com a quase totalidade do reconhecimento das teorias de Freire, não havia um consenso geral sobre a validade do discurso luso-tropicalista. Saraiva (1996) destaca que: “Setores do Partido Comunista português faziam consistentes análises dos limites da

concepção freyreana. Outros, mais conservadores que o governo salazarista (...) achavam que poderia ser um passo para o controle do Brasil sobre as colônias portuguesas na África”.

Na verdade, segundo Gilberto Freire, os conflitos internos e os riscos de previsão neste ajustamento às condições do meio brasileiro, canalizados através de uma estrutura escravocrata, foram menores, em gravidade, profundidade e duração, em relação aos que em outros lugares destruíram sociedades de idêntico modo de produção, porém de mentalidade diversa e onde não foi possível implantar a solidariedade. Procurava determinar, recorrendo às mais diversas informações conferidas, tanto os processos de convergência, como os seus conflitos específicos e as formas de resolvê-los.

Em Casa Grande e Senzala e nos livros de Gilberto Freire que se seguiram²⁷, procura estabelecer uma interpretação para o processo global de cultura e de vivência que considerava ser a base do sucesso brasileiro. Nelas definem-se dois pontos diferentes, ainda que, não raros, solidários: um, **salienta o ajustamento bem sucedido do português ao mundo tropical**, em diversas modalidades regionais e que apresenta um ar familiar e doméstico. O outro visa ou envolve, para este efeito, uma interpretação da mentalidade e da cultura portuguesas, com vista a explicar o sucesso da sua transferência para o meio tropical.

Importa proceder a uma análise destes dois pontos que apresentam, na obra de Gilberto Freire, desigual capacidade compreensiva e, por isso mesmo, torna-se essencial proceder ao exame da sua metodologia comparada, para ajuizar a raiz metodológica (em grande medida não comum) e verificar se algumas destas suas considerações mais débeis resultam do método, ou da informação que foi possível para Portugal utilizá-la.

No primeiro ponto, relativo à sociedade brasileira, os elementos que foram recolhidos numa extensa bibliografia, assim como na perspectiva global exibida, são convincentes, significativos, críticos e suscitam um debate criador.

²⁷ É importante destacar que a aplicação do luso-tropicalismo de Gilberto Freire para as colônias africanas encontra-se com citações e relatos de viagens em dois livros: “Aventura e Rotina” e “Um brasileiro em terras portuguesas”, ambos editados no Brasil em 1953.

E se essa interpretação do português adequar-se satisfatoriamente à problemática de uma sociedade, como a brasileira, em luta pela sobrevivência, não se depreende que o seu triunfo tenha sido alcançado a partir da versão, quanto ao povo português apresentada por Gilberto Freire, como motor suficiente. Não fica, na verdade, provado que a antropologia concebida por Freire nos permita compreender este espírito de convergência e de colaboração solidária que tão grande papel desempenhou no Brasil. Os aludidos elementos culturais e biológicos não seriam suficientes para tão seguros resultados. Acresce que as reais capacidades portuguesas de convergência, assimilação e ajustamento nem sempre tiveram os mesmos efeitos. Assim somos levados a constatar que, na consideração do sucesso do português no mundo brasileiro, somaram-se outros elementos dinâmicos que tiveram no Brasil uma força não existente em outros lugares. A única conclusão possível é que a essencial docilidade portuguesa não tem aquela genealogia, e muito menos se espalhou para as colônias africanas, principalmente na primeira metade do século XX.

Em suma, o luso-tropicalismo, no seu planejamento e inventário de dados, na sua exigência de globalidade, na procura de um “modo unificador próprio e de raiz cultural” dá ao princípio da eficácia um conteúdo muito rico e diversificado e um indispensável teor cultural, sem perder o projeto de verdade. E a busca da convergência das culturas veio mostrar que sua eficácia só pode provar-se claramente quando recorremos a estes dados.

Quanto ao aspecto da análise dos dados para criarem-se hipóteses, Pereira corrobora da opinião do escritor cabo-verdiano Manuel Ferreira (1967), que: “Em primeiro lugar, o sociólogo pernambucano teria se fixado na aparência das coisas (...) e em segundo lugar, porque, Gilberto Freire, dada a natureza do seu trabalho, por inteiro de impressões, não convence quando pretende fundamentar os seus juízos, porque estes se chocam com o nosso conhecimento experiencial”.

Mesmo com os aplausos e controvérsias, deve-se a Gilberto Freire e à sua proposta do luso-tropicalismo, o esforço decisivo para se demonstrar, de modo concludente, **a precariedade e a insuficiência das explicações e dos**

relatos que subentendem uma hierarquia triunfalista das civilizações que se tomam por modelos, concebidos segundo uma origem onde o topo era ocupado pelas sociedades industriais e as culturas quantificadas, seguindo-se, numa ordem caprichosa, às que, em maior ou menor grau, se determinam na assimilação desse modelo quantitativo a quem pertenceria a superior dignidade. Afinal, o resultado da obra de Gilberto Freire foi o de tentar questionar a hierarquização das sociedades e elevar a miscigenação sócio-cultural como a que é possível na erradicação do racismo e diminuição do distanciamento entre os povos e as raças no Mundo.

3 - 3 - A DOCTRINA QUADROS - ARINOS (PEI) E A QUESTÃO ANGOLANA

Quando se deseja falar das relações Brasil – Angola, é importante entender o papel brasileiro para com os outros países do Terceiro Mundo. À primeira vista, esta expressão pode parecer redundante, considerando-se o hiato existente entre o alto índice de industrialização, que coloca o Brasil entre os dez parques industriais do mundo, e os indicadores sociais que o posicionam entre as piores distribuições de renda. Acrescente-se a isso o fato de o Brasil ter uma política externa específica para o Terceiro Mundo e mais o fator político-cultural, sinônimo de defesa dos valores ocidentais, que, juntos, contribuem para o distanciamento do país em relação à periferia, especialmente aos países africanos.

Neste particular, vale ressaltar o papel desempenhado pela diplomacia brasileira, peça chave na reconstrução desse terceiro-mundismo. Na recente história econômica do país, a diplomacia brasileira evoluiu da arte de negociar contendas fronteiriças para tratar dos objetivos de expansão econômica. Cabe ao Itamaraty adequar a política externa brasileira aos movimentos de conjuntura mundial.

Nesta dinâmica de se produzir políticas externas que possam agregar todas as perspectivas brasileiras, destaca-se a postura do governo brasileiro na construção da **Política Externa Independente (PEI)**²⁸ que iniciou um caminho para ampliar as relações com a África, como destacamos a seguir frases de discursos dos representativos chanceleres desta época, tais como: Afonso Arinos de Mello Franco e de São Tiago Dantas, citados no artigo “A Política Brasileira para a África e a Descolonização dos Territórios Portugueses” de Júlio Gliternick Bitelli:

“Havia já a percepção do latente antagonismo de interesses entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido – agravado pelo

²⁸ A Política Externa Independente, foi lançada em 1961 no governo Jânio Quadros e encerrada com o golpe militar de 1964 que destituiu o governo João Goulart. Ela pretendeu fugir das exigências de alinhamento e atingir a autonomia frente aos dois pólos de poder da Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética.

funcionamento do Mercado Comum Europeu -, bem como das vantagens que uma união dos países subdesenvolvidos acarretaria na eventualidade de uma confrontação”. (1989, p.181)

“Adicionalmente, o Brasil via nas colônias africanas concorrentes privilegiadas - em virtude das facilidades de que dispunham no comércio com as metrópoles - na disputa pelos mercados de produtos primários comuns”. (1989, p.181)

“Argumentava-se ainda no sentido de ressaltar afinidades geográficas, históricas e culturais com os países africanos. O Brasil, nesse sentido, se autodefinia o papel de elo de ligação entre o Ocidente e o Continente Africano e de guardião da cultura portuguesa na África (por exemplo, a língua portuguesa). O anticolonialismo serviria como instrumento ideológico na tentativa de aumentar o prestígio do Brasil junto às nações africanas. Começa a crescer a consciência de que a posição anterior poderia representar uma hipoteca onerosa no futuro das relações Brasil-África”. (1989, p. 181)

A política externa brasileira manteve-se relativamente uniforme, independentemente da coloração de governos civis ou militares, havendo, sim, alguns ajustes naturais em decorrência da conjuntura internacional e das necessidades do processo de acumulação de capital no Brasil. Entre os governos Jânio Quadros – João Goulart e os governos militares não se constatou mudança radical na política externa brasileira, como aquela verificada no quadro político interno. A dualidade em relação ao Terceiro Mundo se manteve, sendo que a grande virada em direção à África foi promovida posteriormente, já no governo Geisel.

Mas, compreendendo a proximidade de interesses que ligavam os países do Terceiro Mundo, o governo Jânio Quadros procurou diversificar os contatos externos do país e ampliar as exportações. Novos mercados passaram a ser procurados na África, Ásia e nos países socialistas. As relações diplomáticas com a URSS, rompidas em 1947, foram restabelecidas.

Jânio Quadros, embora tenha sido acusado de visar apenas impressionar o público interno para fazê-lo esquecer as complicações econômicas do ambiente doméstico, lançou um projeto que se constituiu num marco. E em seu governo, os alicerces para a caminhada rumo à ampliação das relações com a África foram lançados, como se pode notar em passagem do texto “Nova Política Externa do Brasil” do próprio Presidente da República em 1961:

“Quanto à África, podemos dizer que representa hoje uma nova dimensão da **política brasileira**. Estamos ligados àquele continente pelas nossas raízes étnicas e culturais e partilhamos do seu desejo de forjar para si mesmo uma posição independente no mundo de hoje”. (1961, p. 153)

Mais adiante, ele ressalta o papel do Brasil, como a potência ocidental capaz de cumprir o elo entre o Ocidente e os africanos: “Nosso país deveria tornar-se o elo, a ponte entre a África e o Ocidente, desde que estamos tão intimamente ligados a ambos os povos”. (1961, p. 154).

Mas a história das relações afro-brasileiras nem sempre foi marcada por avanços, houve também alguns recuos que refletem bem os limites do terceiro-mundismo brasileiro. Os recuos observados não podem ser explicados tão somente por razões de ordem econômica, sob pena de não se entender a essência do processo. Durante quase 70 anos houve um vazio nas relações Brasil-África, desde a abolição da escravatura até o final dos anos 50. Entretanto, esta lacuna não se explica exclusivamente pelo forte controle exercido pelos países colonialistas sobre os africanos ou pelo fato de serem economias concorrentes. A explicação mais plausível deve ser buscada nos fatores não-econômicos, isto é, nas manifestações da ideologia racial brasileira, que tentavam manter uma imagem de democracia racial, cuja reafirmação era proposta exclusivamente pelos brancos brasileiros. Os fatores não-econômicos também ajudam a explicar a retórica na condenação do colonialismo português na África, na defesa dos valores ocidentais e por fim, na autodefinição do Brasil como país-ponte entre os interesses do Norte e do Sul.

Quando a diplomacia brasileira do Itamaraty, que constrói a política externa, se deu conta desse importante papel, mais de um século se passara desde a independência colonial do Brasil, mas somente assim, chegou-se à confirmação de potência soberana e de seu destino no mundo atual.

A permanência dessa intrincada dificuldade de afirmação soberana é explicada, principalmente, pela abordagem marcadamente diplomática na elaboração da política externa brasileira. Isto se deveu ao fato de o corpo diplomático ser de carreira, portanto menos suscetível às injunções políticas e, sobretudo, por ser o Itamaraty uma das mais antigas e sólidas instituições

brasileiras. Mas isso não quer dizer que o Itamaraty tenha atingido o status de quarto poder (após o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), mas, é evidente que construiu uma visão própria da conjuntura internacional, formada no decorrer do exercício das suas funções, em nome do interesse nacional. Mesmo com o devido avanço, revela-se a existência de duas correntes em relação à política externa: uma, que defende a aproximação com o Primeiro Mundo (o Norte) como melhor estratégia; e a outra que apoiava o aprofundamento dos laços com o Terceiro Mundo (o Sul).

Os discursos diplomáticos já eram importantes, neste momento de afirmação soberana e, de certa forma, sedimentariam a posição brasileira no futuro, não só pela libertação do jugo colonial, como também no aprofundamento dos laços. Um dos exemplos foi o pronunciamento do chanceler Afonso Arinos, na abertura da XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1961: “Nossas relações fraternais com Portugal, nossa amizade tradicional com a França não nos impede de tomar posição clara nas dolorosas divergências que, a propósito do colonialismo africano, se têm apresentado entre as Nações Unidas e aqueles países. Os dois estados europeus devem, a nosso entender, assegurar a autodeterminação da Argélia e de Angola. Nada deterá a liberação da África”.

Pode-se afirmar, que as primeiras e significativas políticas de aproximação com os países do Sul foram formuladas no curto período do governo Jânio Quadros (janeiro a setembro de 1961). O governo anterior, de Juscelino Kubitschek, caracterizou-se pelo alinhamento direto aos países colonialistas e pelo distanciamento do processo de independência que ocorria em África²⁹. Nos oito meses que esteve na Presidência, Quadros conduziu uma Política Externa Independente para demonstrar a diferença de alinhamento dos governos anteriores, de acordo com interesses nacionais, tomando iniciativas que marcaram sua curta administração.

²⁹ Embora tivesse reconhecido um número significativo de países independentes no contexto africano, o governo brasileiro votou contra a independência da Argélia, além do forte apoio ao colonialismo português.

São Tiago Dantas (1962, p. 6), principal formulador da política externa do governo de Quadros, destaca alguns pontos importantes dessa política, como a contribuição à preservação da paz, mediante a prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; ampliação do mercado externo brasileiro e apoio à emancipação dos territórios não autônomos, fosse qual fosse a forma jurídica de sua submissão à Metrópole. A política externa independente de Tiago Dantas aponta, também, como característica significativa desse período, a atuação isenta de compromissos ideológicos, não obstante a afirmação de que o Brasil é ocidental e que a segmentação do poder do mundo está entre Norte e Sul e não entre Leste e Oeste. Além disso, o próprio Presidente Jânio Quadros, conforme mostra em artigo já citado anteriormente, escrito para a Revista Brasileira de Política Internacional, cita, que entre os pontos relevantes estavam o apoio decisivo ao anticolonialismo e o estabelecimento e o estreitamento de relações com os Estados africanos. Importante é a palavra do Presidente da República, quando afirma: “Esta é a nossa política, não apenas no interesse da África, não por uma solidariedade platônica, mas porque está de acordo com os interesses nacionais brasileiros”. (1961, p. 154).

Mesmo com a grande ênfase do Presidente da República, a opinião de São Tiago Dantas a respeito da Independência de Angola, por exemplo, era moderada já que tentava conciliar o princípio da autodeterminação dos povos com a tradicional amizade com Portugal (Cervo e Bueno, 1992, p. 310). E ainda acrescentava as palavras do chanceler:

“Cumprir notar que no caso de Angola jamais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição política demasiado rígida comprometa o papel que a cultura portuguesa pode representar na África em longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais em outros de caráter comunitário, cuja preservação seria útil a todos os povos de língua portuguesa e manteria Angola e Moçambique no quadro cultural e político do Ocidente”. (1992, p. 310)

O chanceler São Tiago Dantas (1962, p. 12-13), quanto à postura no caso das colônias portuguesas, afirma que “Na linha anticolonialista do Brasil

houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar a nações tradicionalmente amigas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não autônomos confiados à sua administração”.

Rubens Ricupero menciona que Jânio Quadros desenvolveu uma política externa intuitiva e inovadora, às vezes, provocadora, como no episódio em que condecora Che Guevara, então ministro da Economia de Cuba, com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul. Para o autor, Che era legítima expressão do comunismo mundial. Não se pode negar, segundo Ricupero (1993, p. 63), que a política de Quadros antecipou muitos temas e posturas que iriam definir o futuro do paradigma diplomático brasileiro, além da atitude crítica em relação à política norte-americana de isolamento de Cuba, a simpatia pela descolonização da África de expressão portuguesa, a preparação do reatamento com a URSS, a aproximação com a China e o “namoro” com o Movimento dos Países Não-Alinhados.

Esse termo “namoro” não representaria a realidade do governo de Quadros, conforme mostra José Flávio Sombra Saraiva (1996, p. 63), ao analisar uma mensagem de Quadros ao Congresso Nacional em que o Brasil manifestava uma posição a favor da descolonização africana, mas não possuía nenhum tipo de aliança automática com blocos terceiro-mundistas, particularmente, o grupo dos Países Não-Alinhados. O presidente Jânio Quadros argumentava que a nova política africana no Brasil seria uma “modesta recompensa” pelo imenso débito que o Brasil tinha com o povo africano. Assim, o Presidente da República reafirma a dimensão atlântica da política externa do Brasil.

Saraiva (2003) confirma que este alinhamento à África foi de forma contundente, em texto mimeografado para exposição na Câmara dos Deputados, na palestra sobre “A Política Externa do Brasil para o século XXI”:

“Ao contrário de tudo isso, o Brasil tem um lugar na África. Conquistou esse lugar de forma própria, sem a batuta de outro maestro, com seus próprios meios, em um esforço da sociedade brasileira no seu conjunto, à busca de alternativas de inserção internacional e de correções de dívidas históricas com as mulheres e

homens do outro lado do Atlântico. Isso não é ser romântico ou saudosista. Ao contrário, é atuar de forma altaneira acerca dos destinos da nação e das suas possibilidades no campo da ampliação do prestígio consentido e natural no Atlântico Sul". (2003, p. 7)

Henrique Altemani de Oliveira (1990, p. 269) aponta qual era a intenção de Quadros ao solicitar providências ao Itamaraty, no sentido de construir um grupo de trabalho para preparar a representação diplomática brasileira em novos Estados Africanos e de elaborar uma nova política brasileira para esse continente, reorganizando-o nos aspectos: políticos, econômicos e culturais. A tentativa de relacionamento comercial com a África nesse momento podia ser considerada resultado de uma tomada de consciência inicial das desigualdades no plano internacional e da necessidade de um relacionamento entre países em desenvolvimento que não fosse intermediado pelas grandes potências do Norte industrializado (Oliveira, 1990, p. 275-278). Acerca desse aspecto econômico de aproximação com o Continente Africano, no governo Quadros, pode-se destacar a exposição flutuante do navio-escola Custódio de Melo, que durante vários meses, no ano de 1961, navegou por portos africanos da Costa Atlântica, inclusive por Luanda³⁰.

No período dos governos Quadros e Goulart, os conflitos em Angola intensificaram-se, principalmente após o nascimento de movimentos de libertação como o MPLA (1956) e do FNLA (1962)³¹. Saraiva (1996, p. 83-88) acompanha a trajetória da política independente do governo de Quadros para a Angola e a continuidade com João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964) e explana que, durante os dois governos, o Brasil manteve uma política confusa em relação ao caso angolano. Após a intensificação dos conflitos em Angola, no período de 1961 a 1964, as pressões internacionais sobre Portugal vieram à tona.

³⁰ O objetivo desse navio era apresentar produtos brasileiros que pudessem ser exportados para os países africanos. A viagem do "Custódio de Melo" foi considerada um sucesso econômico e político, pois despertou curiosidade e interesse nos interlocutores africanos.

³¹ Frente Nacional de Libertação de Angola, liderada por Holden Roberto, composta de bacongus, grupo étnico do norte de Angola, recebia desde o início da luta armada auxílio norte-americano, apoio de formação militar da China (1973-74) e do Zaire (hoje República Democrática do Congo).

Durante as votações na ONU, a respeito da independência angolana, o Brasil ora tinha uma postura de abstenção nas votações, ora tinha uma postura de votação a favor da causa angolana - como ocorreu em junho de 1963, quando o governo brasileiro condenou o colonialismo português, aprovando a Resolução 180, do Conselho de Segurança da ONU, e retrocedeu, quando se absteve durante a votação da Resolução 1913, da XVIII sessão da Assembleia-Geral da ONU, que solicitava reformas urgentes para os territórios sob a administração de Portugal (Cunha, 1991, p. 82).

Muito apropriado por Saraiva (1996, p. 85-86) são as quatro razões destacadas para essas contradições da política externa independente. O primeiro fator representa a própria instabilidade do governo Goulart, com pressões de setores mais ocidentalizantes de um lado, e de grupos que queriam uma perspectiva mais independente, de outro. Um segundo fator foi o papel da diplomacia portuguesa nesse período, procurando atrelar o Brasil ao acordo feito com Portugal, em 1953, o Tratado de Amizade e Consulta³². Outro fator foi a tentativa norte-americana de envolver o Brasil no caso angolano, mas os acordos econômicos entre Brasil e Estados Unidos não estavam numa boa fase, o que fez com que a instabilidade dessa relação estivesse no âmago da política brasileira. E, finalmente, o quarto fator que, basicamente, refere-se às duas políticas africanas que o Brasil possuía. Uma política geral, especialmente para a África negra atlântica, sustentada pela abertura comercial e na solidariedade política à descolonização, e outra, mais específica, que admite o colonialismo para o caso das colônias portuguesas na África.

Interessante e bem relevante neste momento político, foi revelado somente em 1974 pelo Senador Roberto Campos, como relata Saraiva (1996, p. 86-87), no encontro dele (na época, 1962, Roberto Campos ocupava a função de embaixador do Brasil nos E.U.A) e de São Tiago Dantas com o Secretário de Estado norte-americano Dean Rusk, em Washington. Este pedia

³² O Tratado de Paz e Consulta foi uma vitória portuguesa, segundo José Honório Rodrigues (1961, p. 314), já que deu ao conceito de “comunidade” um ar caricatural, pois o termo é a livre associação de Estados independentes e não só com herança comum, ou similaridade jurídica, mas também com cooperação técnica e, especialmente, fundamento econômico. O tratado arrastava o Brasil para a órbita portuguesa, visando a dispor do apoio do Brasil nas dificuldades internacionais de Portugal. Pelo tratado, o Brasil é obrigado a consultar Portugal – com suas dependências coloniais sobre matéria internacional, e tirando, dessa forma, ou pelo menos dificultando, todo o jogo diplomático.

a mediação brasileira no caso da desavença entre Portugal e Angola, e apresentava a possibilidade dos E.U.A. fornecerem apoio econômico ao Brasil e a Angola de forma a preparar adequadamente a colônia para a independência. Na reunião, o Secretário de Estado explana que, a intermediação direta norte-americana poderia ser interpretada como uma interferência em território onde a União Soviética já possuía interesses, por isso o pedido foi feito ao Brasil, que assim, deveria deliberar sobre estas questões junto à Comunidade Luso-Brasileira, diminuindo o desgaste entre todos os envolvidos – Portugal, Angola, Brasil, Estados Unidos e a própria União Soviética.

O que ficou marcado nesse período Quadros - Goulart na Política Externa Independente (PEI) foi a contradição no posicionamento do governo brasileiro com relação à independência dos países africanos. O Brasil apoiava o processo de independência desses países, mas no caso das colônias que eram administrados por Portugal, a política brasileira era de permanência ao colonialismo.

3 - 4 - GEISEL E A FRONTEIRA LUSÓFONA ATLÂNTICA

Em 15/3/1974, assumiu a Presidência da República o General Ernesto Geisel (até março de 1979), em meio a grandes dificuldades econômicas e políticas que precipitaram o fim do período do “milagre brasileiro” e que ameaçaram o regime militar. O governo brasileiro sofreu com a crise do petróleo de 1973, sentida na economia no ano seguinte, quando o preço do barril quadruplicou, afetando assim o País, extremamente dependente do produto. No contexto internacional, o choque do petróleo e a crise do sistema internacional financeiro, que passava por um período de grande recessão, fizeram com que o governo brasileiro optasse pela ampliação do mercado, com a continuação da política de substituição de importações que perdurou até o final do governo Geisel, sendo o Brasil o primeiro país a começar esse modelo na América Latina e o último a terminá-la. Na política externa, essa visão fica mais clara, quando o próprio presidente denomina sua linha de política exterior pragmática, responsável e ecumênica. Pelo conceito de “pragmática” entendia-se uma política descomprometida com quaisquer princípios ideológicos que pudessem dificultar o atendimento dos interesses nacionais. Por “ecumênica”, pretendia-se uma política externa de caráter universalista, que levasse em conta todas as possibilidades de relações internacionais do País. E, finalmente, “responsável” constituía-se em uma palavra-chave dirigida, particularmente, às bases de sustentação do regime (Pinheiro, 1993, p. 249-250).

Para Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 230), o efeito dessas mudanças internacionais forçou o governo brasileiro a uma profunda revisão de sua estratégia político-diplomática. Necessitava, portanto, substituir o individualismo típico do período Médici por uma aproximação com o Terceiro Mundo. Uma política que poderia proporcionar ao Brasil uma exploração mais ampla das possibilidades oferecidas pelo mercado mundial e, simultaneamente, engrossar o coro do grupo dos 77 que exigiam a estruturação de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e eqüitativa na distribuição e usufruto da riqueza mundial. Dentro dessa nova perspectiva no cenário nacional e internacional, o Brasil restabeleceu as relações diplomáticas com a República Popular da China, em abril de 1974. Outro fato digno de nota, em termos de

mudança de política externa brasileira, foi o reconhecimento da independência de Guiné-Bissau, em 16/7/1974. Tal fato mereceu atenção, pois Portugal ainda não havia formalizado o reconhecimento de independência, ou seja, a antecipação brasileira de reconhecimento da independência do país africano feria o Tratado de Amizade e Consulta em vigor, causando um certo mal-estar nas relações diplomáticas entre Brasil e Portugal.

Foi o reconhecimento, porém, da independência da República Popular de Angola, em 11/11/1975, com o governo do MPLA, de cunho ideológico socializante, que surpreendeu o mundo, haja vista a proximidade cultural entre os países. Angola era um país mais atrativo economicamente que Guiné-Bissau e também se levava em conta o fato de o governo brasileiro ser militar, contrário à ideologia do movimento angolano. O reconhecimento brasileiro ocorreu em um momento de grande repressão, com perseguição aos comunistas e suspensão das liberdades democráticas. **O Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA proclamado à zero hora de 11/11/1975.** O Brasil reconheceu oficialmente às 20 horas (horário de Brasília) de 10/11/1975. Portanto, considerando o fuso de quatro horas a mais que Luanda, nosso país reconheceu a legitimidade do governo no exato instante da posse do MPLA. Além disso, o Brasil também foi o primeiro país a instalar uma Embaixada na capital angolana, em 5/1/1976.

Saraiva (1996, p. 159) ressalva três pontos interessantes de análise sobre essa postura de reconhecimento de um movimento marxista em Angola. Segundo o autor, as posições brasileiras na década de 70 mudaram significativamente em relação a períodos anteriores, entretanto não foram realizadas de forma abrupta. O primeiro ponto que se deve levar em consideração, no caso do reconhecimento do MPLA na Angola, é o fato de que, em 24/11/1973, 17 países da África, capitaneados pelos exportadores de petróleo, ameaçaram o Brasil (com mais cinco países) de sanções econômicas, como o embargo do petróleo por conta de suas posições na África Austral. Levando-se em conta o momento de crise do petróleo nesse período, pode-se imaginar o quanto esse embargo afetaria a economia nacional.

O segundo ponto colocado por Saraiva (1996, p. 160) diz respeito ao receio dos formuladores da política externa brasileira sobre a possibilidade de alguns países da África negra votarem contra o Brasil na ONU numa questão levantada pela Argentina com relação ao projeto Itaipu.

Em terceiro lugar, além da diversidade de parceiros que o Brasil procurava no momento, o autor leva em consideração o péssimo momento das relações do Brasil com os EUA, propiciando assim a perda gradativa de importância daquele país nas relações econômicas e políticas do Brasil, principalmente por dois episódios marcantes: o primeiro em março de 1970, quando o Brasil estendeu seu mar territorial para o limite de 200 milhas e expulsou barcos norte-americanos sem autorização, encontrados no litoral brasileiro (Saraiva, 1996, p. 160-161). Vale lembrar que, no contexto de independência de Angola, os EUA apoiavam o FNLA e depois a UNITA. O episódio dos barcos americanos fez com que os EUA tomassem medidas protecionistas contra os produtos brasileiros. Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 228) consideram que a ampliação do limite do mar territorial brasileiro foi fruto de políticas que viam o Atlântico Sul como parte integrante do sistema de defesa nacional; já para o governo brasileiro as razões eram estritamente comerciais. Além disso, o Brasil assinou um acordo nuclear com a Alemanha Federal, em 25/7/1975, o que desagradou também aos EUA.

Neste tocante dos apoios internacionais aos diferentes grupos de Angola, podemos acrescentar que havia interesses de diferentes países no território angolano no desenrolar das ações da luta pela independência, pois mesmo que apoiada maciçamente pelos EUA, a FNLA também recebia apoio da China de Mao Tzedong, como bem destaca Gérard Chaliand (1982):

“Os interesses de Estado determinam as políticas. Do mesmo modo a China de Mao Tzedong apoiava a FNLA e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), também ajudados pelos Estados Unidos e pelo Zaire, porque os dois movimentos se opunham ao MPLA, apoiado pela URSS”. (1982, p. 47)

Oliveira e Mourão (1991, p. 33-35) abordam uma viagem do Ministro Ovídio de Melo (representante especial do Brasil perante o governo de transição que precedeu a independência de Angola) antes da independência

angolana, em que o ministro manteve contatos com os três movimentos: MPLA, FNLA e UNITA³³. Conforme Melo (apud Oliveira; Mourão, 1991, p. 33-35), a instrução do governo brasileiro era estabelecer relacionamento com os três movimentos, sem favorecimentos, pois o Brasil queria somente ter relações com Angola independente, a partir de 11/11/1975, dia em que estava prevista a independência do país, segundo o Acordo de Alvor.

Ovídio de Melo enunciou as questões que envolveram o processo de independência de Angola. Para o autor, o Chanceler Antônio Azeredo da Silveira pretendia antecipar o relacionamento político do Brasil com as colônias portuguesas que se encaminhavam para a independência. Para isso, ainda durante o período de transição, pensava em abrir em Maputo e Luanda uma espécie de embrião de embaixada (representação especial) para tratar com os movimentos que Portugal qualificasse como candidatos ao poder. Como Moçambique possuía apenas um movimento de libertação nacional (FRELIMO)³⁴, o governo brasileiro, por intermédio de Ovídio de Melo, iniciou os diálogos para a representação especial com maior facilidade. Contudo, não houve aceitação por parte dos dirigentes da FRELIMO, pois para o dirigente do movimento, Marcelino dos Santos (Santos apud Melo, [s.d], p. 26)

[...] a FRELIMO não poderia aceitar a proposta brasileira, concedendo ao Brasil um status especial na criação antecipada de relações diplomáticas com Moçambique, porque as mentes e corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra, depois de verem todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal – não estavam acostumadas a ver o Brasil como um país amigo.

Então, o Brasil deveria esperar que Moçambique se tornasse independente para pensar na possibilidade de um diálogo diplomático. Para Melo ([s.d], p. 30), a posição pouco coerente de Moçambique era eminentemente política: a FRELIMO queria ver primeiro como o Brasil iria comportar-se em Angola, pois lá instalaria uma representação especial. As relações políticas entre MPLA e FRELIMO eram extremamente amigáveis,

³³ União Nacional de Independência Total de Angola, liderada por Jonas Savimbi, com forte apoio da província de Huambo (sul do país), tinha ação militar altamente potencializada com a África do Sul, nas vésperas da independência de Angola.

³⁴ Frente de Libertação de Moçambique, de cunho socialista, movimento liderado por Samora Machel.

desde a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), que foi fundada em Casablanca, em 18/4/1961, cuja intenção era o estabelecimento de uma estratégia de luta comum contra o colonialismo português (Maia, 1977, p. 67).

O MPLA já se preparava para a festa de independência no dia 11 de novembro, e o Itamaraty não havia ainda afirmado se reconheceria ou não a independência de Angola com o MPLA no poder. Se, desde março de 1975, o Brasil esteve presente em Angola, se antecipou a relação com os três movimentos angolanos, quando foi criada a representação especial e, se durante todo aquele momento, havia declarado isenção e prometido ter boas relações com qualquer partido que no fim predominasse, como poderia, então, naquele momento, recuar. Num momento em que o MPLA já era o vencedor e vendo-se ameaçado apenas por invasão estrangeira da África do Sul e justamente o país da apartheid que revoltava a África inteira. A saída era ou reconhecer, ou sair imediatamente de Luanda e ao sair de Luanda, para Melo, o MPLA não perdoaria o Brasil pelas falhadas promessas de isenção. Durante muito tempo o Itamaraty poderia esquecer as relações com Angola, Moçambique e provavelmente com toda a África Negra. Seria um fiasco de proporções continentais.

Em entrevista a Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (1994 p. 343-344), Geisel, ao ser perguntado sobre a mudança da política de colonização portuguesa, afirmou: "(...) embora eu procurasse ter boas relações com Portugal, dentro de um certo limite, por causa da Revolução portuguesa dos Cravos - no caso da África achávamos que o colonialismo português estava acabado, ultrapassado (...)". Para Ricupero (1993, p. 343), a política externa independente de Quadros foi retomada por Geisel e Figueiredo com o pragmatismo responsável. Todavia, o emblema dessa política, em vez de ser Cuba, no caso de Quadros, passa a ser o abandono do colonialismo português e o reconhecimento do MPLA em Angola.

O Brasil passou a demonstrar que tinha política própria com o reconhecimento do MPLA na data da independência. Durante o período em que perdurou o Acordo de Alvor, o Brasil dialogou com os três movimentos

para decidir o futuro democrático de Angola, o que acabou não acontecendo, haja vista o fracasso do acordo e a guerra civil instalada no país. Um forte exemplo do reflexo da posição brasileira de reconhecimento do governo do MPLA pode ser medido com a demissão do ministro do Exército, Silvío Coelho Frota, em 1978, que afirmava que o reconhecimento de Angola era indício da crescente “comunização” em vigor na política brasileira. Vale lembrar que recentes descobertas apontam para um apoio secreto no Serviço Nacional de Inteligência, que mandava armas ao MPLA para combater a UNITA³⁵. Sobre esta passagem Saraiva (1996) assinala:

“O mais importante, entretanto, foram as descobertas recentes sobre o apoio secreto do Brasil ao MPLA naqueles dias. Apesar das declarações de Azeredo da Silveira em Dacar em novembro de 1975, afirmações de membros do SNI, dez anos depois, indicam que o Brasil teria mandado secretamente armas para Agostinho Neto e o MPLA na sua luta contra o FNLA e a UNITA”. (1996, p. 241)

Essa posição quanto ao aspecto político com a África de expressão portuguesa, significou uma mudança de visão brasileira dentro do próprio Continente Africano. O “perigo comunista” perdia força. Isso se deveu muito à mudança do pensamento da relação mundial bipolar para uma relação multipolar. A base principal para o argumento de aproximação com a África, porém, era o próprio desenvolvimento capitalista que se desenhava no Brasil, associado à vulnerabilidade energética vivida pelo País, ou seja, a África (Angola e Nigéria, principalmente) enquanto produtora de petróleo. Lafer (apud Oliveira; Mourão, 1991, p. 39) insere o Brasil num contexto de uma “potência intermediária”, tendo, portanto, condições de utilizar vários “graus de liberdade suplementar” no contexto internacional. Oliveira e Mourão (1991, p. 39) ainda abordam a teoria do pentagrama de Kissinger, no sentido de que, num mundo multipolar, podem surgir novas oportunidades para as potências intermediárias, desejosas de ter um papel mais ativo nas relações internacionais.

Não só no campo político as relações entre o Brasil e os países do Sul ganharam novos aspectos, mas também na economia, pois a diversificação de parceiros e a vontade de aumentar sua cooperação com os países em desenvolvimento fizeram com que as exportações brasileiras para o Terceiro

³⁵ Ver o intercâmbio entre Brasil e África com relação à venda de armas. (ISTOÉ, 5 jun. 1985).

Mundo crescessem muito naquele período (Cunha, 1991, p. 18), apesar do “duro golpe” que foi o acordo de Lomé, em fevereiro de 1975, pelo qual os países africanos (com exceção de Angola, Argélia, Egito, Líbia, Sudão e Tunísia) firmaram compromissos de comércio preferenciais com a Europa numa espécie de verticalização das relações.

No caso das trocas comerciais com Angola, o início do desenvolvimento das relações econômicas entre os países foi bastante tímido, sendo unilateral, a favor do Brasil. Em 1977, a Volkswagen do Brasil iniciou a exportação de carros para Angola, estabelecendo depois montadoras no país. O governo brasileiro concedeu forte estímulo a multinacionais estrangeiras com filiais no Brasil e empresas de capital nacional para direcionarem parte de suas exportações para o Continente Africano (Santana, 2003, p. 178). Algumas empresas privadas nacionais, como o Pão de Açúcar, passaram a atuar em território angolano. A Odebrecht, que atuou na construção da hidrelétrica de Capanda (1984), a maior da África, é para Santana (2003, p. 180) o exemplo de experiência bem-sucedida em Angola³⁶.

³⁶ Para o autor, diversos fatores contribuíram para o êxito dessa empresa em território angolano. Além do forte apoio governamental, foi identificado o bom relacionamento entre os países, a língua comum, a planejada integração e parceria do mercado local, o investimento na capacitação tecnológica e gerencial das equipes, a aplicação de modernas formas de gestão e uma desenvolvida capacidade de mobilizar pessoas, recursos estratégicos, financeiros e políticos com vistas a atingir seus objetivos (Santana, 2003, p. 181-182).

4 – A RESISTÊNCIA ANGOLANA E O SURGIMENTO DE UMA NAÇÃO LUSÓFONA SOB A DIVISÃO DA GUERRA CIVIL

4 – 1 – A FRAGMENTAÇÃO DA NAÇÃO ENTRE O MPLA, O FNLA E A UNITA

Os principais movimentos nacionalistas em Angola, no início dos anos 50, eram o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), e FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola). Só mais tarde, em 1966, seria fundada a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola), por um grupo de dissidente da FNLA liderado por Jonas Savimbi.

Com a exceção da luta contra o governo colonial, pela independência de Angola, os três movimentos nacionalistas não tinham nada em comum. Na verdade, eles sempre estiveram em um permanente estado de oposição recíproca, visto que o objetivo principal de cada um deles era o de ser reconhecido como o verdadeiro representante do povo angolano. As divergências étnicas, ideológicas e regionais, bem como a polarização derivada das fontes de apoio externo, contribuíram também para aumentar as diferenças entre os movimentos, como se pode verificar na descrição que se segue. Este aprofundamento torna-se importante para tentar explicar os objetivos iniciais e, a seguir, entender o papel da influência do Brasil com o crescimento da Língua Portuguesa, propiciando a coesão territorial angolana.

4 – 1 – 1 - O Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA

O MPLA foi fundado, em dezembro de 1956, por um grupo de intelectuais urbanos angolanos (a maioria composta de mestiços). Pretendia-se organizar uma frente nacional ampla que se opusesse a toda espécie de racismo e viesse a estabelecer uma sociedade socialista em Angola. O MPLA conseguiu de imediato forte apoio popular nas principais áreas urbanas do país, mas encontrou dificuldades para se firmar no interior. O movimento

recebeu apoio material e político dos países escandinavos, do Leste Europeu, da União Soviética, de Cuba e de alguns grupos liberais da Europa Ocidental.

Os militantes do MPLA emergiram com força na capital angolana, Luanda e seus arredores. De todos os movimentos nacionalistas, o MPLA, do ponto de vista étnico, racial e social, foi o mais abrangente em sua visão de libertação nacional, diferenciando-se do viés tribal e racista existente em maior ou menor grau nos outros dois mais importantes movimentos nacionalistas. Para Agualusa (2004), no texto “Guerra e Paz em Angola” apresentado na Festa Internacional da Literatura em Barcelona: “O MPLA surgiu em Luanda, no seio da sociedade crioula euro-africana, integrando inicialmente apenas brancos e mestiços, mas rapidamente se alargou para o campo, afirmando-se como uma força nacional”.

Os três principais grupos étnico-raciais de Angola que compunham a comunidade urbana em Luanda eram: os europeus, os mestiços ou mulatos e os africanos. Os europeus formavam uma elite social econômica e política que, ao mesmo tempo cosmopolita, isolava-se tanto dos camponeses angolanos quanto dos seus próprios compatriotas do interior. Havia, também, no seio da elite urbana liberal, portugueses anti-salazaristas de classe média que defendiam reformas democráticas e a descentralização do domínio de Portugal em Angola. Durante o pós-2ª Guerra Mundial, parte dessa elite desempenhou papel importante na formação do nacionalismo através da mistura do radicalismo marxista com os sentimentos anticoloniais.

Ainda Agualusa (2004), destaca no texto “Guerra e Paz em Angola” que:

“Os principais dirigentes do MPLA revelaram desde o início graves distúrbios de identidade. Angolanos, sem dúvida, mas de origem portuguesa, ou, ao menos, formados dentro de um universo de matriz portuguesa, o seu combate nacionalista implicou uma ruptura com uma parte deles mesmos. Brancos ou mestiços, queriam ser negros. Homens da cidade, queriam ser camponeses. Vale a pena citar alguns versos, escritos em 1962, por uma das mais fascinantes personalidades angolanas daquela época, o jornalista Ernesto Lara Filho, o qual, após uma rápida e frustrante passagem pelo exílio, junto ao MPLA, regressou ao círculo da boemia na capital angolana”:

'Sou sincero.

Eu gostava de ser negro.

Gostava de ser um Joe Louis, um Louis Armstrong,

Um Harrison Rillard, um Jess Owens,

Um Leopold Senghor, um Aimé Cesaire, um Diop,

Gostava de ritmar, de dançar como um negro. (...)"

Assim, mestiços e assimilados desenvolveram um nível de expressão política moderado no início deste século. Associações como a Liga Angolana, entre outras, funcionaram em um ambiente de relativa liberdade de imprensa, que iria permitir o florescimento da expressão política e de um incipiente nacionalismo. Essas associações traduziam o sentimento crescente de marginalidade dos mestiços e assimilados numa sociedade onde os privilégios estavam sendo ameaçados pela imigração branca. Pode-se perceber a relação entre a frustração da expectativa desses segmentos sociais e o surgimento de manifestações de caráter nacionalistas.

Quanto a esta imbricada relação entre os mestiços, os assimilados e os brancos descendentes de portugueses, para a formação e atuação nos movimentos nacionalistas, verificou-se o surgimento de uma constante criação de pseudônimos em línguas africanas como bem ressalta Agualusa (2004), no curto, mas importante texto "Guerra e Paz em Angola":

"Vários dirigentes brancos e mestiços do MPLA, ou negros de língua materna portuguesa, escolheram nomes de guerra, ou, no caso daqueles que eram também escritores, pseudônimos literários, em línguas africanas. Foi o caso de Mário Pinto de Andrade, elemento central de todo o movimento literário que precedeu e preparou a insurreição nacionalista, o qual assinou, durante alguns anos, diversos artigos na revista *Presence Africaine*, de que era redator, com o sonoro pseudônimo de Buanga Fele. Outro caso interessante é o de Pepetela. O mais famoso escritor angolano da atualidade, chama-se na realidade Artur Pestana, e é neto de portugueses, sendo Pepetela, simplesmente, a tradução para quimbundo da palavra pestana".

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um novo ímpeto de ativismo político entre os elementos liberais e marxistas nas camadas brancas e mestiças. As transformações econômicas do pós-guerra trariam conseqüências importantes para a configuração da luta anticolonial nos anos cinqüenta e sessenta. Este contexto iria incentivar o surgimento de oposições organizadas de extrema esquerda. Em meio à polarização política, parte da comunidade branca em Luanda teve um papel fundamental. Segundo Marcum (1969), “durante o final dos anos quarenta e início da década de cinqüenta, um pequeno, porém, ativo número de anti-salazaristas de inclinação marxista começou a reunir-se e a doutrinar na cidade: promoveram o desenvolvimento da consciência política das classes brancas e não-brancas. Um governo de classes elitistas e o mercantilismo antiquado e pré-industrial tornaram o governo português e sua relação econômica com Angola, particularmente, susceptíveis às análises marxistas”.

A observação de Marcum é relevante na medida em que aponta a relação entre ideologia, radicalismo e exclusão. A ausência de canais de manifestação política e a exclusão nas suas diversas formas - social, racial e étnica - propiciaram o surgimento do radicalismo político. Tais fatores, combinados com a formação crescente e organizada de grupos insatisfeitos com suas demandas sociais reprimidas, tornaram o contexto social e político, susceptível a distúrbios freqüentes. Boa parte da receptividade dos intelectuais (brancos ou mestiços) de Luanda ao marxismo foi, em parte, resultado dessa combinação de fatores.

O que se verificava, na prática, era a formação de uma camada de proletários africanos excluída dos privilégios do sistema colonial e cuja insatisfação apenas necessitava de organização e liderança para a sua transformação em força política. Essa liderança provinha:

1. dos rebeldes provenientes das elites brancas e dos mestiços educados em Portugal ou em escolas católicas locais;
2. de um pequeno, mas crescente grupo de jovens africanos assimilados, alguns dos quais haviam sido expostos às idéias inconformistas das escolas mantidas pelas missões metodistas

estabelecidas em Luanda (capital de Angola), Quéssua (cidade da província de Malanje) e outros pontos da região habitada pelos ambundus³⁷ e que se identificaram com a maioria não educada dos africanos. (Vide mapa às fls. 116)

Outro aspecto importante que iria contribuir para tornar o marxismo particularmente forte em Luanda era o problema racial dos mestiços e sua inserção na construção da identidade nacional angolana. Como observa Marcum, ao longo dos anos cinquenta e sessenta, os mestiços, antes privilegiados pelo sistema colonial, foram confrontados com problemas de identidade, pois ora eram afinados aos europeus, ora aos africanos, mas mesmo assim, uma elite à parte. A partir daí podemos compreender a atração dos mulatos pelos argumentos políticos dos marxistas europeus que enfatizavam a importância do conflito de classes em oposição ao conflito racial. Diferentemente da África do Sul na qual foram cooptados pelos brancos, em decorrência das relações raciais e não sociais (de classe).

Para Eli Alves Penha, “os mestiços falavam português nas cidades e eram mais afeitos às idéias nacionalistas e marxistas”, comparando com a África do Sul onde os mestiços falavam, em grande parte, “afrikaan” e foram cooptados pelos brancos para se engajarem na luta racial contra os negros. Em Angola, os mestiços aliaram-se aos negros e aos brancos, numa concepção mais nacionalista e marxista. A luta de classes, e não racial, foi o carro chefe da organização social. Os outros grupos políticos, como a UNITA e o FNLA, não conseguiam essa composição, pois estes eram formados em sua maioria de camponeses e negros e de alcance regional, não de abrangência nacional como o MPLA. Nacional que falava para toda a nação e não apenas para um grupo ou região.

³⁷ Do ponto de vista etnolinguístico o povo angolano é majoritariamente Ambundu (Língua Kimbundu), Ovimbundu (Língua Umbundu) e Bacongo (Língua Kicongo). Estes grupos étnicos representam 75% da população. Todos estes grupos são de origem Bantu, apesar de haver os “não Bantus” como os Kung, os bosquímanos e os angolanos de origem européia. No caso dos Ambundus (Língua Kimbundu), eles representam 25% da população angolana e habitam o centro do país, nos arredores da capital. As províncias de Malanje e Bengo são as principais áreas de concentração desse grupo étnico angolano.

Um dos primeiros grupos nacionalistas de base marxista a se formar em Angola foi o Comitê Angolano do Partido Comunista Português (CAPCP), por volta de 1948, um pouco mais tarde, em outubro de 1955, surge o Partido Comunista Angolano (PCA), resultado da ativa participação do Partido Comunista Português nos grupos nacionalistas de Luanda. Nos anos seguintes, os líderes do PCA reuniram-se para a criação de uma frente nacionalista, o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLAA). Ainda no mesmo ano, em dezembro de 1956, nasce o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

4 – 1 – 2 - A Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA

Segundo René Pélissier, em suas considerações sobre o nacionalismo angolano, nele o autor identifica duas correntes principais do nacionalismo angolano - os modernistas e os etno-nacionalistas. Os primeiros teriam se agrupado nas cidades e constituído numa elite de assimilados e mestiços em contato com portugueses liberais ou marxistas. Esse nacionalismo de pretensões pan-angolanas incorporava elementos de modernidade através de influências culturais européias e permanecia na maior parte dos casos como um fenômeno urbano e restrito às elites, faltava-lhes um apoio significativo das massas camponesas.

O segundo tipo de nacionalismo, o etno-nacionalismo, que seria caracterizado como o nacionalismo dos bacongos³⁸ e que teria no seu caráter tribal o traço mais forte. Diferentemente dos modernistas, o nacionalismo étnico estava limitado às áreas fronteiriças com o atual Congo RD (ex-Zaire), ao norte de Angola. Antes de 1962, porém, eles representavam para os portugueses uma ameaça muito maior em curto prazo do que os movimentos nacionalistas

³⁸ Do ponto de vista etnolinguístico os Bacongos (Língua Kicongo), representam 13% da população angolana e habitam o norte do país, fazendo fronteira com o ex-Zaire. As províncias de Zaire e Uíge são as principais áreas de concentração desse grupo étnico angolano.

pan-angolanos, facilmente atingidos pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado), que era a polícia secreta portuguesa do regime colonial.

Vários fatores teriam contribuído para a formação de pretensões de independência entre os bacongos. Em termos históricos, a região foi o berço do antigo reino do Congo, cujas memórias tinham fortes afinidades históricas e políticas. Graças ainda ao cultivo do café, os bacongos usufruíam um melhor padrão de vida em comparação com os demais angolanos das áreas rurais. Houve ainda a atuação de missões protestantes que foram capazes de formar lideranças nacionalistas. E, geograficamente, a região habitada pelos bacongos situa-se próximo ao antigo Congo Belga (Vide mapa às fls. 116), cuja independência, em 1960, iria estimular o sentimento anticolonial. O terreno desta área ao norte de Angola é ondulado, recortado por rios, florestas e selvas propícias para o refúgio.

A participação e a influência de missionários protestantes na região é particularmente interessante, quando confrontada com o fato de que a administração portuguesa utilizava a Igreja Católica como meio de manter sua autoridade secular na região do Congo. A manutenção do reino do Congo, como mecanismo de controle político para beneficiar em particular o trabalho forçado para as plantações de Cabinda e São Tomé e Príncipe, iria freqüentemente ocasionar revoltas. A administração colonial interveio várias vezes na sucessão do reinado do Congo com o fim de impedir a ascensão de líderes reformistas. É nesse contexto que a associação do protestantismo com oposição e liberdade se fortaleceu na consciência da população. Ela passou a identificar-se com os missionários que combatiam a repressão da administração local. A resposta foi dura e, por volta de 1914, as missões batistas foram intensamente perseguidas e correram riscos de desaparecer.

Se por um lado, para as camadas rurais, essas missões foram um contraponto à manipulação do poder exercido pela metrópole por intermédio da Igreja Católica, por outro lado, foram capazes de formar alguns líderes que aos poucos iriam incorporar traços da modernidade em seu nacionalismo e teriam uma influência decisiva na luta anticolonial.

Antes de 1961, o nacionalismo entre os bacongos dividia-se entre a União das Populações de Angola (UPA) e um agregado de pequenos grupos, carentes de liderança e inclinados a buscar colaboração com os portugueses. Originalmente, a UPA não passava de uma modesta associação tribal de elementos monarquistas progressistas, cujo maior interesse estava restrito à independência de sua região e de seu povo. Com o tempo, a UPA iria abandonar sua opção monarquista para tornar-se, não obstante a permanência de traços tribais, numa organização nacionalista voltada para autodeterminação de todos os angolanos face ao regime colonial português.

Entre, 1959 e 1961, Holden Roberto, líder da UPA, fez uma série de contatos com lideranças e organizações internacionais, o líder bacongo procurava legitimar seu movimento através da busca do apoio da ONU e dos EUA. Em setembro de 1959, Roberto esteve na Assembléia-Geral das Nações Unidas e também estabeleceu contatos com diversas organizações norte-americanas por intermédio do auxílio do Comitê Americano para a África.

A partir de 1961, a UPA procurou expandir-se de forma a assumir o perfil de um movimento pan-angolano. Nesse mesmo ano, Jonas Savimbi, um ovimbundu, foi apontado como secretário-geral do movimento. Essa postura buscava favorecer a legitimidade do grupo, antes associado ao tribalismo. A inclusão de Rosário Neto na liderança da UPA, um ambundu de Luanda, foi mais um esforço para superar o estigma tribal. Em março de 1962, a UPA juntou-se com o Partido Democrático de Angola (PDA), composto por membros da etnia Zombo, uma ramificação dos bacongos. Ainda em março, os dois grupos formaram a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA.

4 – 1 – 3 - A União Nacional para Independência Total de Angola – UNITA

O terceiro movimento nacionalista, a UNITA, composto na sua maioria por integrantes do grupo etnolinguístico, os ovimbundus³⁹, a UNITA constituiu, ainda que tardiamente, uma determinada corrente do nacionalismo angolano.

Os ovimbundus passaram a ter contatos com os portugueses apenas a partir do século XVIII. Os Reis de origem ovimbundu garantiram certa independência em relação ao colonizador português, a partir de alianças comerciais com os lusitanos, através das quais estes obtinham escravos e riquezas minerais. Os invasores portugueses, não hesitaram em adotar a estratégia de “dividir e governar”, a qual levaram adiante com o encorajamento das disputas entre os reinos de ovimbundus rivais. Conforme descreve Marcum, “em meados do século XIX os reinos de Bailundo e Bié sobreviveram como os mais poderosos agentes (de exportação de escravos) africanos em um sistema de comércio que havia provocado guerra generalizada e minado a vida social e econômica tradicional em toda a região (...)”.

Fatores de modernização também estavam presentes e teriam contribuído para a gradativa consolidação de seus sentimentos anticoloniais. Um fator relevante foi a construção do caminho de ferro de Benguela (1903-1929), que propiciou uma espécie de diáspora entre os ovimbundus no território angolano. Muitos deles se espalharam ao longo da ferrovia e tiveram contatos com regiões de dinamismo econômico (Vide mapa às fls. 116) como Katanga e a Rodésia do Norte (atual Zâmbia).

Da mesma forma como nas regiões habitadas pelos ovimbundus e bacongus, o sistema colonial provocou, com o tempo, profunda exclusão social e ressentimentos entre as populações angolanas. Após a Segunda Guerra Mundial, houve o surgimento de vários grupos pequenos, muitos dos quais eram meras agremiações efêmeras com diferentes matizes de nacionalismo e

³⁹ Do ponto de vista etnolinguístico os Ovimbundus (Língua Umbundu), representam 37% da população angolana e habitam o centro-sul do país. As províncias de Huambo e Benguela são as principais áreas de concentração desse grupo étnico angolano.

anticolonialismo. De particular relevância para o fomento desses grupos e a consolidação do sentimento anticolonial e nacionalista foram as influências da educação religiosa entre os ovimbundus, onde se percebe o importante papel de organizações católicas e protestantes - embora estas últimas tenham tido talvez um papel mais decisivo na formação de um clima anticolonial e nacionalista.

No final do século XIX, a Igreja Unida de Cristo e a Igreja Unida do Canadá (missões religiosas estrangeiras) levaram adiante a tarefa de formar elites cristãs, entre as quais, pastores, professores e enfermeiras. Ambas as igrejas estabeleceram cerca de vinte estações missionárias ao longo do caminho de ferro de Benguela. Estima-se que por volta de 1950 cerca de 15% (quinze por cento) dos ovimbundus eram protestantes, aproximadamente a mesma proporção de protestantes de toda Angola.

O avanço das associações de caráter religioso e, em seu bojo, de organizações culturais e educacionais, - as únicas permitidas pela PIDE - favoreceu a emergência de manifestações de caráter político entre os ovimbundus. Um exemplo delas era a Organização Cultural dos Angolanos. Liderada por protestantes, mas também aberta aos católicos, era classificada como uma organização cultural, muito embora os assuntos de natureza política fossem também discutidos. As perseguições a essas organizações não tardaram a surgir e intensificaram-se no início dos anos cinquenta.

No final da década de cinquenta, um pequeno grupo de estudantes foi enviado à Europa por missões protestantes. Diferentemente do que ocorrera com os intelectuais de Luanda, este provinha de famílias camponesas e na Europa, puderam entrar em contato com idéias políticas e ideologias diversas, lá encontrando estudantes nacionalistas de outras etnias angolanas. Entre eles, destacou-se o líder que iria consolidar o nacionalismo entre os ovimbundus, Jonas Savimbi. Nascido em 1934 e proveniente do distrito de Moxico, Savimbi era filho de um pastor protestante ativo, fundador de inúmeras escolas e igrejas ao longo da estrada de ferro de Benguela. Com o apoio da Igreja Unida de Cristo, ele foi para a Universidade de Lisboa, para em seguida realizar estudos em Ciência Política na Universidade de Lausanne, na Suíça.

Mas, ao contrário dos demais líderes nacionalistas, Savimbi retornou logo para Angola com a crença de que a revolução deveria ser iniciada de dentro, e não de fora do território angolano.

O líder ovimbundu foi primeiro contatado pelo MPLA, mas recusou-se a participar do movimento. Mais tarde, em 1961, ele concordaria em associar-se a UPA. A permanência de Savimbi na UPA não duraria muito. Denúncias de desorganização e corrupção, além do forte personalismo de Holden Roberto, contribuíram para o distanciamento de Savimbi.

4 - 2 - A GUERRA CIVIL FRAGMENTA, MAS LAÇOS CULTURAIS LUSÓFONOS CONSOLIDAM A NOVA NAÇÃO

Com a paz que os angolanos souberam conquistar, o futuro que há muito era ansiosamente esperado, chega a Angola e mesmo que haja uma realidade ainda que sombria, o povo angolano alcança a tão almejada definição de nação, construída com muitas dificuldades. Os diferentes atores envolvidos nesta construção objetivaram um Estado Democrático de Direito, como um dos mais sérios desafios de uma nação. Várias dinâmicas sociais condicionaram este processo, constituindo fatores de aceleração ou de constrangimento da consolidação do Estado angolano.

Estamos certos de que uma abordagem necessariamente sentimental da situação vivida pelo povo angolano permitirá a compreensão dos fenômenos que ocorrem num país onde, além do mais, em consequência de uma devastadora guerra e de déficits de gestão, predominam fatores críticos em processos transitórios interrompidos e que, recentemente, foram retomados e expandidos em nível econômico, constitucional e democrático, num quadro de multiculturalismo e pluriétnicidade, em busca da Nação.

Tomando-se em consideração a realidade sociológica e antropológica subjacente, a procura de um modelo de Estado e de Democracia que não seja a mera transposição passiva e a-crítica do paradigma ocidental, mas que incorpore os grandes princípios universalmente aceitos, constitui legítima preocupação de todos os estudiosos e também dos sujeitos da cena política nacional. Mas para se pretender a construção de um Estado Democrático de Direito em Angola, implica necessariamente a aceitação dos seus principais postulados.

Desde logo, os princípios que estruturam o Estado de Direito, como a juridicidade, a constitucionalidade, o sistema de direitos fundamentais dos cidadãos, a divisão de poderes, incluindo um poder judicial rigorosamente independente e a garantia da administração autônoma local necessitam de concretização. Neste sentido, pretender um Estado coeso e soberano, proclamado a partir de uma Constituição significa, em suma, que o poder

político venha a ser legitimado mediante a vontade popular. Importante, então, que se perceba que na conformação de um Estado, o processo pode levar tempo para ser legitimado e a meta a atingir poderá ser através de um processo mais ou menos longo, com específicos fenômenos sociais que condicionam a sua configuração, finalidades e prioridades.

Em nossa perspectiva, uma dessas prioridades é que, a construção da Nação angolana, processo formativo de uma consciência nacional, se faça com sentimentos, crenças, mitos, memórias históricas, cultura pública comuns, orgulho de pertença à comunidade nacional, além da sua inestimável dimensão simbólica consubstanciada por símbolos nacionais em que todos os angolanos se revejam. O Estado, então, tem em Angola um papel decisivo na determinação dessas referências e na aquisição dos necessários consensos.

A garantia da estabilidade política implica, por outro lado, a promoção da reconciliação entre os angolanos e a pacificação no plano espiritual face aos sucessivos e traumatizantes ciclos de violência nacional. Qualquer um dos fins prioritários do Estados acabados de apontar exige uma economia nacional capaz de conduzir à estabilização, ao crescimento e ao desenvolvimento, criando-se as condições para a justa distribuição do rendimento nacional, o acesso à educação e à cultura e, em geral, ao exercício dos direitos civis, sociais e políticos pelos cidadãos em situação de igualdade.

Mas a concretização destes fins do Estado confrontar-se-á com fenômenos atuais nos domínios econômicos, sociais, jurídico-sociológicos e políticos como os da tendência para o predomínio da economia informal, a partir do crescimento das assimetrias entre o campo e as cidades, em virtude do êxodo para estas; do crescimento descontrolado de confissões e seitas religiosas com terreno permeável na vivência mítica e nas frustrações das populações; das novas tendências da criminalidade e o risco de surgimento de graves patologias sociais se não houver as necessárias preventivas em nível da reinserção social dos que estiveram envolvidos ou, de algum modo, foram vítimas da guerra; das relações entre as instituições do poder tradicional e do sistema político moderno; da proliferação de partidos políticos e das crises de legitimidade no seu interior e em organizações sociais, questionando a

seriedade e a exequibilidade da democracia; das dificuldades de compatibilizar autoridade com democracia, sem cair nem no autoritarismo e na discricionariedade, nem em vazios de poder e, embora cada vez menores, das dificuldades ainda subsistentes de respeito pelas liberdades fundamentais.

Tais fenômenos, reveladores do descompasso entre as exigências da lógica do sistema em construção e a realidade, exigem a ação afirmativa do Estado mediante o seu poder promotor de políticas públicas e de regulação social. Para o efeito, o império da lei tem que funcionar como o elemento mediador entre as instituições e valores como o Estado, a Nação, a ordem, a autoridade, a democracia e a liberdade. Cremos que se trata de uma condição para que a sociedade civil e as suas organizações contribuam para a afirmação de uma cidadania responsável capaz de intervir no presente e moldar o futuro.

Porém, não conseguimos dissociar cidadania de patriotismo, pelo que a participação do Estado e da sociedade na educação e, particularmente, na educação patriótica da juventude e até de grande parcela da população, é incontornável: não para cultivar qualquer espécie de megalomania nacional, mas sim, a educação para a democracia, para os valores da ética em todas as suas dimensões e para uma consciência coletiva da imprescindibilidade do trabalho capaz de promover mudanças e susceptível de criar responsabilidade coletiva e solidariedade, tudo isto com o fim último da conquista dos valores da construção da Nação.

Para realçar este processo de construção da nação angolana, mais uma vez optamos por citações e ponderações de um autor da literatura ficcional de Angola. Assim, outro escritor angolano bem ressalta este momento vivido no país. Pepetela descreve sua preocupação com o tema da construção da Nação, no artigo “Pepetela e o Nacionalismo angolano: do sonho à desconstrução da utopia” de Isaura de Oliveira (2001) apresentado no IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada:

“Numa entrevista mais recente concedida a Inocêncio Mata, datada de 1999, reafirma: **“Tenho uma grande preocupação com alguns assuntos, que são temas obsessivamente tratados na minha obra. Um desses assuntos**

é o da construção da Nação, a idéia de Nação. Há toda uma problemática à volta do Estado-Nação”.

“No fundo, a sua ficção procura refletir e recriar os princípios conceptuais do Nacionalismo Angolano. Trata-se de um Nacionalismo assente no Sonho da construção de uma Nação constituída por um único povo e um único país formado a partir da Unidade étnica, cultural e territorial de todos os grupos humanos contidos no território angolano. É um Nacionalismo que defende também o Sonho de um projeto nacional único e exemplar. Trata-se de um Sonho ousado dado que se desenvolve numa fase marcada por projetos de nacionalismos africanos fracassados, alguns já mesmo caídos em desgraça (...). (2001, p. 7 do Texto no Site: <http://www.eventos.uevora.pt/comparada>)

Apresentadas as primordiais explicações para a construção de uma Nação, vemos agora o momento de destacar o papel da língua como elemento de aglutinação e avivamento do espírito de patriotismo, o que em diferentes sociedades acaba por apresentar um destacado trunfo de união e entrelaçamento através da mesma. Neste ponto, deparamo-nos em Angola com o aspecto de que há uma percepção de coexistência do Estado-nação angolana com um período de extremo e radical conflito civil entre os diferentes povos do país, e que, até neste momento, as diferenças étnico-lingüísticas eram fator de atrito e separação. As rivalidades sociais foram sendo reduzidas à medida que a Língua Portuguesa foi sendo adotada em maior escala nacional.

A adoção da língua do antigo colonizador como língua oficial foi um processo comum à grande maioria dos países africanos. No entanto, em Angola deu-se o fato pouco comum de uma pequena disseminação do Português entre a população angolana, principalmente nas populações de origem rural. Assim sendo, há uma expressiva parcela da população que se expressa tanto com a língua herdada do colonizador, como na língua materna, aquela da origem étnica de cada cidadão angolano, quer: kimbundu, umbundu, kicongo ou outras.

Apesar de ter sido um processo impositivo, a adoção do Português como língua de comunicação corrente em Angola apenas abrangeu a parcela da população considerada “civilizados” ou “assimilados”. Assim, propiciou a

veiculação de idéias de emancipação em certos setores da sociedade angolana. Principalmente a partir de meados do século XX, a língua portuguesa facilitou a comunicação entre pessoas de diferentes origens étnicas. O período da guerra colonial foi o momento fundamental da expansão da consciência nacional angolana. De instrumento de dominação e clivagem entre colonizador e colonizado, o Português adquiriu um caráter unificador entre os diferentes povos de Angola, mas não obteve resultados esperados, já que até a Independência, cerca de apenas 5% da população angolana utilizava o Português como principal língua nacional. Esta informação, de certa forma impressiona, e é reafirmada por José Eduardo Agualusa (2004) no texto “Guerra e Paz em Angola” apresentado na Festa Internacional da Literatura de 2004 em Barcelona, na Espanha.

“A impressionante afirmação e expansão da Língua Portuguesa desde 1975, e o conseqüente colapso de algumas das mais importantes línguas nativas de Angola, em particular do quimbundo, são, pelo menos em parte, resultado de tal mentalidade. **Até à Independência não haveria em Angola mais de cinco por cento de pessoas cuja língua materna fosse o Português.** Trinta anos depois pelo menos quarenta por cento dos angolanos tem no Português a sua língua materna. Dois terços das crianças, com idades entre os seis e os catorze anos, só conhecem o idioma de Camões”. (2004)

Para realçar este período inicial da adoção da Língua Portuguesa pelos angolanos e a relação com as idéias emancipacionistas dos “assimilados” (onde a grande parcela eram mulatos, filhos de nativos com brancos de origem portuguesa), destacamos uma passagem de Pepetela no romance *YaKa*⁴⁰, onde ele cita que: “Nunca houve um mulato que fale bem português e ande calçado, que seja contra nós (os brancos)” (1998, p. 43). Este autor da literatura ficcional de Angola, ressalta este momento vivido no país, com os mulatos inserindo-se na vida cotidiana de Angola, cuja aceitação na coletividade dá-se através da verbalização do Português, o que fez aumentar sua participação nos movimentos de libertação do país. Isaura de Oliveira (2001), estudiosa da obra de Pepetela, bem destaca que: “Refletir e descrever o processo que deverá conduzir ou que conduziu à criação da Nação

⁴⁰ PEPETELA, *YAKA*, Lisboa, Editora Dom Quixote, 1998, 4ª. Edição.

Angolana, bem como o que caracteriza essa Nação, constitui a preocupação e a temática central da obra de Pepetela”.⁴¹ (2001, p. 6).

Com a Independência em 1975 e o alastramento da Guerra civil, nas décadas subseqüentes, houve um efeito de expansão da Língua Portuguesa, nomeadamente pela fuga de populações rurais para as cidades – particularmente para Luanda, levando ao seu desenraizamento cultural e forçando a rápida adoção do Português. A própria implantação do novo Estado nacional reforçou a presença da Língua Portuguesa usada no Exército, no sistema administrativo, no sistema escolar, nos meios de comunicação, etc.

Embora, oficialmente, o governo angolano declarasse defender as línguas nacionais, na prática, tendeu sempre a valorizar exclusivamente aspectos que contribuíssem para a unificação do país - o Português como a única língua unificadora - em detrimento de tudo o que pudesse contribuir para a diferenciação dos grupos e a tribalização - a miríade de línguas e dialetos regionais e étnicos.

Embora as línguas nacionais ainda sejam as línguas maternas da maioria da população, o Português é já a primeira língua de 30% da população angolana, proporção que se apresenta muito superior na capital do país e 60% dos angolanos afirmam usá-la como primeira ou segunda língua. Esses dados podem ser confirmados através do discurso do Presidente de Angola, Sr. José Eduardo dos Santos, em 11 de Setembro de 2006, na abertura do 3º Simpósio da Cultura Nacional (Luanda, Angola).

“Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adotada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos (cerca de 30%), se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola. Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário, que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes línguas africanas de Angola, até aqui designadas de “línguas nacionais”, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras”.

⁴¹ OLIVEIRA, Isaura de, “Pepetela e o Nacionalismo angolano: do sonho à desconstrução da utopia”, artigo apresentado no IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada em 2001.

Segundo Agualusa (2004), no texto “A minha pátria é uma viagem”, o crescimento da Língua Portuguesa, recentemente, já é bastante considerável: “(...) hoje o Português é a segunda língua materna, com cerca de 40% de falantes (exclusivos), logo depois de umbundu e antes do kicongo e do kimbundu (...) tal avanço (do Português) foi feito à custa das línguas nacionais, sobretudo do kimbundu, idioma que, se nada for feito para impedir, poderá desaparecer dentro de duas gerações”. (2004, p. 262).

Língua oficial e do ensino, sendo um dos fatores de unificação e integração social, o Português encontra-se em permanente transformação em Angola. As interferências lingüísticas resultantes do seu contacto com as línguas nacionais, a criação de novas palavras e expressões forjadas pelo gênio inventivo popular, bem como certos desvios à norma padrão de Portugal, imprimiu-lhe uma nova força, vinculando-a e adaptando-a cada vez mais à realidade angolana. Alguns dos muitos exemplos são as palavras: "camba", "cota", "caçula" ou "bazar", que provêm de vocábulos kimbundu. Para além dos que já se encontram nos dicionários de Língua Portuguesa, como: batuque, bobó, bunda, capanga, catinga, curinga, dendê, gingar, minhoca, miçanga, mocambo, mocotó, moleque, quilombo, quitanda, samba, tanga, tarrafe, umbanda, xingar e muitos outros.

Aliás, vamos aproveitar a oportunidade para entrar na apresentação de alguns comentários sobre a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), criada formalmente em julho de 1996, em Lisboa, numa reunião com a presença dos chefes de Estado e de Governo dos 7 países, os 5 africanos, mais o Brasil e Portugal. Seus três principais campos de atuação foram definidos como sendo: primeiro, precisamente, os acertos político-diplomáticos; segundo, a consolidação e difusão da língua portuguesa; terceiro, a cooperação. Esta disposição para o diálogo levou ao acerto de posições comuns em foros internacionais ou regionais, quanto a assuntos de interesse comum para os diversos países envolvidos, por exemplo, temas de comércio internacional, a luta contra a discriminação e o racismo, a defesa dos direitos humanos, etc. Nesse campo, o Brasil tem com Angola um entendimento antigo e sólido.

Quanto à Língua Portuguesa, às vezes, ouve-se a opinião de que a sua consolidação e difusão como meta da CPLP teria uma certa conotação neocolonialista, o que consideramos, equivocada. O Português é obviamente a língua do colonizador e, mesmo que, por outro lado, julgássemos essencial valorizar as línguas nativas, até para reforçar a identidade dos diversos grupos étnicos que compõem o país, ocorre que o Português é a verdadeira língua de união nacional, constituindo-se um instrumento essencial para que Angola - e outros países em situação semelhante possam ter acesso à modernidade.

O discurso da modernidade como valor em si, é importante, não para descaracterizar as conquistas do povo angolano, mas sim como possibilidade de reafirmar a necessidade de Angola ter acesso aos avanços e às conquistas da civilização, viabilizando o progresso material e melhores condições de conforto para a população, acesso este muito mais fácil em Português do que em qualquer das outras línguas. Basta pensar em literatura técnico-científica ou em programas de computador para entender ao que nos referimos. É claro que pode até ser um exercício visto como de soberania, de qualquer forma um exercício intelectual muito interessante, fazer versões desses textos ou programas nas principais línguas nacionais, por exemplo, em Angola, mas, evidentemente, do ponto de vista de eficiência, rapidez, o fato de já existirem em Português facilita muito.

Além de reforçar a unidade nacional, visto que há línguas faladas nas diversas regiões, o Português facilita, portanto, a presença dos países africanos lusófonos no mundo da globalização. Neste ponto, este termo também tem sido usado de forma mágica, mas é evidente que, como tudo na vida, não tem apenas aspectos positivos. Como é um fenômeno que não pode ser detido ou ignorado, o importante é cada país, cada grupo social, tentar ter uma estratégia em relação a essa globalização, para não ser simplesmente vítima, mas se possível posicionar-se diante dela. Em resumo, a consolidação e difusão da Língua Portuguesa, no âmbito da CPLP, não necessariamente terão um cunho neocolonialista.

4 - 3 - O PAPEL DO BRASIL NO CRESCIMENTO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA PRINCIPAL DE ANGOLA

O que comumente se chama de África portuguesa, ou lusófona, possui uma identificação direta com o discurso e a prática colonialista de Portugal, o que coloca a expressão em cheque após as independências. Além disso, pode-se questionar se existe muita coisa em comum entre Moçambique, na costa oriental do continente e o pequeno arquipélago atlântico do Cabo Verde, ou ainda, se a Língua Portuguesa é um critério de classificação válido para países nos quais boa parte da população não fala o idioma oficial herdado do colonizador.

Em função disso, há quem proponha o abandono da referência “portuguesa” para o estudo e o enquadramento desses países e populações.⁴² Uma alternativa encontrada no âmbito científico e acadêmico foi para a extensa denominação: “Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, sintetizada na sigla PALOP.

Independentemente disso, a expressão assumiu colorações distintas conforme foi incorporada a projetos políticos diferenciados. Assim, durante a agonia do seu colonialismo na África, Portugal fez intensa gestão junto ao Brasil para a criação da chamada Comunidade Luso-Brasileira que, pelo menos até 1967, foi muito bem recebida por uma diplomacia brasileira imbuída de um lusitanismo que reproduzia o discurso da presença civilizadora de Portugal da África.⁴³ Até meados do governo Emílio Médici (1969-1974), o Brasil sempre manteve uma política que, de uma forma ou de outra, amparou a posição portuguesa tanto na ONU, quanto junto aos países africanos já independentes que denunciavam as atrocidades do tardio colonialismo lusitano. Neste âmbito, a criação de um espaço político que englobasse as colônias, a metrópole e um país independente (Brasil), que ficassem unidos

⁴² ALPERS, Edward. Estudo da África de língua portuguesa: retrospectiva e perspectiva. Estudos Afro-Asiáticos, 32, dezembro de 1997. pp. 221-235.

⁴³ SARAIVA, José Flávio Sombra. O lugar da África. A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias). Brasília: Edição UnB, 1996. p. 116 ss.

pela Língua Portuguesa, poderia consistir num importante espaço de resistência às pressões que Portugal sofria de vários lados. A idéia, contudo, não frutificou, não só em função do anacronismo colonialista que por detrás dela subsistia, mas também pelo fato de o Brasil abandonar a perspectiva de inserir-se politicamente e economicamente em Angola através de Lisboa.

Conforme essa orientação, sobretudo pragmática, se impunha como sendo dominante nas relações do Brasil com a África, começou a configurar-se uma nova definição para a expressão África portuguesa. A partir do governo Costa e Silva (1967-69), o Brasil vai implementando uma política crescente para o Atlântico Sul e para a África cada vez mais distante dos alinhamentos rígidos que a teoria das fronteiras ideológicas impunha nos anos de Castello Branco.⁴⁴

As críticas ao colonialismo e ao apartheid na África do Sul foram o marco inicial dessa inflexão, que se desdobrou numa série contínua de estudos e sondagens feitos pelo Itamaraty com o intuito de se obter maiores informações que permitissem planejar uma presença econômica mais agressiva no continente. O longo e complexo processo de independência das colônias portuguesas da África ensejou também um esforço de mediação por parte do governo Médici, na figura de seu chanceler Mário Gibson Barboza.

A iniciativa não obteve sucesso porque Portugal, embora aceitasse discutir aspectos da questão com o Brasil, manteve-se intransigente na questão colonial até a Revolução dos Cravos em 1974. Além disso, as credenciais brasileiras de negociador eram vistas com severas restrições pelos países africanos, que tinham presentes as repetidas vezes que o Brasil assumira posições favoráveis a Portugal na ONU, bem como o estreitamento de relações comerciais com a África do Sul.

⁴⁴ O enquadramento da política externa brasileira no esquema bipolar da Guerra Fria e o alinhamento com os EUA são discutidos em CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. São Paulo: Ática, 1992. e VISENTINI, Paulo G. F. A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1998.

A afirmação de um pequeno universo de países de Língua Portuguesa no Terceiro Mundo poderia constituir, não num bloco ou numa comunidade, mas num espaço de legitimação que interessaria tanto aos novos países perante Portugal e à comunidade internacional, quanto ao Brasil que pretendia uma presença econômica e política mais intensa no continente africano e que, agora, sofria recriminações por ter-se manifestado várias vezes a favor de Portugal.

No plano do discurso, a diplomacia brasileira operacionalizava a constituição desse espaço a partir da retomada daquilo que Saraiva chama de discurso culturalista da década de 60, que enfatizava os laços culturais, étnicos e históricos do Brasil com a África⁴⁵; uma forma eufemística usada pelo discurso oficial para referir-se ao escravagismo e ao tráfico que por séculos alimentaram a economia brasileira. E o fazia também a partir da idéia, muito comum nos meios militares brasileiros, de que a outra margem do Atlântico consistia na fronteira marítima do Brasil. Uma síntese muito clara disso tudo aparece no discurso do chanceler brasileiro na XXX Assembléia Geral da ONU em setembro de 1975 ao saudar os recém independentes São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique que então ingressavam na ONU:

“A estes países está o Brasil especialmente ligado pelos laços de um passado em muitos pontos comum, que desejamos ver agora projetado num futuro de colaboração e entendimentos. (...) Ao saudar os novos países de língua portuguesa que ingressam na Organização, desejo deixar constância da fraterna compreensão com que o Brasil acompanha do desenrolar do processo de descolonização de Angola. O Brasil se sente ligado ao futuro do novo estado africano por vínculos históricos e de sangue, que reforçam a comunidade de interesses resultante da vizinhança forjada sobre o Atlântico”.⁴⁶

Ainda assim, a necessidade de estabelecer novos vínculos internacionais, de superar o atraso e o caráter não ideológico dos laços que se estabeleciam, interessava sobremaneira ao governo angolano. Isso fica claro

⁴⁵ SARAIVA, J. Op. citada p. 89.

⁴⁶ Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, na abertura dos debates da XXX Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, 22 de setembro de 1975. Resenha de Política Externa do Brasil. Ano 2, volume 6. p. 35

nos discursos em que as novas autoridades de Luanda buscavam um espaço de atuação econômica e de cooperação com o Brasil fora dos alinhamentos da Guerra Fria, conforme afirma o relato do Itamaraty:

“É propósito do governo angolano aproximar cada vez mais as relações entre os dois países, e que esta intenção sofre pressões, mas estas não interferem nas relações de Angola como um país soberano; (...) o Brasil é o país que mais exporta para Angola, pelo fato de precisar este país de tecnologia, de assistência técnica e de toda a colaboração que o Brasil pode dar. E pelo fato de falarem a mesma língua o governo angolano pede ao governo brasileiro que compreenda a sua opção política que não impede o país de manter relações de amizade com qualquer outro país do mundo”.⁴⁷

É interessante notar que o discurso da afinidade lingüística e, conseqüentemente, cultural e histórica é também reproduzido na outra margem do Atlântico, o que confere à África lusófona uma intencionalidade recíproca de viabilizá-la, pelo menos discursivamente, como um espaço para a aproximação desses países. Essa aproximação pretendia também constituir um ponto de apoio para contrabalançar o peso econômico exercido pela África do Sul na região. A principal economia da África Austral, que tradicionalmente exercera influência sobre as demais, executava uma preocupante política de suporte às forças de oposição ao jovem regime de Angola, isto quando não fazia intervenções armadas em seu território, as quais contavam com a anuência norte-americana. Por isso era importante para esse regime contar com o apoio político, financeiro e cultural do Brasil.

No plano político era também importante capitalizar o apoio contra as intervenções externas na região. Para os países africanos de orientação marxista, era bastante interessante estreitar relações com o Brasil, pois estas poderiam garantir conexões com o Ocidente sem que houvesse cobranças de tomadas de posições ideológicas. O pragmatismo, portanto, operava nos dois lados. O regime autoritário brasileiro que, internamente, empreendia uma sistemática perseguição ao chamado inimigo interno, reconheceu o MPLA em Angola, como movimento legítimo para assumir o novo estado independente

⁴⁷ Resenha de Política Externa do Brasil. N°23 de outubro a dezembro de 1979. p. 129.

que nascia. Em contrapartida, esse novo governo de inspiração socialista tampouco fazia referência pública às violações que ocorriam nos órgãos de repressão da ditadura brasileira.

O Brasil deu um grande apoio, também, desde 1975, ao governo do recém proclamado país, no campo da distribuição de programações televisivas e radiofônicas, principalmente produções realizadas pela Rede Globo de Televisão.⁴⁸ Pode-se inferir que houve uma importante atuação do nosso país no fortalecimento da nação angolana a partir da ampliação do número de angolanos que foram tendo acesso à Língua Portuguesa através das novelas e outras programações que foram sendo transmitidas em Angola após assinaturas de contratos bilaterais baseados na venda e apresentação em cadeia de TV nacional angolana. Este será um importante objetivo para a finalização das elucubrações teóricas, com a análise do papel da Língua Portuguesa no fortalecimento da unidade nacional angolana, introduzida e fomentada no país após a Independência, através destas programações, oriundas de Redes de produção cultural do Brasil.

Para relacionar os contratos firmados com as Redes de transmissão de Angola e mesmo a totalidade da programação que a Rede Globo de Televisão transmitiu em território angolano, fizeram-se necessários contatos com o setor responsável para que as informações fossem disponibilizadas. Entre esperas e delongas, obtivemos resposta por meio eletrônico da pesquisadora que nos atendeu, informando: “Estávamos checando com a direção se era possível liberar as informações que você solicitou e se as tínhamos. O pedido foi aprovado e já temos alguns dados”.

Assim, aguardamos pelos dados que poderia nos levar à confirmação de respostas quanto ao papel do Brasil no crescimento do Português como língua principal de Angola, porém com o resultado esperado veio uma imensa frustração. Mesmo assim, convictos da tese, estivemos com José Flávio Sombra Saraiva em entrevista num raro momento do IX Congresso da

⁴⁸ Através de contatos com Manuela Fantinato (manuela.fantinato@tvglobocom.br) do Centro de Documentação da GLOBO UNIVERSIDADE (TV GLOBO), aguardamos resposta da pesquisa que foi solicitada para assim podermos balizar melhor o desfecho do trabalho proposto, entretanto, obtivemos pouco material, como adiante demonstraremos.

Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos do Brasil, em setembro de 2008, no Rio de Janeiro, onde pudemos confirmar a crença de que mediante a distribuição das programações televisivas e radiofônicas, o Brasil exerceu vital importância para a manutenção, coesão e legitimidade do Estado Angolano sem ter havido rupturas territoriais e/ou divisões do país, mesmo com a coexistência daquele que foi um dos mais cruéis conflitos no período da Guerra Fria.

Com toda a frustração continuei a pesquisar e afirmo que a Rede Globo de Televisão iniciou a disseminação de seus produtos para outras partes do planeta após 1974⁴⁹, com o advento da TV colorida. A primeira novela exportada para Angola foi “O Bem Amado”, cuja exibição no Brasil foi entre 24/01/73 a 09/10/73, sendo que depois seguiram: Gabriela (1975), Escrava Isaura (1976) e outras.

“O Bem-Amado foi a primeira produção da TV Globo a ser exportada e abriu o mercado estrangeiro para os produtos nacionais. Até então, apenas textos eram comercializados. O diretor Paulo Ubiratan reeditou os 178 capítulos originais, e a novela foi exibida com 223 capítulos pela emissora Televisa, do México, em 1975. Foi um sucesso, e Paulo Gracindo ganhou, no mesmo ano, um prêmio no México. O Bem-Amado foi vendida para vários outros países da América Latina e Estados Unidos, por intermédio da Spanish International Network. A novela também foi **exibida em Angola**, na Nicarágua, no Peru e em Portugal.” (Texto do Site: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273>)

Não podendo obter informação mais verossímil quanto ao início dos contratos da Rede Globo de Televisão com a Televisão Pública de Angola (TPA), um detalhe mesmo que irrelevante deve ser apresentado, já que as fontes onde buscamos a informação, suscitam dúvidas quanto ao primeiro programa televisivo exportado para Angola. O jornalista angolano Reginaldo Silva, da BBC em Luanda afirma que foi Gabriela a primeira novela vista pelos angolanos, contradizendo informação do Site “Memória Globo”, citado anteriormente. Para o jornalista, independentemente de primeiro produto, as

⁴⁹ Esta constatação pode ser confirmada no Site: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo>.

novelas brasileiras influenciam bastante o comportamento do povo de Angola e até, categórico, afirma o papel colonizador do Brasil a partir das telenovelas.

“Já em um país pobre e de língua portuguesa como Angola, é difícil investir na produção local. Assim, a Globo ocupa boa parte da programação do país. Há muitos anos que os angolanos convivem com a telenovela brasileira. A primeira foi Gabriela. Desde então, criou-se o hábito de assistir à novela após o jornal das 20h30”, conta o angolano Reginaldo Silva, correspondente da BBC em Luanda.

De acordo com o jornalista, hoje a oferta de novelas na TV angolana é ainda maior.

"Por isso, as novelas brasileiras têm enorme influência no comportamento dos angolanos. Alguns mais críticos dizem que há até uma certa colonização brasileira por parte da televisão, sobretudo por parte das telenovelas", afirma o repórter". (Texto do Site:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/cultura/story/2003/08/030807_glo_bobg.shtml)

“A Sucessora”, novela Manoel Carlos, com direção de Herval Rossano, Gracindo Júnior e Sérgio Mattar foi um sucesso no Brasil e exibida no período de 09/10/1978 até 03/03/1979, também foi vendida para Angola: “A Sucessora foi vendida para cerca de 50 países, entre eles Angola, Holanda, Itália, Suíça, onde foi exibida mais de duas vezes, e União Soviética”. (Texto do Site: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273>)

Independentemente da polêmica suscitada, pode-se reforçar que os angolanos possuem um enorme interesse pelos programas de televisão brasileiros e que se torna clara a influência que o Brasil exerce sobre o país africano. "Os angolanos, sobretudo os de nível social mais baixo, nutrem quase que uma idolatria pelo Brasil", afirma o Professor Carlos Serrano, do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo – USP. (referência citada no texto jornalístico “Das novelas brasileiras aos mercados populares da África” extraído do Site: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=983>).

Interessante que a polêmica do verdadeiro papel das novelas brasileiras na formação da identidade angolana torna-se alvo de calorosos debates por mídia alternativa na Rede de Computadores Internacionais, como a opinião de

Júlio, angolano da Capital, com 51 anos, que afirma ter visto novelas e que não descarta sua influência na vida cotidiana de Angola, mesmo acreditando que não se deixou dominar totalmente pela nuance brasileira do Português:

Julio Luanda
angolano, 51 anos

1. Eu deixei de ver novelas há pouco tempo por opção, porque me fartei e vejo outros programas, sobre informação, cultura, ciência, tecnologia, entretenimento, desporto. Mas **nunca me deixei influenciar pela nuance brasileira do Português. Posso até usar um termo ou outro por brincadeira ou oportunidade**. Sei, perfeitamente, o que é o português standard e o português do Brasil, contra o qual nada tenho, pois é daquele país, têm as suas regras e é estudado e aplicado com rigor ali. Tal como o inglês britânico está para o americano (...) quem estudou o Português aqui deve falá-lo bem e aperfeiçoá-lo sempre, em vez de (...) cair na tentação, ou no charme do brasileiro.
2. Quer queiram quer não **o Português é a língua oficial angolana** e, por isso devemos falá-lo corretamente (...)
3. O caso das línguas nacionais é um embuste nacional que os seus responsáveis deveriam desfazer, mas para tal não mostram coragem. Elas são línguas regionais, até porque são faladas em determinadas regiões maiores ou menores do nosso vasto território. Cresci a ouvir kimbundu, de que sei uma ou outra palavra, mas não tive contato com outras.
4. Se não fosse o português como nos entenderíamos, estudaríamos, evoluiríamos? Para os mesmos fins estudamos também as línguas de povos mais evoluídos cientificamente como o inglês e o francês. Não me consta que os brasileiros reneguem o Português a favor de dialetos dos índios (...)
5. Sugiro mais auto-estima da parte de quem usa a língua e menos polêmica infundada (...)

(Texto do Site: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=8200)

Para continuar a análise das informações obtidas junto a Globo Comunicação e Participação S.A., apresentamos tabela abaixo com a listagem das produções televisivas da Rede Globo de Televisão transmitidas em Angola, ou melhor, os produtos que me foram indicados como tendo sido comercializados para Angola, já que, explicado anteriormente, nem todas as informações puderam ser disponibilizadas, como pode ser apreendido em resposta eletrônica de Manuela Fantinato: "E anexo segue a planilha com todos os dados que temos disponíveis sobre venda de produtos para Angola. Eles não remontam à década de 70, mas são realmente todos os dados que tenho".

(Globo Universidade – TV Globo – CGCOM -
manuela.fantinato@tvglobocom.br)

CLIENTE	PRODUTO (NOVELA, MINISSÉRIE, MUSICAL, HUMORÍSTICO E ETC)	INÍCIO DA TRANSMISSÃO	FINAL DA TRANSMISSÃO	NÚMERO DE ORDEM
TPA	CAMBALACHO	18/10/1988	31/12/1988	1
TPA	FERA RADICAL	15/07/1989	31/12/1990	2
TPA	MILTON NASCIMENTO 88	15/09/1989	14/09/1990	3
TPA	GILBERTO GIL 88	15/09/1989	14/09/1990	4
TPA	O TEMPO E O VENTO	20/02/1990	19/02/1991	5
TPA	SAMPA	20/02/1990	19/02/1991	6
TPA	DAMA, VALETE E CRIME	20/02/1990	19/02/1991	7
TPA	OS TRAPALHOES	20/02/1990	19/02/1991	8
TPA	O ANJINHO DA ASA QUEBRADA	20/02/1990	19/02/1991	9
TPA	REINAÇÃO ATÔMICA	20/02/1990	19/02/1991	10
TPA	A MORTE DO VISCONDE	20/02/1990	19/02/1991	11
TPA	LAMBADA	20/02/1990	19/02/1991	12
TPA	O PRIMO BASILIO	20/02/1990	19/02/1991	13
TPA	O PAGADOR DE PROMESSAS	20/02/1990	19/02/1991	14
TPA	ANOS DOURADOS	20/02/1990	19/02/1991	15
TPA	VALE TUDO	20/02/1990	19/02/1991	16
TPA	ROBERTO CARLOS 1989	1/10/1990	1/9/1991	17
TPA	OS TRAPALHOES	12/10/1990	12/9/1991	18
TPA	RABO DE SAIA	19/03/1991	18/03/1992	19
TPA	ESCOLINHA DO PROF. RAIMUNDO	11/4/1991	11/3/1992	20
TPA	ROBERTO CARLOS 1990	3/10/1991	3/9/1992	21
TPA	BOCA DO LIXO	3/10/1991	3/9/1992	22
TPA	TI TI TI	3/10/1991	3/9/1992	23
TPA	DESEJO	3/10/1991	3/9/1992	24
TPA	ROBERTO CARLOS 50 ANOS	8/10/1991	8/9/1992	25
TPA	RAINHA DA SUCATA	20/11/1991	19/11/1992	26
TPA	O PORTADOR	15/12/1991	14/12/1992	27
TPA	MEU MARIDO	15/12/1991	14/12/1992	28
TPA	O CASO DO MARTELO	15/12/1991	14/12/1992	29
TPA	OS HOMENS QUEREM PAZ	15/12/1991	14/12/1992	30
TPA	ROBERTO CARLOS 1991	20/05/1992	19/05/1993	31
TPA	FABIO JR. 1992	20/05/1992	19/05/1993	32
TPA	ESCOLINHA DO PROFESSOR RAIMUNDO	23/05/1992	22/05/1993	33
TPA	MEU BEM MEU MAL	29/05/1992	28/05/1993	34
TPA	O NASCIMENTO DO SACI	1/10/1992	1/9/1993	35
TPA	O PE DE FEIJOAO	1/10/1992	1/9/1993	36
TPA	ABU KIR, ABU SIR	1/10/1992	1/9/1993	37
TPA	RAPUNZEL	1/10/1992	1/9/1993	38
TPA	TEREZA BATISTA CANSADA DE GUERRA	8/5/1993	8/4/1993	39
TPA	TIETA	8/5/1993	8/4/1994	40
TPA	SOM BRASIL/SIMONE 93	20/05/1994	19/05/1995	41
TPA	ROBERTO CARLOS 1994	20/05/1994	19/05/1995	42
TPA	VOCE DECIDE 91	20/05/1994	19/05/1995	43
TPA	VOCE DECIDE 92	20/05/1994	19/05/1995	44
TPA	VOCE DECIDE 93	20/05/1994	19/05/1995	45

CLIENTE	PRODUTO (NOVELA, MINISSÉRIE, MUSICAL, HUMORÍSTICO E ETC)	INÍCIO DA TRANSMISSÃO	FINAL DA TRANSMISSÃO	NÚMERO DE ORDEM
TPA	VOCE DECIDE 92	20/05/1994	19/05/1995	44
TPA	VOCE DECIDE 93	20/05/1994	19/05/1995	45
TPA	O BESOURO E A ROSA	20/05/1994	19/05/1995	46
TPA	LUCIOLA	20/05/1994	19/05/1995	47
TPA	FERIAS SEM VOLTA	20/05/1994	19/05/1995	48
TPA	LISBELA E O PRISIONEIRO	20/05/1994	19/05/1995	49
TPA	SOM BRASIL/VINICIUS ESPECIAL	20/05/1994	19/05/1995	50
TPA	SOM BRASIL/JORGE BENJOR	20/05/1994	19/05/1995	51
TPA	SOM BRASIL/DANIELA MERCURY 93	20/05/1994	19/05/1995	52
TPA	ESCOLINHA DO PROFESSOR RAIMUNDO	25/05/1994	24/05/1995	53
TPA	CONTOS DE VERA0	25/05/1994	24/05/1995	54
TPA	AGOSTO	25/05/1994	24/05/1995	55
TPA	FERA FERIDA	5/10/1994	5/9/1995	56
TPA	RETRATO DE MULHER	20/02/1995	19/02/1996	57
TPA	SUBURBANO CORACAO	20/02/1995	19/10/1996	58
TPA	O CORONEL E O LOBISOMEM	20/02/1995	19/10/1996	59
TPA	A DESINIBIDA DO GRAJAU	20/02/1995	19/10/1996	60
TPA	SOMOS TODOS JARDIM DE INFANCIA 2º Ver.	20/02/1995	19/10/1996	61
TPA	HOT DOG CHANNEL	20/02/1995	30/12/1997	62
TPA	MADONA DE CEDRO	20/02/1995	19/02/1996	63
TPA	MEMORIAL DE MARIA MOURA	20/02/1995	19/02/1996	64
TPA	MULHERES DE AREIA	20/02/1995	19/02/1996	65
TPA	ROBERTO CARLOS 1994	20/02/1995	19/02/1996	66
TPA	SOM BRASIL/BRAG. PAULISTA-CANAL INTER.	20/02/1995	19/06/1996	67
TPA	SOM BRASIL/ROMANTICO	20/02/1995	19/06/1996	68
TPA	SOM BRASIL/SERTANEJO	20/02/1995	19/06/1996	69
TPA	SOM BRASIL/PAGODE	20/02/1995	19/06/1996	70
TPA	SOM BRASIL/GAL COSTA	20/02/1995	19/06/1996	71
TPA	A COMEDIA DA VIDA PRIVADA	20/02/1995	19/10/1996	72
TPA	RETRATO DE MULHER	20/02/1995	19/02/1996	73
TPA	HISTORIA DE AMOR	31/10/1996	30/10/1997	74
TPA	DECADENCIA	8/2/1997	8/1/1998	75
TPA	ROBERTO CARLOS 1996	20/03/1997	19/03/1998	76
TPA	ROBERTO CARLOS 1995	20/03/1997	19/03/1998	77
TPA	ANJO MAU	6/1/1998	31/05/1999	78
TPA	VOCE DECIDE 97	15/04/1998	14/04/1999	79
MCM	VOCE DECIDE 94	4/1/1999	31/03/2000	80
MCM	TORRE DE BABEL	4/1/1999	31/03/2000	81
MCM	VOCE DECIDE 94	4/1/1999	31/03/2000	82
MCM	VOCE DECIDE 99/00	4/1/1999	31/03/2000	83
MCM	HILDA FURACAO	4/1/2000	31/03/2001	84
MCM	VOCE DECIDE 99/00	8/1/2000	31/07/2001	85
MCM	VOCE DECIDE 99/00	12/1/2000	30/11/2001	86

CLIENTE	PRODUTO (NOVELA, MINISSÉRIE, MUSICAL, HUMORÍSTICO E ETC)	INÍCIO DA TRANSMISSÃO	FINAL DA TRANSMISSÃO	NÚMERO DE ORDEM
MCM	FORCA DE UM DESEJO	15/02/2000	14/02/2001	87
MCM	TV COLOSSO	15/06/2000	14/06/2001	88
MCM	VOCE DECIDE 99/00	15/06/2000	14/06/2001	89
MCM	ZORRA TOTAL	15/06/2000	14/06/2001	90
MCM	MALHACAO	15/04/2001	14/03/2002	91
MCM	POR AMOR	15/04/2001	14/03/2002	92
MCM	TORRE DE BABEL	4/1/1999	31/03/2000	93
MCM	VOCE DECIDE 99/00	4/1/1999	31/03/2000	94
MCM	HILDA FURACAO	4/1/2000	31/03/2001	95
MCM	VOCE DECIDE 99/00	8/1/2000	31/07/2001	96
MCM	VOCE DECIDE 99/00	12/1/2000	30/11/2001	97
MCM	FORCA DE UM DESEJO	15/02/2000	14/02/2001	98
MCM	TV COLOSSO	15/06/2000	14/06/2001	99
MCM	VOCE DECIDE 99/00	15/06/2000	14/06/2001	100
MCM	ZORRA TOTAL	15/06/2000	14/06/2001	101
PC	CARNAVAL 2001	24/02/2001	31/12/2001	102
MCM	MALHACAO	15/04/2001	14/03/2002	103
MCM	POR AMOR	15/04/2001	14/03/2002	104
MCM	VOCE DECIDE 99/00	1/1/2002	31/12/2002	105
FTV. BVI Ltda.	CARNAVAL 2002	2/1/2002	31/12/2002	106
MCM	VOCE DECIDE 99/00	11/1/2002	30/10/2003	107
MCM	TERRA NOSTRA	15/02/2002	14/02/2003	108
MCM	A JUSTICEIRA	15/03/2002	14/03/2003	109
MCM	O BEM AMADO	30/03/2002	29/03/2003	110
MCM	MALHACAO	15/07/2002	14/07/2004	111
MCM	O CLONE	4/1/2003	30/03/2005	112
MCM	O CRAVO E A ROSA	5/1/2003	30/04/2004	113
MCM	MALHACAO	7/1/2003	30/06/2005	114
MCM	VOCE DECIDE	10/1/2003	30/09/2004	115
MCM	PORTO DOS MILAGRES	4/1/2004	31/03/2005	116
MCM	VOCE DECIDE	9/1/2004	30/08/2005	117
MCM	SUAVE VENENO	17/01/2005	16/01/2006	118
MCM	GABRIELA	24/03/2005	23/03/2006	119
MCM	DECADENCIA	14/04/2005	13/04/2006	120
MCM	A GRANDE FAMILIA	4/6/2005	4/5/2006	121
ESPN INC.	BRAZILIAN FOOTBALL CHAMPIONSHIPS 2006	1/1/2006	31/12/2006	122
TV SAT	CABOCLA	5/1/2006	30/04/2007	123
ET 186	FOOTBRASIL	17/01/2006	16/01/2008	124
TV SAT	VOCE DECIDE	7/3/2006	7/2/2007	125

Fonte: Globo Comunicação e Participação S. A.

Legenda: TPA - Televisão Pública de Angola, MCM - Múltipla Comunicação e Marketing Ltda, PC - Primestream Corporation e ET 186 - Ensemble Trading 186 (PTY) Ltda.

Continuando a análise das informações obtidas junto à Globo Comunicação e Participação S.A., apresentada na tabela acima, pode-se verificar que surgem cento e vinte e cinco (125) produções televisivas da Rede Globo de Televisão que foram transmitidas em Angola a partir de 1988, onde o primeiro exemplo indicado é a apresentação da novela Cambalacho. A partir deste produto comercializado para Angola temos uma lista com diferentes produções, desde: novelas, minisséries, programas humorísticos, programas infantis, transmissão de partidas de futebol de times brasileiros, além de shows musicais. Neste último tipo de produção, cabe ressaltar que diversos profissionais da Música Popular Brasileira (MPB), não só ficaram conhecidos pelo povo angolano a partir dessas transmissões da Rede Globo, como também muitos se fizeram presentes em Angola durante o período da Guerra Civil até hoje, com shows bastante concorridos. O mais conhecido dos músicos brasileiros em Angola, é sem sombra de dúvida, Martinho da Vila, que construiu neste país amizades com uma faixa de angolanos com alto poder de influência no interior da sociedade. Não por acaso, em 2004, foi dedicado a Martinho da Vila, um especial na TV Cultura, onde era abordada uma de suas viagens a Angola. O músico é tão querido no país africano, que possui o título de Cidadão Angolano.

“O ENSAIO deste domingo, 9 de maio, às 23 horas, traz uma edição especial e inédita com **MARTINHO DA VILA em Angola**. A convite do próprio sambista, o diretor Fernando Faro acompanhou o artista em uma turnê de shows naquele país, registrando aspectos culturais e depoimentos de personalidades da região. Conhecedor de Angola, Martinho da Vila também ajudou a revelar aspectos curiosos nessa viagem. A primeira parada foi em Luanda, a capital do país. Mesmo em um rápido passeio na cidade é possível perceber a popularidade de Martinho. O cantor é tratado com muito carinho pelo povo angolano. **Desde os anos 1970, o sambista vem fazendo viagens regulares a Angola**, divulgando o melhor da música brasileira, obtendo muito sucesso. Tudo isso acabou gerando muitas amizades entre Martinho da Vila e artistas locais”. (Texto do Site: <http://www.samba-choro.com.br/s-c/tribuna/samba-choro.0404/0657>).



O samba de Martinho da Vila é sem fronteiras.

Assim como as produções televisivas do Brasil tiveram um papel de extrema importância para a manutenção, coesão e legitimidade do Estado Angolano sem que haja ocorrido rupturas territoriais ou divisões do país, os diferentes ritmos musicais recriados e produzidos no Brasil o tiveram também, evidenciando sua origem em terras da outrora Angola, já que foram, certamente, os negros bantos em sua diáspora que para cá trouxeram a musicalidade de seus ancestrais. Neste novo momento da influência brasileira, o Samba refaz um novo caminho, retorna a Angola, e acaba possuindo um papel preponderante na recriação da identidade nacional deste país, com o exercitar da melódica língua portuguesa. Nesta questão citamos Nei Lopes (1988), que esclarece a origem do Samba, este, que viaja para Angola através dos canais de retransmissão de TV, assim como, pelo grande poeta Martinho da Vila.

“Mas a ginga e batucada não são, é claro, as únicas nem as mais importantes contribuições dos bantos à música carioca. Responsáveis, conforme lembra Plínio de Almeida, pela introdução, no Brasil, de diversos instrumentos de percussão, como a cuíca, o ganzá e o reco-reco, bem como a criação da maior parte dos folgedos de rua até hoje brincados pelos brasileiros de todos os quadrantes, **foram os Bantos que deram também origem ao Samba** e ao amplo leque de manifestações que lhe são apresentadas”. (1988, p. 71)

Importante ou não para os brasileiros atuais, o Samba primitivo teve uma força bastante grande junto aos escravos procedentes de Angola, que nos momentos de lazer e entretenimento, ao som dos instrumentos de percussão por eles produzidos, conseguiam substituir a sonoridade da música ao grande sofrimento que lhes era imputado com a severa escravidão imposta por seu dono e Senhor.

Anteriormente, já apresentamos a citação do jornalista angolano Reginaldo Silva (2003), da BBC em Luanda, que ressalta a grande influência das novelas brasileiras junto ao comportamento dos angolanos, e levanta a idéia de que alguns assumem um novo papel colonizador do Brasil a partir das telenovelas, “(...) as novelas brasileiras têm enorme influência no comportamento dos angolanos. Alguns mais críticos dizem que há até uma certa colonização brasileira por parte da televisão, sobretudo por parte das telenovelas”. **Coadunamos com esta linha de pensamento e ainda que se torne difícil afirmar: Brasil, Rede Globo de Televisão, TV Globo Internacional, Martinho da Vila, Alcione e outros, sem que se necessite especificar, foram de grande valor para o crescimento do Português como língua principal em Angola.**

A grande abrangência na veiculação dos programas televisivos oriundos do Brasil para Angola pode ser medida ao analisar a informação de que 150 mil famílias angolanas têm acesso ao canal por assinatura da TV Globo Internacional, alcançando uma população alvo de 600 mil angolanos (4 pessoas em média por família), numa população total aproximada de 12 milhões de angolanos⁵⁰. Somando aqueles que assistem à Televisão Pública de Angola (TPA) - cliente e retransmissora das produções da Rede Globo - a população espectadora dos produtos brasileiros não se mensura, mas por certo, pode ser bastante relevante esta abrangência. O texto

⁵⁰ Angola é, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o único país no mundo que não realizou um censo populacional nos últimos 30 anos, sendo a guerra, que vigorou entre 1975 e 2002, considerado o fator que determinou a ausência deste tipo de estudo sociológico. O estudo deverá apurar números reais em relação à população em Angola, que se estima entre 12 e 16 milhões de habitantes.

elucidativo, por falta de dados comprobatórios de Angola⁵¹, foi extraído de reportagem do dia 12/10/08 do jornal “O Estado de São Paulo” (2008).

“Nossas novelas são um sucesso entre os angolanos. As mais antigas passam na TPA, emissora estatal. As atuais são transmitidas pela TV Globo Internacional, presente há oito anos no país. Angola é o maior mercado internacional da emissora - dos 500 mil assinantes, **150 mil estão ali**. Por conta disso, a Globo prepara o lançamento de uma revista eletrônica específica. (...) Tal programação influencia a moda e os hábitos angolanos. O principal mercado popular de Luanda, onde são encontrados utensílios domésticos, roupas e todo o tipo de quinquilharia, chama-se Roque Santeiro, novela global exibida em 1985 e 1986”. (Texto do Site:http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081012/not_imp258430,0.php)

⁵¹ O Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola vai criar, em curto prazo, uma página eletrônica para divulgar o material estatístico por si produzido, afirmou quinta-feira em Luanda a diretora geral da instituição, Maria Ferreira de Oliveira. Segundo Maria de Oliveira, assim que o processo for concluído, o sítio do INE estará disponível ao público e permitirá um amplo conhecimento dos diversos dados estatísticos do país aos produtores de estatísticas e à população interessada nos trabalhos desenvolvidos pelo instituto.

(Informação do Site: <http://www.macauhub.com.mo/pt/print.php?pageurl=/pt/news.php?ID=6206>, publicado no dia 10/10/2008).

CONCLUSÃO: ANGOLA É HOJE UM TERRITÓRIO COESO A PARTIR DA LUSOFONIA



Map No. 3727 Rev. 2 UNITED NATIONS
October 1997 (Colour)

Department of Public Information
Cartographic Section

A República de Angola, coesa territorialmente, representada acima num mapa oficial, possui 18 províncias administrativas, conforme quadro a seguir. Ela é a quinta nação de maior dimensão ao sul do Saara, com uma área de cerca de 1.246.700 km² e uma linha marinha atlântica de cerca de 1.650 km. Para se alcançar a totalidade de sua fronteira terrestre, necessita-se percorrer uma extensão de 4.837 km. O comprimento máximo no sentido Norte-Sul é de 1220 km e a largura máxima, no sentido Oeste-Leste, é de 1236 km, dando, portanto, ao país uma configuração geométrica equivalente a um quadrado.

Organização administrativa de Angola - 2004

Nº de ordem	Províncias	Capital	Nº de Municípios	Nº de Comunas
1	Bengo	Caxito	9	33
2	Benguela	Benguela	9	39
3	Bié	Kuito	9	39
4	Cabinda	Cabinda	4	38
5	Quando Cubango	Menongue	8	16
6	Cunene	Ondjiva	6	28
7	Huambo	Huambo	11	36
8	Huila	Lubango	14	40
9	Kwanza-Norte	N'dalatando	13	36
10	Kwanza-Sul	Sambe	10	36
11	Luanda	Luanda	9	37
12	Lunda-Norte	Lucapa	9	27
13	Lunda-Sul	Saurimo	4	14
14	Malanje	Malanje	17	67
15	Moxico	Luena	10	26
16	Namibe	Namibe	5	21
17	Uíge	Uíge	20	48
18	Zaire	M'banza Congo	6	37

O território da República de Angola fica situado na costa ocidental da África Austral, ao Sul do Equador, limita-se ao Norte, pela República Democrática do Congo (ex-Zaire), a Oeste pela República Democrática do Congo e por Zâmbia, ao Sul pela Namíbia e a Leste pelo Oceano Atlântico, ainda abrange o enclave de Cabinda, situado a Norte, entre o Congo-Brazaville e a República Democrática do Congo.

Com a Guerra civil em Angola, que absorveu toda a sociedade por um longo período, e por muito pouco, não provocou a divisão do país em três regiões distintas, onde os domínios seriam estabelecidos pelos movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA) e seus grupos armados, que criaram territórios com áreas bem delimitadas a partir dos seus espaços vitais de defesa (fortalezas, *banker's*, centros de comando e etc.).

Angola, neste caso, teria vivido uma nova realidade sócio-geográfica, se tivesse de fato ocorrido a separação e/ou a ruptura do território e, então, novas nações teriam surgido, e poderiam ter sido denominadas: República de Angola do Norte, República Central de Angola e República de Angola do Sul. Mas se os dois grupos (FNLA e UNITA) com maior afinidade política, tivessem obtido a separação do território por eles comandados, quer mediante negociações políticas, vitórias parciais ou autodeterminação de insurgência, surgiriam apenas duas novas nações, tais como: República Democrática de Angola (RDA) e República Federal de Angola (RFA). A primeira, concentrando o território do MPLA (regime de tendência socialista) e a segunda, formada a partir de duas regiões (Norte e Sul de Angola), agregaria os territórios com regime de tendência capitalista.

Este processo de fragmentação territorial ocorria regularmente, durante o período da Guerra Fria, em países disputados acirradamente pelos detentores da primazia econômica, ou seja, Estados Unidos e a ex-URSS, o que muito factível poderia ter sucedido em Angola, ocorreu na Coreia, no Vietnã, no Lêmen e na Alemanha.

O elo da questão angolana perpassa pela unificação nacional a partir do fomento e crescimento da população que começa a se utilizar em maior

grau do Português⁵² como primeira língua. Como a língua é talvez um dos elementos culturais mais fortemente relacionados com uma determinada identidade coletiva, ela acaba contribuindo para a interação das partes que a reconhecem e geram a vida sob a sua influência. Uma língua pode ser partilhada por uma ou mais culturas. A união entre as suas gentes pode formar uma comunidade ampliada; uma comunidade que, unida em torno de um elo comum, pode empenhar-se na salvaguarda do legado que partilham. De forma talvez mais direta, através do dinamismo da sua sociedade civil ou das organizações por estas criadas, a língua pode fazer surgir identificações de cunho bem além do local ou regional, chegando, caso a caso à amplitude nacional.

Mas como rupturas territoriais não ocorreram no transcorrer da guerra civil angolana, inicia-se em paralelo um processo de unificação nacional, com a chegada a Angola das programações televisivas e radiofônicas de origem brasileira. Apoiando o MPLA, de verdadeira opção comunista, o Brasil, com a aprovação do governo estabelecido em Luanda, inicia um sutil artifício de infiltração das novelas e outras produções, o que será definitivo para a ampliação da identidade nacional angolana. Esta importante presença, gradativamente sedimenta e amplia o projeto político dos governos, tanto de Agostinho Neto, como depois de José Eduardo dos Santos, de estabelecer a Língua Portuguesa⁵³ como o idioma oficial, aumentando sua abrangência por todos os pontos do país e iniciando uma enorme e adequada irradiação, que tem o início em Luanda para depois chegar ao interior de Angola, na forma de uma onda - idéia de uma onda de transmissão ou onda magnética que vai irradiando nos espaços que percorre.

⁵² O Português começa, plausivelmente, por ser um idioma românico – que deriva do Indo-europeu, mormente do Latim – que pode ter perdido o estatuto de *língua franca*, mas que se mantém talvez viva enquanto forma de expressão oficial de aproximadamente 200 milhões de pessoas compreendidas num espaço físico ampliado, que se estende por mais de 10 milhões de Km², rico em sinergias lingüísticas e sociais.

⁵³ À Língua Portuguesa é atribuído o estatuto de idioma internacional. Geralmente é reconhecida como idioma universal, se utilizando para tal afirmação o critério de ser uma das quatro línguas faladas oficialmente nos vários continentes, abrangendo uma população com mais de 200 milhões de pessoas.

Num raro contato com James Augusto Pires Tibúrcio, brasileiro, que viveu em Angola entre os anos de 1988 a 1993, e que hoje se dedica a estudar as estruturas de poder em Angola e suas relações com o Mundo atual, com um projeto de tese de Mestrado intitulado: “Uma micro História de um conflito regional: Angola, 1988 – 1993”, tendo como Orientador o Prof. Doutor Wolfgang Karl Döpcke, relata o seguinte, a partir de sua vivência e visão de observador-pesquisador :

“ Durante a guerra civil, as novelas brasileiras influenciavam a sociedade angolana nas áreas urbanas sob o controle do governo (MPLA). Entre 1975 - 2002 todas as capitais provinciais estiveram ocupadas pelo governo de Angola por pelo menos 90% do período. Estas áreas eram as mais densamente povoadas e concentravam grande parte da renda do país. (...) A disponibilidade de energia elétrica e de aparelhos de televisão era severamente limitada e mesmo hoje não se estende a todo território nacional. **Provavelmente, na província de Luanda, nas 18 capitais provinciais e em algumas outras cidades, as novelas brasileiras eram assistidas por 45% - 65% da população.** Um número expressivo, mas certamente não universal. (...) O sinal da Televisão Pública de Angola (TPA) passou a ser transmitido via satélite a partir de 1992. Até então, havia TPA's locais apenas em Luanda, Benguela, Huambo e em algumas outras localidades. Assim, o fenômeno social da influência das novelas brasileiras em Angola, durante a guerra, esteve restrita a uma camada “privilegiada” da população urbana”. (jamestiburcio@yahoo.com.br)

Como já especificado no capítulo 4, que: “Angola é, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o único país no mundo que não realizou um Censo populacional nos últimos 30 anos” e, assim, carece de informações abalizadas em diversos setores, até mesmo quanto à mensuração de audiência televisiva. Mas a estimativa, citada por James Tibúrcio, de que em média 55% da população angolana assistiam às novelas brasileiras é, de fato, um índice bastante relevante e positivo.

A contribuição, então, do Brasil para a coesão territorial de Angola já teve em Gilberto Freyre um grande proponente do luso-tropicalismo, que foi muito bem assimilado pelas elites brancas como um meio de favorecer o colonialismo. A mudança de “colônia” para “província” foi um dos aspectos geopolíticos que criava uma cortina de fumaça nas verdadeiras intenções portuguesas, que eram as de superar o atraso que sofriam em relação aos

outros países europeus. Contudo, cabe uma questão: a idéia de mestiçagem – proposta por Freyre - como um elemento de integração social não acabou sendo o “leitmotiv” para a aceitação do Português como língua da coesão nacional? Neste caso a contribuição do Brasil seria completa, tanto no aspecto social quanto cultural.

Podemos então quase inferir, que no território em que nasce uma nova e forte identidade nacional através do viés lingüístico-cultural, ficou impossibilitada a ruptura e, em definitivo, surge a República Popular de Angola - um país de território unido e coeso a partir da Lusofonia⁵⁴.

⁵⁴ O conceito de Lusofonia é usado genericamente para designar o conjunto das comunidades de Língua Portuguesa no mundo. [GOVERNO DE PORTUGAL (2005), “Lusofonia”, Portal do Governo, Lisboa <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Geral/Lusofonia>]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUALUSA, José Eduardo (2000): Estação das Chuvas. Rio de Janeiro: Editora Gryphus.

_____ (2004): O Vendedor de Passados. Rio de Janeiro: Editora Gryphus. 199 p.

_____ (2004): "A minha pátria é uma viagem" In: COELHO, Pedro Mota Moura Pinto et SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.) Fórum Brasil-África. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), p. 257-266

ANDRADE, Manuel C. de (1989): Geopolítica do Brasil. São Paulo: Editora Ática.

_____ (1994): "Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional" In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de et SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.) Território: globalização e fragmentação. 1ª edição, São Paulo: Editora Hucitec - Anpur, 332p. p. 213-220.

ALENCASTRO, Luiz Felipe (2000): O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras.

BECKER, Berta (1983): "O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo" In: BECKER, Berta (Org.) Abordagens políticas da espacialidade. 1ª edição, Rio de Janeiro: UFRJ, 183p. p. 1-21.

_____ (1988): "A Geografia e o resgate da Geopolítica" In: Revista Brasileira de Geografia, ano 50, nº especial, tomo 2. Rio de Janeiro: IBGE, p. 99-126.

BENDER, Gerald J. (1976): Angola Sob o Domínio Português: Mito e Realidade. Lisboa: Sá de Costa Editora.

BITELLI, Júlio Glinternick (1989): "A Política Brasileira para a África e a descolonização dos Territórios Portugueses". In: Ensaios de História diplomática brasileira. Cadernos do IPRI, nº 2. Brasília. p. 177-191.

BORGES FILHO, Nilson (1985): "Forças Armadas e Política Externa: O Governo Geisel". In: Política e estratégia, vol. 2. São Paulo. p. 266-274.

BRAGA, Júlio (1999): A Cadeira de Ogã e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pallas Editora e Distribuidora Ltda. 167 p.

BRUNSCHWIG, Henri (1971): A Partilha da África negra. São Paulo: Editora Perspectiva. 128 p.

CAETANO, Marcello (1973): Razões da Presença de Portugal no Ultramar. Lisboa.

CARVALHO, Delgado de (1939): “Geografia das Fronteiras” In: Revista Brasileira de Geografia, ano 1, Rio de Janeiro: IBGE.

CASTRO, Teresinha de et CARVALHO, Delgado de (1956): “Geografia Política e Geopolítica”. Boletim Geográfico nº 133, Rio de Janeiro: IBGE, 386 p.

_____ (1981): África: Geo-História, Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército.

_____ (1999): Geopolítica, princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército.

CERVO, Luiz Amado et BUENO, Clodoaldo (1992): História da política exterior do Brasil. São Paulo: Editora Ática.

CHALIAND, Gérard (1982): A Luta pela África – estratégias das potências. São Paulo: Editora Brasiliense.

CLAVAL, Paul (1978): Espaço e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

COSTA, Wanderley M. da (1992): Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Editora Hucitec.

DANTAS, São Tiago (1992): Política externa independente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

D'ARAÚJO, Maria Celina et CASTRO, Celso (1994): Política externa e pragmatismo responsável. Entrevista com o presidente Geisel. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo (2000): “Geopolítica” In: Revista de Geociências, Instituto de Geociências - UFF, ano 1, nº 1. Niterói: Editora UFF.

FERRO, Marc (1996): História das Colonizações. São Paulo: Companhia das Letras.

FREYRE, Gilberto (1940): O Mundo que o Português criou. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

GALA, Irene Vida (2003): “Perspectivas das relações do Brasil com o mundo lusófono. In: Política externa do Brasil para o século XIX.” Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Palestra In: A política externa do Brasil para o século XIX, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Brasília, Câmara dos Deputados.

GILROY, Paul (2001): O Atlântico Negro. Rio de Janeiro: UCAM - Universidade Cândido Mendes. Editora 34.

GOMES, Paulo César da Costa (1996): Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

GONÇALVES, Williams da Silva (1989): "Nossa Fronteira a Leste: uma perspectiva histórica" In: SILVA, Jaime da; Birman, Patrícia et WANDERLEY, Regina (Orgs.) Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro: Editora da UERJ. 268 p. p.179-187.

_____ et MIYAMOTO, Shiguenoli (1993): Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. Estudos Históricos, nº 12, Rio de Janeiro.

GUATTARI, Félix. (1985): "Espaço e poder, a criação do território na cidade" In: Espaço e debates. São Paulo: AGB, nº 16, p. 21-28 Mai/Jun.

HAESBAERT, Rogério (1995): "Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão" In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa et CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) Geografia: conceito e temas, 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 353 p. p.165-205.

HENRIQUES, Castro Isabel (2004): Os Pilares da Diferença: Relações Portugal - África. Século XV-XX. Casal de Cambra, Editora Caleidoscópio.

HOBBSAWM, Eric (2003): A Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras.

ILIFFE, John (1995): Os africanos: história de um continente. Lisboa: Editora Terra Mar.

LINHARES, Maria Yedda Leite (2005): "Descolonização e Lutas de Libertação Nacional" In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). O Século XX. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 2.

LODY, Raul (1997): Samba de Caboclo. Rio de Janeiro: CDFB.

LOPES, Helena Theodoro (1988): "Religiões negras no Rio de Janeiro" In: Cadernos Cândido Mendes do Centro de Estudos Afro-Asiáticos nº 15, PEREIRA, José Maria Nunes (Editor), Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes. 251 p. p. 91-104.

LOPES, Nei (1988): Sobrevivência e recriações bantas no Rio de Janeiro. In: Cadernos Cândido Mendes do Centro de Estudos Afro-Asiáticos nº 15, PEREIRA, José Maria Nunes (Editor), Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, 251 p. p. 69-75.

LOPEZ, Luiz Roberto (1987): História do Século XX. Porto Alegre: Mercado Aberto.

MACHADO, Mônica Sampaio (1997): Geografia e epistemologia, um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *GeoUerj*. Rio de Janeiro: UERJ, nº1, p.17-32. , Jan.

MAGNOLI, Demétrio (1988): O que é geopolítica? São Paulo: Editora Brasiliense.

MAIA, José (1977): Angola: a revolução na encruzilhada. *Revista Crítica Marxista Revolucionária*. Lisboa: Novembro.

MAQUIAVEL, Nicolau (2006): O Príncipe, 12ª edição. São Paulo: Editora Centauro, 118 p.

MARCUM, John (1969): *The Angolan Revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology.

MARTINEZ, Paulo (1992): África e Brasil – Uma ponte sobre o Atlântico. 2ª edição. Editora Moderna.

MARY, Cristina Pessanha (2006): “A seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o sonho de um novo Império na África”. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: IFICS/UFRJ.

MATTOS, Gen. Meira (1979): Brasil - geopolítica e destino, 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

MATTOS, Hebe Maria et GRINBERG, Keila (2003): As relações Brasil-África no contexto do Atlântico Sul. IN: BELLUCCI, Beluce (Coord.) *Introdução à História da África e da Cultura Afro-brasileira*. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Cândido Mendes, Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) 126 p. p. 31-67.

MAXWELL, Kenneth (1995): O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 331 p.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida (1999): Quem tem medo da geopolítica? São Paulo: Ed. Hucitec/Edusp.

MELO, Ovídio de Andrade [s.d.]: O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. Rio de Janeiro: Mimeografado.

MIYAMOTO, Shiguenoli (1995): Geopolítica e poder no Brasil. Campinas, SP: Editora Papirus.

MORAES, Antonio Carlos R. (1990): Ratzel. São Paulo: Editora Ática.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de (1990): Política Externa Independente: fundamentos da política africana do Brasil. *Revista Política e Estratégia*, v. III, abr./ dez

_____ et MOURÃO, Fernando (1991): Política africana no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Africanos - USP.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso (1976): Identidade, etnia e estrutura social. 1ª edição, São Paulo: Editora Pioneira, 282 p.

PENHA, Eli Alves (1998): "As Relações Brasil - África e a Geopolítica do Atlântico Sul". Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ.

Mônica Leite et GONÇALVES, Williams da Silva (Orgs.) História das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: EDUERJ, Coleção Comenius. 250 p. p. 133-162.

_____ (2007): "O Atlântico Sul e as dimensões da "Fronteira Oriental" brasileira: a política africana dos governos militares". Rio de Janeiro, trabalho mimeografado a ser publicado na Revista EDUERJ.

PEREIRA, José Maria Nunes (1985): Brasil-África no governo Figueiredo: um balanço. Rio de Janeiro: Contexto Internacional.

_____ (2003): Cultura Afro-brasileira. In: BELLUCCI, Beluce (Coord.) Introdução à História da África e da Cultura Afro-brasileira. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Cândido Mendes, Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) 126 p. p. 119-126.

_____ [s.d.]: Mário de Andrade e o Lusotropicalismo. Rio de Janeiro: Mimeografado.

PERIDES, Paulo Pedro (1998): A Organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro, In Caderno de Geografia da USP.

QUADROS, Jânio (1961): Nova Política Externa do Brasil. IN Revista Brasileira de Política internacional, Rio de Janeiro, ano IV, n.º 16, p. 150-156.

RAFFESTIN, C. (1993): Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática.

RAJA GABAGLIA, F. A. (1945): "Ratzel e a Geografia Moderna". Boletim Geográfico n.º 30, Rio de Janeiro: IBGE, 840 p.

RATZEL, F. (1988): Géographie Politique, Paris, Editora Fayard.

_____ (1990): Coleção Grandes Cientistas Sociais. 1ª edição, São Paulo: Editora Ática, 221 p.

RICUPERO, Rubens (1993): Visões do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record.

RODRIGUES, José Honório (1964): Brasil e África: outro horizonte. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 219 p.

RODRIGUES, Nina (1988): Os africanos no Brasil. 7ª edição, Brasília: Companhia Editora Nacional, 283 p.

SANTANA, Ivo de (2003): O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 1970 a 1990. Rio de Janeiro: volume 25, Contexto Internacional.

SANTOS, Milton (1978): O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. São Paulo: Editora Hucitec.

_____ (1978): Por uma Geografia Nova. São Paulo: Editora Hucitec.

_____ (1996): A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec.

SARAIVA, José Flávio Sombra (1996): O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 280 p.

_____ (1999): Um Momento Especial nas Relações Brasil-Angola: do Reconhecimento da Independência aos Desdobramentos Atuais In: PANTOJA, Selma et SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.) Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil 256 p. p. 225-252.

_____ (2003): “As Relações do Brasil com os Países de Língua Portuguesa: Oportunidades, Esquecimentos e Relançamentos”. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Palestra in: A política externa do Brasil para o século XIX, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Brasília, Câmara dos Deputados.

SILVA, Alberto da Costa e (1992): A enxada e a lança – A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

_____ (2003): Um rio chamado Atlântico – A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

SILVA, Diogo Ismael (1996): Angola ontem e hoje In: NASCIMENTO, Elisa (Org.) Sankofa matrizes africanas da cultura brasileira. 1ª edição, Rio de Janeiro: EDUERJ, 151 p. p.136-151

SILVA, Gen. Golbery do Couto e (1981): Conjuntura política nacional - O poder Executivo & Geopolítica do Brasil, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

_____ (2003): Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro: Univer-Cidade.

SODRÉ, Nelson Werneck (1976): “A geopolítica” In: Introdução à geografia. Petrópolis: Editora Vozes, p. 54-71.

SOJA, Edward W. (1993): Geografia In: Geografia pós-moderna: a reafirmação do espaço na teoria social crítica, 1º edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 363 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1995): “O território sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento” In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa et CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas, 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 353 p. p. 77-116.

TAVARES, Ana Paula (2004): A Cabeça de Salomé. Lisboa: Editorial Caminho. 142 p.

THOMAZ, Omar Ribeiro (2002): Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império português. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FAPSP.

TOSTA, Octávio (1984): Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)